

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Abril/2010

SUMÁRIO

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	8
1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT).....	8
1.2 A UFT no Contexto Regional e Local e Missão da UFT.....	12
1.3 Missão Institucional.....	13
1.4 Estrutura Organizacional.....	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	17
2.1 Nome do Curso.....	17
2.2 Modalidade do Curso.....	17
2.3 Endereço do Curso.....	17
2.4 Ato Legal de Autorização do Curso.....	17
2.5 Número de Vagas.....	17
2.6 Turno de funcionamento.....	17
2.7 Direção do Campus.....	17
2.8 Coordenadora do Curso.....	17
2.9 Coordenadora de Estágio.....	18
2.10 Membros do Colegiado de Curso.....	18
2.11 Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.....	18
2.12 Dimensões das turmas teóricas e práticas.....	18
3 HISTÓRICO E CONCEPÇÃO DO CURSO	18
3.1 Histórico.....	18
3.2 Concepção do Curso.....	19
3.3 Princípios Norteadores.....	20
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
4.1 Administração Acadêmica.....	21
4.1.1 Conselho Diretor do campus.....	22
4.2. Coordenação Acadêmica.....	24
4.3 Projeto Acadêmico do Curso.....	27
4.3.1 Justificativa.....	27
4.3.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos do Curso.....	31
4.3.3 Perfil do Egresso.....	32
4.3.4 Competências e Habilidades Gerais e Específicas a serem desenvolvidas durante a formação profissional.....	32
4.3.5 Campo de atuação profissional.....	34
4.3.6 Organização Curricular.....	34
4.3.7 Estruturação dos núcleos de fundamentação e respectivas disciplinas.....	37
4.3.8 Estrutura Curricular Curso de Serviço Social – Bacharelado UFT.....	38
Disciplinas Optativas.....	42
4.3.8.1 Ementário e Bibliografia.....	44
4.3.8.2 Estudo de Equivalência e Aproveitamento de Disciplinas.....	99
4.3.9 Política de Pesquisa e sua transversalidade com o Ensino, Extensão e Pós-Graduação.....	103
4.3.9.1 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria e PET.....	109
4.3.10 Metodologia de Ensino e Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem.....	109
4.3.10.1 Metodologia de Ensino.....	110
4.3.10.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem.....	112
4.3.10.3. Ações implementadas em função do processo de avaliação externa (ENADE e outros) ..	118
4.3.11 Política de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório.....	120
4.3.12 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.....	128
4.3.13 Atividades Complementares.....	128
5. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	129
5.1 Corpo Docente.....	129
5.1.1 Formação Acadêmica e Profissional.....	129
5.1.2 Condições de trabalho: regime de trabalho e dedicação aos cursos.....	133
5.1.3 Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	133
5.2. Corpo de servidores Técnico-Administrativo do Campus.....	133
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	135
6.1 - Instalações físicas.....	135
6.2 – Laboratórios.....	137

	7
6.3 - Biblioteca	138
6.3.1 - Política de atualização e informatização do acervo:	139
6.3.2 - Descrição do acervo de livros e periódicos:	139
6.3.3 - Acervo de livros por área do conhecimento:	140
6.3.4 Acervo de periódicos	143
6.4 – Instalações e equipamentos complementares:	146
6.4 – Instalações e equipamentos complementares:	148
6.5. Área de lazer e circulação:	148
6.6 – Recursos Audiovisuais	149
6.7. Acessibilidade para portadores de necessidade especiais	149
6.8. Salas de Direção de Campus e de Coordenação de Curso	149
7. REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	154
Regulamento de Estágio Obrigatório	155
Regulamento de Estágio Não-Obrigatório	167
Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	174
Regimento do Curso de Serviço Social	186
Ata de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus.	190



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A criação do Curso de Serviço Social no Campus Universitário de Miracema imputa a necessidade de um breve resgate histórico desta unidade acadêmica no contexto de sua criação na Unitins e posterior incorporação à Universidade Federal do Tocantins, em 2003.

Em dezembro de 1990, é criada e implantada a Universidade do Tocantins – Unitins, pelo Decreto nº 252/90, de 21/02/90, em conformidade com a Lei nº 136/90, com sede administrativa em Miracema do Tocantins, capital provisória do recém criado estado do Tocantins.

As origens históricas da Unitins confundem-se com a criação do Estado do Tocantins. Este se deu a partir de um longo movimento separatista que teve início na primeira metade do século XVIII, vindo a efetivar-se com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte no ano de 1987. O Estado do Tocantins foi criado pelo desmembramento da área norte do Estado de Goiás.

Dentre as diretrizes constantes no projeto inicial destacamos a institucionalização do modelo multicampi de universidade: em 1991, a criação dos campi de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis; em 1992 a criação dos Campi de Araguaína, Colinas, Miracema, Paraíso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi.

Em 1992, o campus de Miracema inicia suas atividades com o Curso de Administração, três anos depois se implanta o Curso de Licenciatura em Matemática. Em 1998, Unitins e Seduc realizam convênio que teve como objeto a oferta de cursos de Licenciatura Plena em Matemática e Pedagogia em caráter emergencial, visando garantir a

formação de professores do Ensino Fundamental e Médio, que atuavam na rede estadual de ensino.

Na gestão 1999/2000 a universidade passou por mudanças que culminaram com a suspensão de vestibular, extinção e criação de novos cursos. No rol dos cursos extintos, nesta gestão, destacaram-se o de *Administração e Matemática*, no campus de Miracema. Concomitantemente, a criação de Centros Universitários de Formação de Profissionais da Educação - Cefopes¹, cuja incumbência era congregar as políticas públicas educacionais e as diretrizes de formação docente no âmbito da Universidade.

Em 2000, foi criado no campus de Miracema um Cefope para oferecer os cursos de Pedagogia, para formar o gestor em Administração ou Supervisão Educacional e Normal Superior, para formar o docente para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ocorrência de apenas um vestibular.

Decorridos seis semestres sem vestibular para os Cursos de Pedagogia e Normal Superior no campus de Miracema e na iminência de sua extinção, a comunidade acadêmica e a sociedade civil envidam esforços tendo em vista sua incorporação a recém criada Universidade Federal do Tocantins.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo

¹ Modalidade de Instituição de Ensino Superior criada pela Unifins, com base no decreto Federal nº 2.306, de 19/08/97 e no Parecer n.º 145/99, de 29/10/99, do Conselho Estadual de Educação do Tocantins.

ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Em 2003, retoma-se o concurso vestibular para os Cursos de Pedagogia e Normal Superior com a fusão de ambos no ano de 2004. Diante dessa realidade de oferta de apenas

um curso abre-se o debate acerca das possibilidades de implantação de um novo curso de graduação.

Em 2005 e 2006, nas discussões visando definir as ações prioritárias para investimento, a comunidade acadêmica do campus indicou cinco prioridades para a consolidação do Campus Universitário de Miracema. Dentre essas prioridades a principal foi a criação de um novo curso de graduação. Para viabilizá-la a Coordenação do Campus instituiu uma Comissão² para apresentar diagnóstico e parecer acerca das possibilidades de implantação do novo curso.

A Comissão apresentou relatório contendo três dimensões: instalações físicas e recursos humanos (técnico administrativo e docentes) e pesquisa de opinião junto à comunidade interna (alunos e professores) e externa (estudantes concluintes do ensino médio nas cidades de Miracema e Miranorte).

O relatório da comissão apontou que a estrutura física encontra-se sub-utilizada, existindo espaço físico e equipamentos adequados para atender a demanda de um novo curso. Além do mais o corpo de servidores técnico-administrativo permite ampliar o atendimento a comunidade acadêmica. A comissão concluiu ainda que o corpo docente existente do Campus Universitário de Miracema permite que este seja mais bem aproveitado num curso de graduação da área de ciências sociais e humanas.

Em relação á pesquisa de opinião realizada junto à comunidade interna e externa sobre a proposição de um novo curso de graduação a comissão recomendou a criação do Curso de Serviço Social, uma vez que este possibilitaria um aproveitamento maior do corpo docente existente no campus.

A partir destas recomendações, o Conselho Diretor do Campus Universitário de Miracema aprovou a indicação ao Consepe da criação do Curso de Serviço Social a ser implantado a partir do ano de 2007/1. Para tanto instituiu uma comissão³ responsável pela elaboração do Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social.

A metodologia de trabalho utilizada por essa comissão privilegiou a adoção dos seguintes procedimentos: levantamento do arcabouço legal que orienta a elaboração de projetos pedagógicos; discussão e análise de projetos pedagógicos-curriculares de instituições de educação superior promotoras do Curso de Serviço Social e realização de reuniões de

² Esta comissão foi composta pelos seguintes membros: Jose Carlos da Silveira Freire, Marcio Antonio Cardoso Lima, Roberto Francisco de Carvalho e a aluna Lucélia Lira Moura, conforme Portaria nº 04/2006.

³ Esta Comissão foi composta pelos professores Márcio Antônio Cardoso de Lima (Presidente), José Carlos da Silveira Freire, Antônio Miranda de Oliveira e Mariléa Borges de Lima, esta última integrante do Campus Universitário de Tocantinópolis.

trabalho para elaboração da proposta, bem como a discussão desta com profissionais da área que representam a categoria no âmbito do exercício da profissão.

Ressaltamos que a criação de um novo curso de graduação em Miracema está associado à política institucional da Reitoria da UFT, de fortalecer a área acadêmica dos campi com apenas um curso, como é o caso de Miracema, Gurupi e Tocantinópolis. Além disto, o Conselho Universitário - Consuni aprovou em reunião ordinária de março daquele ano a alocação de códigos de vagas para a realização de Concurso Público de docentes para esses e outros campi visando dar condições para criar e implementar um novo curso de graduação.

Neste contexto, o campus de Miracema, recompõe sua condição de contribuir mais fortemente com a educação superior, nesta região do Estado do Tocantins, na medida em que passou a ofertar, via vestibular em cada semestre 80 vagas para o Curso de Pedagogia e 80 vagas para o curso de Serviço Social, totalizando e ampliando sua oferta de 80 para 160 vagas ao ano.

Esse projeto insere-se no contexto das políticas de democratização e expansão da Educação Superior Pública, resgatando o compromisso do poder público com a cidadania das classes populares do nosso país, assim como é expressão dos debates, interesses e necessidades institucionais que vimos travamos no âmbito dos colegiados do Campus Universitário de Miracema e da UFT.

1.2 A UFT no Contexto Regional e Local e Missão da UFT

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos

visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- a) o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- b) a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- c) o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- d) a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2006-2010), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

- a) **Ambiente de excelência acadêmica:** ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência

na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas: a) Identidade, Cultura e Territorialidade, b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia, c) Meio Ambiente, e) Educação, f) Saúde; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.

b) **Atuação sistêmica:** fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-Reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) **Articulação com a sociedade:** relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;

d) **Aprimoramento da gestão:** desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis.

Oferece, atualmente, 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 08 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), (Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007), Mestrado em Letras (Araguaína). E, ainda, ainda, um Doutorado em Ciência Animal, em Araguaína; os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT/UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas,

parceria UFT/UnB), os dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT/UFG) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT/UFG), Administração de Empresas (Palmas, parceria UFT/Universidade Mackenzie), Geografia (Araguaína, parceria UFT/UFU).

1.4 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins obedece ao que está definido no Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Segundo o Estatuto da Fundação UFT são Órgãos da Administração Superior:

1.4.1 Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária e funciona como instância de deliberação superior e de recurso. Participam desse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários;

1.4.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Fazem parte do mesmo Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários;

1.4.3 Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Possui a seguinte composição: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Ciências Naturais, Química, Biologia, Matemática, Geografia, História e Letras; os cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia; cursos na área de gestão, contemplando Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão do Turismo. Oferece ainda, o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de Mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura) e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Medicina, Nutrição e Pedagogia. Oferece, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde. Estará oferecendo as licenciaturas em Filosofia e Artes, a partir de 2009.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos Ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais.

2.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Serviço Social

2.2 Modalidade do Curso

Bacharelado

2.3 Endereço do Curso

Rua Lourdes Solino, S/Nº, Miracema do Tocantins -TO – CEP – 77650-000.

2.4 Ato Legal de Autorização do Curso

Resolução CONSEPE Nº 06/2006

2.5 Número de Vagas

80 anuais

2.6 Turno de funcionamento

Matutino e Noturno

2.7 Direção do Campus

Profª. Dra. Célia Maria Grandini Albiero

2.8 Coordenadora do Curso

Profª. Dra Marília de Fátima Marques Lopes

2.9 Coordenadora de Estágio

Profª Dra. Giselli de Almeida Tamarozzi Lima

2.10 Membros do Colegiado de Curso

André Luiz Augusto da Silva, Bruna Andrade Irineu; Célia Maria Grandini Albiero; Cecília Nunes Froemming; Celso Henrique Acker; Giselli de Almeida Tamarozzi Lima; Josiley Carrijo Rafael; Kathia Nemeth Perez; Kleber Lopes Lima Fialho; Marília de Fátima Marques Lopes, Maria Helena Cariaga Silva, Maria José Antunes da Silva, Mariléa Borges de Lima; Reijane Pinheiro da Silva; Rosemary Negreiros de Araújo; Vanda Micheli Burginski.

2.11 Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Presidente: Profa. Msc. Vanda Micheli Burginski;

Demais membros: Profa. Dra. Célia Maria Grandini Albiero; Profa. Dra. Marília de Fátima Marques Lopes; Prof. Msc. Josiley Carrijo Rafael; Profa. Msc. Cecília Nunes Froemming; Profa. Msc. Maria Helena Cariaga Silva.

2.12 Dimensões das turmas teóricas e práticas

O curso de Serviço Social embasado nos pressupostos contidos em suas diretrizes curriculares não concebe uma divisão entre teoria e prática. Porém, de acordo com a estrutura curricular é possível apontar as disciplinas que são trabalhadas em campos de estágio como: Estágio e Supervisão Acadêmica I, Estágio e Supervisão Acadêmica II, Estágio e Supervisão Acadêmica III, Estágio e Supervisão Acadêmica IV, Serviço Social e Processo de Trabalho, Fundamentos do Controle Social e também as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I, II e III .

3 HISTÓRICO E CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 Histórico

O Serviço Social foi implementado no Brasil como curso de formação superior no final da década de 1930, com a criação da primeira escola de Serviço Social em 1936 em São Paulo.

Na região Norte, as primeiras escolas de Serviço Social são criadas na década de 1950, a primeira no estado do Amazonas e a segunda no estado do Pará. Ambas são reconhecidas enquanto curso de nível superior apenas na década de 1960. Enquanto escolas públicas permaneceram apenas essas duas experiências até a criação do curso de Serviço Social no

estado do Tocantins na UFT, em 2006. Portanto, trata-se atualmente de três escolas públicas na região norte que tem oferecido o curso de Serviço Social.

Em relação às escolas privadas na região norte, na década de 1980, houve um investimento maciço na formação dos assistentes sociais através de escolas privadas, iniciado no Estado do Pará pela UNAMA – Universidade do Amazonas, e seguido pelo Amapá através do IMMES – Instituto Macapaense de Ensino Superior. No estado de Tocantins, a formação do assistente social também tem sido orientada pela lógica da privatização do ensino superior.

Inserido em um contexto de crescente privatização do ensino de graduação, pela proliferação da modalidade ensino à distância, o curso de Serviço Social da UFT vem contrapor essa lógica, comprometendo-se na defesa do ensino superior público e de qualidade, bem como, não considera na formação dos assistentes sociais apenas as particularidades de uma região do país, procurando apreender o cenário internacional, latino-americano, nacional e regional das necessidades humanas, que são fundamentais para construir alternativas de intervenção profissional comprometida com a construção de uma sociedade igualitária, que está contido no projeto ético-político profissional.

Diante desse cenário, a implantação do curso de Serviço Social na UFT vem reforçar a concepção de ensino superior de qualidade e público, atendendo a uma demanda de formação de assistentes sociais na Região Norte, bem como, também terá o compromisso com a capacitação constante de profissionais graduados que se encontram atuando profissionalmente em todo o estado do Tocantins.

Por tratar-se da terceira escola pública a implantar o curso de Serviço Social da região Norte, deve-se ressaltar que essa iniciativa é muito relevante, uma vez que esta região e o estado do Tocantins possuem uma carência de profissionais de Serviço Social. Portanto, a formação profissional também deverá levar em consideração a análise da conjuntura sócio-econômica e política internacional, nacional, regional e local, bem como considerar as estreitas relações do estado do Tocantins com as regiões Norte e Centro-oeste.

3.2 Concepção do Curso

A concepção do curso de Serviço Social da UFT fundamenta-se nas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social no país, que define o Serviço Social como *“uma profissão que intervém em diversos âmbitos da realidade social, e o assistente social é, portanto um profissional do setor de serviços com a intervenção voltada para a melhoria das condições de vida da população através da oferta de bens, recursos e serviços como pelo exercício de uma*

ação sócio-educativa”⁴. Considera-se, portanto, a questão social o fundamento básico da existência do Serviço Social.

Diante de tal premissa, reforça-se a idéia de um desafio constante a ser enfrentado no âmbito da formação profissional: o de formar assistentes sociais com competência para atuar de forma crítica no enfrentamento das expressões da questão social. Para tanto requer um estudo permanente sobre a formação econômica, política e social da realidade brasileira, decifrando essa realidade em seus aspectos contemporâneos.

O curso de Serviço Social da UFT reafirma esse compromisso colocado pelas diretrizes curriculares e traz intrínseca essa concepção: o redimensionamento da formação profissional face às novas configurações sociais em que a questão social e os processos de trabalho devem apontar a direção social consubstanciada na releitura crítica da dimensão histórica e cultural da profissão. Nesse sentido, esse projeto pedagógico, através dos seus componentes curriculares objetiva a qualidade da formação do egresso, sendo que:

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 1998, p. 20).

A partir dessa afirmativa, entende-se o Serviço Social enquanto profissão inserida nos processos históricos, onde as condições e as relações sociais nas quais se inscreve se dão partir das transformações decorrentes da conjuntura econômica, social e política que tem rebatimentos na profissão.

3.3 Princípios Norteadores

Este projeto se fundamenta nas diretrizes nacionais e define como eixos fundantes da formação profissional o Trabalho e a Questão Social, que estão na centralidade do debate da categoria profissional.

A direção social deste curso em consonância com o Projeto Ético Político da profissão apóia-se no desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, reconhecendo que a intervenção profissional está voltada para os processos sociais e demandas emergentes, além de demonstrar capacidade de análise de conjuntura, de

⁴ As reflexões ora expostas foram apoiadas em Yazbek. M. C. Legislação Brasileira para o Serviço Social, CRESS/SP, 2006.

instituições, de relações de forças presentes na contemporaneidade numa perspectiva de historicidade.

O curso de Serviço Social da UFT reitera os princípios e as diretrizes indicadas pelo MEC/ABEPSS, que estão abaixo elencados:

- flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
- caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
- indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Administração Acadêmica

O Campus de Miracema está representado e administrado pelo Diretor de Campus contando com o suporte do Conselho Diretor.

4.1.1 Conselho Diretor do campus

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, Cap. II - Da Administração das Unidades Universitárias:

“Art. 25 - O Campus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos Campi de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Campus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Campus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Campus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Campus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;

- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Campus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Campus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de

Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário”.

4.1.2. Direção de Campus

O Diretor de Campus é um docente eleito pela comunidade universitária do próprio campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Regimento da UFT, para um período de 2 (dois) anos. O candidato é escolhido dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior.

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, CAPÍTULO II - Da Administração das Unidades Universitárias:

“Art. 30 - São atribuições do Diretor de Campus, em conformidade com o Regimento Geral da UFT:

- administrar o Campus;
- representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;
- promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- integrar o Conselho Universitário;
- encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;
- apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto”.

4.2. Coordenação Acadêmica

O Curso tem gestão colegiada composta por todos os professores que trabalham no curso e representação estudantil. A definição da Coordenação do Curso se dá por meio de processo eletivo no colegiado de curso, com mandato de dois (2) anos, sendo a função de

Coordenador assumida por docentes efetivos com graduação em Serviço Social e com titulação mínima em nível de mestrado na área de aderência ao curso.

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

“Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;
- conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação”.

Dentre as atribuições conferidas ao Coordenador de Curso, o Regimento institucional prevê:

“Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos compete:

- representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- propor ao Coordenador do Campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;
- responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- expedir instruções referentes aos cursos;
- representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade.

Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes’.

O Regimento Detalhado do Curso de Serviço Social encontra-se no ANEXO 11 deste PPC.

4.3 Projeto Acadêmico do Curso

4.3.1 Justificativa

As alterações apresentadas na proposta de Revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFT - Campus Miracema do Tocantins se fundamenta nos princípios norteadores da formação profissional do Assistente Social, no âmbito nacional, preconizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Diretrizes Curriculares do MEC, cuja preocupação consiste em subsidiar os currículos dos cursos de Serviço Social no Brasil, por meio das orientações propostas pelas Diretrizes Gerais que sinalizam uma proposta de currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 (ANEXO 1), bem como a Lei que Regulamenta (ANEXO 2) a profissão e o Código de Ética, ambos de 1993 (ANEXO 3).

As novas diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS foram implementadas a partir de 1996, após um amplo processo de discussão que ocupou o debate nos anos 90, em diversos fóruns acadêmicos e políticos da profissão. Mobilizou ainda, o corpo docente e discente dos cursos de Serviço Social do Brasil, bem como profissionais supervisores de estágio, todos como sujeitos no processo de implementação das referidas diretrizes (CARDOSO, 2000).

Essas mudanças curriculares vieram responder às transformações da conjuntura econômica, política, social e cultural, como ocorreu nas demais alterações dos currículos anteriores. Nesse sentido, requer uma análise constante da formação profissional enquanto interlocutores do conhecimento, colocando desafios de refletir sobre os projetos de formação profissional e sua relação com os paradigmas das teorias sociais, por se tratar de uma profissão que reconhece sua inserção crítica na realidade social.

Vale ressaltar que o atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFT, aprovado em 2007, não destoa totalmente da proposta preconizada pela ABEPSS/MEC, pois o mesmo defende uma formação condizente com os parâmetros filosóficos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Contudo, a proposta do PPC de 2007 não incorpora

as principais alterações trazidas pelas Diretrizes Curriculares de 1996, no tocante à estrutura curricular e ao formato das disciplinas e conteúdos específicos da formação em Serviço Social. Ficando o PPC de 2007, amarrado à estrutura curricular das Diretrizes da década de 1980, hoje superada em nível nacional.

Uma proposta curricular não é estática, ela é passível de mudanças, na medida em que deve expressar o perfil do corpo discente, docente, das questões que emergem na sociedade nacional, regional, local e da Instituição.

Considerando a complexidade que envolve a construção de uma Proposta Pedagógica na medida em que ela deve expressar a dinâmica da vida social, qualquer proposta que não considere os sujeitos que fazem parte do processo deve ser revisitada. Assim, a necessidade de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social se impôs como urgente nesse momento.

Para tanto, foi constituída uma comissão de professores e alunos para debater e construir a proposta que ora se apresenta consoante com as diretrizes curriculares da ABEPSS e do MEC que envolve 3 (três) núcleos de formação profissional, a saber: **Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.**

As disciplinas foram definidas e agrupadas nas matérias e fazem parte dos três núcleos acima citados que será detalhada no item **4.3.7** do presente Projeto Pedagógico que trata da **Estruturação dos núcleos de fundamentação e respectivas disciplinas.**

Essa nova lógica da estrutura curricular supera a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, não admitindo o tratamento isolado ou autônomo de nenhum de seus elementos constitutivos, nem seqüência e hierarquia entre os mesmos. Articulam, portanto, conhecimentos e habilidades que se especificam em matérias, enquanto áreas de conhecimentos indispensáveis à formação do Assistente Social com perfil determinado (CARDOSO, 2000).

A Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social faz-se necessária no sentido de incorporar na estrutura curricular as disciplinas e matérias básicas trazidas pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social no Brasil. Diante disso, elencamos na tabela abaixo, as principais disciplinas e algumas das mudanças substanciais no Currículo para melhor embasar essa justificativa:

DISCIPLINAS CURRÍCULO 2007/2	DISCIPLINAS CURRÍCULO NOVO	JUSTIFICATIVA
<p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I</p> <p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II</p> <p>Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III</p> <p>História do Serviço Social</p> <p>História do Serviço Social na América Latina e no Brasil</p>	<p>Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I (FHTM I)</p> <p>Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II (FHTM II)</p> <p>Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III (FHTM III)</p>	<p>A substancial mudança trazida pelas diretrizes curriculares para os cursos de serviço social é a da superação da fragmentação entre história, teoria e método do Serviço Social.</p> <p>No atual currículo ainda prevalece essa separação. Há as disciplinas de história do Serviço Social e fundamentos teórico-metodológicos I, II e III.</p> <p>A Reformulação com vistas a atender à solicitação das Diretrizes Curriculares substitui as disciplinas de História do Serviço Social, História do Serviço Social na América Latina e no Brasil e as disciplinas de Fundamentos Teóricos Metodológicos I, II e III pelas disciplinas de FHTM I, II e III</p>
	<p>Trabalho e Sociabilidade</p> <p>Questão Social</p>	<p>A Reformulação do projeto se fundamenta nas diretrizes nacionais e define como eixos fundantes da formação profissional: o Trabalho e a Questão Social que estão na centralidade do debate da categoria profissional.</p> <p>Diferentemente, o atual currículo não contempla em suas disciplinas básicas a discussão acerca do Trabalho e da Questão Social, essa última entendida como objeto de intervenção do Serviço Social. Portanto, há necessidade de inserção das disciplinas de Trabalho e Sociabilidade e também a disciplina de Questão Social, componentes básicos do currículo trazidos pelas Diretrizes Curriculares.</p>
<p>Psicologia Social – disciplina optativa</p>	<p>Psicologia Social – disciplina básica</p>	<p>A disciplina de Psicologia Social está inserida na estrutura curricular como disciplinas básicas e não como optativa distribuída na estrutura curricular de 2007/2.</p>
		<p>A proposta de Reformulação</p>

Disciplinas Optativas	Disciplinas Optativas Seminários Temáticos Tópicos Especiais em Política Social	<p>ofertará as disciplinas optativas em formatos de Seminários Temáticos e Tópicos Especiais em Política Social.</p> <p>Traz intrínseca a concepção de que as disciplinas optativas devem tratar de temas atuais da profissão, como por exemplo, a política de assistência social que nem sequer é mencionada no atual currículo.</p> <p>Portanto, a presente proposta avança no sentido de também deixar em aberto a possibilidade de oferta de outras temáticas referentes às disciplinas optativas além daquelas elencadas na estrutura curricular. Ver 4.3.8 Estrutura Curricular.</p>
<p>Estágio Supervisionado I – 90 h</p> <p>Estágio Supervisionado II – 90 h</p> <p>Estágio Supervisionado III – 120 h</p>	<p>Estágio e Supervisão Acadêmica I – 105 h</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica II – 105 h</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica III – 105 h</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica IV – 105 h</p> <p>Total= 420 horas (Prática)</p> <p>O Art. 1º, Parágrafo único da Resolução CNE/CES Nº2, de 18 de junho de 2007 institui:</p> <p><i>“Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares do curso de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não de verão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário”.</i></p>	<p>Outro ponto que não contempla as diretrizes no PPC de 2007, diz respeito à carga horária mínima de estágio. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS dispõem que a carga horária mínima de estágio é equivalente a 15% da carga horária mínima do curso que é de 2700 horas. Fazendo com que o estágio deva ter no mínimo 405 horas. A proposta apresentada nesse PPC é de 420h. No PPC/2007 a carga horária de estágio é de 300 horas, não contemplando o mínimo exigido pelas Diretrizes Curriculares-</p> <p>Nesse sentido, a atual proposta contempla o estágio realizado em 4 semestres com uma carga horária total de 420 horas em aprendizagens realizada pelos acadêmicos nos campos de estágio.</p>
		<p>Outras mudanças trazidas pelas Diretrizes e que estão presentes na reformulação:</p> <p>Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;</p> <p>Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;</p>

		Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
--	--	---

4.3.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos do Curso

Objetivo Geral

- Formar profissionais com competências e habilidades capazes de analisar, propor, intervir, gerir, executar e avaliar políticas sociais em âmbito público e privado, atendendo às demandas sociais existentes e emergentes.

Objetivos Específicos

- Preparar o aluno para compreender o contexto sócio-político e econômico no âmbito internacional, nacional e amazônico, subsidiando a sua intervenção na realidade social.
- Respaldar o ensino da prática nas dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativo-formativo por meio de mediações entre ensino, pesquisa e extensão.
- Articular as diferentes áreas do conhecimento, por meio do caráter interdisciplinar, possibilitando a compreensão das implicações da prática profissional no contexto das relações de classe e redefini-las para efetivação dos direitos sociais.
- Incrementar o conhecimento tecnológico-informacional para que este possa responder as demandas apresentadas ao profissional do século XXI, nesta área do conhecimento.
- Estimular a participação no processo de organização da categoria profissional, bem como nos movimentos da sociedade civil e nas esferas de controle social.
- Propiciar a aproximação da universidade com a comunidade por meio de projetos e cursos de extensão;
- Estimular a produção de conhecimento por meio de núcleos de estudos e pesquisas.

4.3.3 Perfil do Egresso

O Curso de Serviço Social prepara os profissionais para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento. Dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e, sobretudo, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFT propõe construir um perfil profissional que “englobe a qualificação teórica com a fundamentação teórico-metodológica e técnico-instrumental apoiada nas vertentes das ciências sociais e da teoria crítica, aliada a uma formação ético-política” (IAMAMOTO, 2000:256).

4.3.4 Competências e Habilidades Gerais e Específicas a serem desenvolvidas durante a formação profissional.

Competências e Habilidades Gerais

De acordo também com as orientações da ABEPSS/MEC e Resolução CNE/CP nº 15, de 13 de março de 2002, estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional e implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do profissional de Serviço Social. As competências gerais a serem desenvolvidas pelo aluno:

- apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;

- exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor⁵.
- Formação voltada para utilização dos recursos da informática.

Competências e Habilidades Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de:

- analisar a Sociedade Brasileira, Tocantinense e Miracemense a partir de sua lógica de organização, através de uma abordagem crítica produzindo proposições, alternativas individuais e coletivas nos espaços de inserção do Serviço Social comprometendo-se com a problemática do seu tempo, a partir de atitudes estratégicas.
- desvelar o universo cultural do público-alvo inserindo-se no contexto dos diferentes espaços sociais, e de agregar forças sociais em torno de uma ética política voltada para a defesa da democracia e exercício da cidadania.
- propor, formular, executar e assessorar políticas sociais públicas e privadas, no âmbito do Estado, das empresas, na organização da sociedade civil e movimentos sociais articulando-as ao conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho.
- compreender a importância da atuação profissional pautada nas orientações filosóficas e éticas da profissão respaldadas pela Lei de Regulamentação Profissional e o Código de Ética.
- Comprometer-se com a problemática do seu tempo e apresentar, na interlocução crítica com o mercado de trabalho, um debate sobre suas mediações, numa perspectiva teórico-crítica e interventiva.
- viabilizar novas formas de interlocução com outras áreas do saber, garantindo o exercício da interdisciplinaridade.
- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para a viabilização da participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar os benefícios e serviços sociais;
- realizar visitas domiciliares e institucionais, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

⁵Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>

- exercer as funções de direção e gestão em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social;
- exercer a docência em cursos Superiores de Serviço Social, bem como supervisão direta a estagiários.

4.3.5 Campo de atuação profissional

O Curso de Serviço Social habilita profissionais para trabalharem em instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, tais como: empresas, instituições de assistência social, educação, saúde, lazer, sistema penitenciário, de seguridade social e movimentos sociais, ocupando as funções de planejamento, administração, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais.

Com formação generalista, o Assistente Social encontra um mercado de trabalho com múltiplas possibilidades de atuação que vai desde os espaços institucionais governamentais, tais como: secretarias estaduais e municipais, presídios, poder judiciário, instituições asilares, empresas industriais e comerciais, órgãos de planejamento; passando pelos não-governamentais tais como: associações, sindicatos, organizações comunitárias; ainda, conselhos de direitos e conselhos de política nas esferas: municipal, estadual e federal, prefeituras municipais e outros conselhos, até os espaços alternativos urbanos e rurais como: organizações sociais, unidades de produção coletiva tipo assentamentos rurais e áreas de reforma agrária, associações de produtores, comunidades indígenas e quilombolas.

4.3.6 Organização Curricular

As diretrizes curriculares para a formação do Assistente Social apresentam uma estrutura inovadora, abrangendo um conjunto de conhecimentos indissociáveis e organicamente vinculados a três núcleos de fundamentação.

Esses núcleos⁶ constituem a essência do projeto de formação profissional do Serviço Social, dando suporte teórico-prático à compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da crítica marxiana, visto o ser social enquanto totalidade histórica, que é a categoria fundante da teoria social de Marx diante da sociedade burguesa, de forma concreta, articulada,

⁶ Referente aos núcleos, Mendes (2004, p. 13), complementa que “...não se admite um tratamento classificatório e muito menos abordagem seqüencial entre os núcleos de conhecimento. Eles apresentam distintos níveis de abstração para abordagem dos processos sociais em seu movimento e o complexo de contradição que os constitui”.

movente, dinâmica e interagente, expressando a contradição e mediação das relações sociais através de aproximações sucessivas do real.

Essa compreensão é necessária para que o Assistente Social possa dar sentido à dimensão interventiva e operativa da profissão, de forma consciente e comprometida com a classe trabalhadora, bem como com suas necessidades e direitos, visando a dignidade humana.

Os núcleos citados, segundo Yamamoto (1998):

[...] são níveis distintos e complementares de conhecimentos necessários à atuação profissional. Em sua lógica curricular, apresenta uma característica que as matérias básicas previstas como áreas de conhecimento necessárias à formação profissional, podem ser tratadas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares, como monitorias, pesquisa, extensão, intercâmbios, etc. Todos esses componentes curriculares são reconhecidos como elementos formativos do Assistente Social. Busca-se ultrapassar, assim, uma visão tradicional do currículo centrado exclusivamente em disciplinas, valorizando a participação do estudante na dinâmica da vida universitária.

Faz-se necessário descrever, na essência, o teor dos núcleos de formação profissional, a fim de que possam ser revisitados pelos fundamentos teórico-metodológicos da crítica marxiana. São eles, de acordo com ABESS (1997, p. 64-67):

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social – este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que são particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico.

O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas.

Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira – Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional.

Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como, os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico-raciais, exclusão social etc. Para tanto devem ser objeto de análise: 1. Os padrões de produção capitalista [...] 2. A constituição do Estado brasileiro [...] 3. O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório [...] 4. Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira [...]. Estes conteúdos implicam uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional [...].

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional – O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas...[...] Remete pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo Assistente Social. É o

resgate dessa conjunção – rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária – que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão.

4.3.7 Estruturação dos núcleos de fundamentação e respectivas disciplinas

Com base nos conteúdos componentes de cada Núcleo de Fundamentação, foram organizados os seguintes componentes curriculares (disciplinas, seminários, oficinas e atividades complementares) que constituem a nova proposta de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFT:

Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional	Disciplinas	Carga Horária
Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Sociologia I	60 h/a
	Sociologia II	60 h/a
	Ciência Política	60 h/a
	Filosofia	60 h/a
	Economia Política e Serviço Social	60 h/a
	Psicologia Social	60 h/a
	Antropologia	60 h/a
Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Formação Social, Econômica e Política do Brasil.	60 h/a
	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia.	60 h/a
	Análise da Realidade Social	60 h/a
	Questão Social e Serviço Social	60 h/a
	Política Social I	60 h/a
	Política Social II	60 h/a
	Movimentos Sociais e Serviço Social	60 h/a
	Direitos Humanos e Serviço Social	30 h/a
	Estatística I	30 h/a
	Estatística II	30 h/a
	Direito e Legislação Social	60 h/a
	Serviço Social e o Conceito de Família	60 h/a
	Fundamentos do Controle Social	30 h/a
	Cultura Brasileira e Questão étnico-racial	60 h/a
Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional	Introdução ao Serviço Social	60 h/a
	Fundamentos Históricos e teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60 h/a
	Fundamentos Históricos e teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60 h/a
	Fundamentos Históricos e teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60 h/a
	Metodologia do Trabalho Científico	60 h/a
	Pesquisa em Serviço Social I	60 h/a

X	Economia Política e Serviço Social	60	Nenhum
	Filosofia	60	Nenhum
X	Introdução ao Serviço Social	60	Nenhum
	Sociologia I	60	Nenhum
	CH Total	300	

PRIVATIVA	2° SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	60	Nenhum
	Ciência Política	60	Nenhum
	Sociologia II	60	Sociologia I
X	Trabalho e Sociabilidade	60	Economia Política e SeSo
X	Fund. Histórico Teórico-Methodológico do Serviço Social I	60	Nenhum
	CH Total	300	

PRIVATIVA	3° SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
	Antropologia	60	Nenhum
X	Questão Social e Serviço Social	60	Trabalho e Sociabilidade
X	Fund. Histórico Teórico-Methodológico do Serviço Social II	60	FHTM I
	Direito e Legislação Social	60	Nenhum
	Psicologia Social	60	Nenhum
	CH Total	300	

PRIVATIVA	4° SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
X	Ética e Serviço Social	60	Nenhum
X	Fund. Hist. Teórico-Methodológicos do Serviço Social III	60	FHTM II
X	Serviço Social e Processo de Trabalho	60	Questão Social e SeSo
X	Análise da Realidade Social	60	Nenhum
X	Política Social I	60	Nenhum
	CH Total	300	

PRIVATIVA	5° SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
X	Pesquisa em Serviço Social I	60	Nenhum
	Estatística I	30	Nenhum
X	Movimentos Sociais e Serviço Social	60	Nenhum
X	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo I	60	Processo de Trabalho e Serviço Social
X	Política Social II	60	Política Social I
X	Estágio e Supervisão Acadêmica I Teórica – 30h	135	Processo de Trabalho e Serviço Social

	Prática – 105h		
	CH Total de disciplinas	405	

PRIVATIVA	6º SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
X	Pesquisa em Serviço Social II	60	Pesquisa em SeSo I
X	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo II	60	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo I
X	Serviço Social e o conceito de Família	60	Nenhum
	Estatística II	30	Estatística I
	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	60	Nenhum
X	Estágio e Supervisão Acadêmica II Teórica – 30h Prática – 105h	135	Estágio e Supervisão Acadêmica I
	CH Total de disciplinas	405	

PRIVATIVA	7º SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
X	Pesquisa em Serviço Social III	60	Pesquisa em SeSo II
	Seminário Temático (optativa)	60	Nenhum
X	Gestão e Planejamento em Serviço Social	60	Nenhum
X	Direitos Humanos e Serviço Social	30	Nenhum
	Tópicos Especiais em Política Social (Optativa)	60	Nenhum
X	Estágio e Supervisão Acadêmica III Teórica – 30h Prática – 105h	135	Estágio e Supervisão Acadêmica II
	CH Total de disciplinas	405	

PRIVATIVA	8º SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
X	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	Pesquisa em SeSo III Supervisão Acadêmica III
X	Fundamentos do Controle Social Teórica – 30 h	30	Política Social II
X	Oficina de Projetos Sociais	60	Nenhum
	Tópicos Especiais em Política Social (Optativa)	60	Nenhum
	Seminário Temático (Optativa)	60	Nenhum
X	Estágio e Supervisão Acadêmica IV Teórica – 30h Prática – 105h	135	Supervisão Acadêmica III
	CH Total de disciplinas	405	
	Atividades Complementares	135	

* O Relatório das Atividades Complementares deverá ser entregue no oitavo semestre e ficará sob a responsabilidade de uma Comissão definida no Colegiado de Curso.

PRIVATIVA	9º SEMESTRE	CH	PRÉ-REQUISITO
	Tópicos Especiais em Política Social (Optativa)	60	Nenhum
	Cultura Brasileira e Questão étnico-racial	60	Nenhum
X	Magistério e Supervisão em Serviço Social	60	Nenhum
	Seminário Temático (Optativa)	60	Nenhum
X	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	Trabalho de Conclusão de Curso I
CH Total de disciplinas		300	

CARGA HORÁRIA DO CURSO POR COMPONENTE CURRICULAR E PERÍODO LETIVO

COMPONENTES CURRICULARES	S E M E S T R E S									TOTAL
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
Disciplinas	300	300	300	300	270	270	270	270	300	2580
Estágio Supervisionado	-	-	-	-	135	135	135	135	-	540
Atividades Complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3255

A estrutura curricular é composta por disciplinas de 60 h/a o que equivale a quatro (4) créditos e disciplinas de 30 h/a que equivalem a dois (2) créditos. Para o professor cumprir a carga horária de 60 h/a e 30 h/a, será necessário ministrar 80% da carga horária das disciplinas na modalidade presencial⁷ e outros 20% na modalidade semipresencial⁸.

As disciplinas privativas deverão ser ministradas por docentes com formação em Serviço Social, devido ao conteúdo específico e garantido na lei que regulamenta a profissão (Lei de Regulamentação da Profissão – nº8662/93) e o Código de Ética Profissional (1993).

As disciplinas de Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, III e IV são compostas de 30 h/a teóricas e 105h práticas distribuídas em cada semestre, totalizando 120h teóricas e 420h

⁷ De acordo com o Regimento Acadêmico da UFT entende-se como modalidade presencial – atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico;

⁸ Semipresencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como, aquela intermediada por mídias específicas;

práticas, sendo estas desenvolvidas pelos discentes nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, tornando-se locais de estágio mediante convênio. O Estágio Supervisionado inserido nestas disciplinas I, II, III e IV diz respeito às horas de estágio realizadas pelo aluno na instituição, mediante orientação do profissional assistente social de campo e devidamente acompanhado pelo professor orientador, o que será mais detalhado no item **4.3.13** Política de Estágio Curricular Obrigatório.

As disciplinas de Pesquisa em Serviço Social II e Pesquisa em Serviço Social III poderão ser ministradas por dois professores, a fim de trabalhar com turmas menores para elaboração de projetos de pesquisa, mediante aprovação do Colegiado.

Além desses componentes curriculares, a nova proposta de formação prevê as denominadas “Atividades Complementares” que deverão ser cumpridas pelo/a estudante ao longo do curso. Este componente será melhor detalhado no item **4.3.14**.

O curso, conforme proposta apresentada terá duração de 04 (quatro) anos e meio divididos em períodos semestrais. Portanto, o/a estudante poderá concluí-lo após 09 (nove) semestres de estudos.

A cada concurso vestibular serão oferecidas 80 (oitenta) vagas, com entradas no primeiro e segundo semestres do ano letivo, em turnos matutinos e noturnos.

Com a preocupação de facilitar o processo de transição do atual currículo para essa nova proposta, elaborou-se um quadro de equivalências com o intuito de validar determinadas disciplinas já cursadas pelos/as acadêmicos/as do curso. Ao mesmo tempo, o estudo dessas disciplinas equivalentes permitirá que estudantes que estão freqüentando o curso até o 6º semestre possam se adaptar à nova proposta, após aprovação do CONSEPE e assinatura do Termo de Anuência pelos alunos. O quadro de equivalências será melhor detalhado no item **4.3.8.2**.

Disciplinas Optativas

DISCIPLINAS OPTATIVAS: TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICA SOCIAL

OPÇÕES	CH
Política de Assistência Social	60
Política de Previdência Social	60
Política de Trabalho, Emprego e Renda	60
Política Agrária	60

DISCIPLINAS OPTATIVAS: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

OPÇÕES	CH
Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	60
Gênero e Classe Social	60
Povos Indígenas do Tocantins	60
Sexualidade, Corporalidades e Direitos	60
Sociedade e Meio Ambiente	60
Mídia, Questão Social e Serviço Social	60
Serviço Social no Campo Sócio-Jurídico	60
Libras	60

De acordo com a tabela acima as disciplinas optativas podem ser ofertadas em forma de Seminários Temáticos e Tópicos Especiais em Política Social. Porém, os docentes do Colegiado do Curso de Serviço Social poderão apresentar outras propostas de disciplinas optativas tanto na modalidade de Tópicos Especiais em Política Social, quanto na modalidade Seminário Temático além das já elencadas, de acordo com as demandas apresentadas na realidade social.

Para tanto, as novas propostas de Programa de Disciplina deverão ser apresentadas ao Colegiado do Curso de Serviço Social, contendo: ementa, objetivos, conteúdo programático e metodologia de avaliação, bem como, em anexo apresentar justificativa da oferta da disciplina, argumentando sua importância para a formação profissional do assistente social.

As propostas de disciplinas optativas deverão ser apresentadas ao final de cada semestre, à época da distribuição de disciplinas entre os docentes e serão analisadas, pelo Colegiado do Curso de Serviço Social e submetida à aprovação.

Além disso, as disciplinas optativas poderão ser cursadas em outros cursos da UFT, desde que tenham relevância para formação profissional e seu aproveitamento será analisado pelo Colegiado do Curso de Serviço Social, mediante solicitação do acadêmico.

4.3.8.1 Ementário e Bibliografia

Disciplinas Obrigatórias

1º SEMESTRE

Metodologia do Trabalho Científico

Ementa: A produção do conhecimento científico. A organização, sistematização e apresentação do trabalho acadêmico, observando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT: Metodologia Científica.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar:

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. Porto Alegre: s. n., 2009.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

Economia Política e Serviço Social

Ementa: A economia política clássica e a crítica da economia política. Caracterização das formas de organização econômica e social. Estudo sobre o modo de produção capitalista, reprodução da vida social, trabalho, a mercadoria, a mais-valia, a alienação; Keynesianismo e a emergência do “Welfare-State”. Neoliberalismo e “crise” do “Welfare-State”.

Bibliografia Básica:

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 12 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. SP: Cortez, 2006.

LESSA, S. & TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

Bibliografia Complementar:

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

IANNI, O. **A sociedade Global**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 2002.

MARX, Karl. **Escritos Econômicos e Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editora, 2006.

_____. **Para a crítica da economia política [e outros escritos]**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro 1, Volume 1**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21ª edição. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro 1, Volume 2**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21ª edição. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro 2**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21ª edição. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 13 ed. São Paulo: Moderna. 1995.

Filosofia

Ementa: Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. A. & MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à Filosofia**. 3 ed. Rev São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática. 2003.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**. 15. Ed. São Paulo. Saraiva, 2003.
 REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

Bibliografia Complementar:

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. São Paulo: Cia das Letras. 1995.
 GILES, Thomas. R.. **Introdução à Filosofia**. 3 ed. São Paulo. EPU. 2002
 KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
 LESSA, S. & TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
 PRADO JUNIOR, Caio. **O que é filosofia**. São Paulo. Brasiliense, 2001.
 SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

Introdução ao Serviço Social

Ementa: O Serviço Social e a universidade. Serviço Social como profissão e as atuais diretrizes da formação profissional. As organizações profissional e acadêmica do Serviço Social. As tendências do mercado de trabalho do/a Assistente Social.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2004.
 NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.
 MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

ABEPPS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **In: Revista Serviço Social e Sociedade (79)**. São Paulo: Cortez, 2004.
 CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **In: Revista Temporalis (02)**. Brasília: ABEPSS/Valci, 2000.
 IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social: Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez, 2004.
 IAMAMOTO, Marilda. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **In: Revista Temporalis (01)**. Brasília: ABEPSS/Valci, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e Alienação**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTAÑO, Carlos. O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. **In: Revista Serviço Social e Sociedade (53)**. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: O serviço Social posto à prova. **In: Revista Serviço Social e Sociedade (79)**. São Paulo: Cortez Editora. Março. 2004.

_____. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. **In: Revista Temporalis (01)**. Brasília: ABEPSS/Valci, 2000.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **In: Revista Serviço Social e Sociedade (79)**. São Paulo: Cortez Editora. Março. 2004.

REVISTA TEMPORALIS. Brasília: Unb/Valci, ano IV, n. 07, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **In: Revista Serviço Social e Sociedade (81)**. São Paulo: Cortez Editora. Março. 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DA UFT

Sociologia I

Ementa: Análise da emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social; a configuração da sociologia como campo científico. Estudo das matrizes clássicas do pensamento sociológico e o debate contemporâneo.

Bibliografia Básica:

DURKHÉIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IANNI, Octavio (org.) **Marx Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 7º ed. São Paulo: Ática, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Coleção Teoria. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1989.

WEBER, Max. **A ética Protestante e o espírito do capitalismo**. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

COHN, Gabriel (org.) **Weber: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 5º ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. São Paulo: Ática, 2005.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. São Paulo. Cortez. Editora, 1990.

2º SEMESTRE

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Ementa: A herança colonial e a constituição do Estado nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu ocaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.

Bibliografia Básica:

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 23. Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Bibliografia Complementar:

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

_____. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

NOVAES, F. A. **Portugal e Brasil no antigo sistema colonial (1777-1808)**. 5.ed. São Paulo: HICITEC, 1989.

PINHEIRO, P. S. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte ate 1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

REIS, F. W.; O' DONNEL, G. (Org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

SAES, D. **A formação de Estado Burguês no Brasil. (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. **A ideologia do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Ciência Política

Ementa: Fundamentos histórico-conceituais do Estado: Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau. O Estado-Nação. Análise do Estado capitalista moderno, destacando as principais ideologias contemporâneas: liberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto; Pasqualino, Gianfranco & MATTEUCCI, Nicola. Dicionário de Política. 10ª Edição. Brasília: UNB, 1997 (pág. 954-962).

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1986.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1980.

WEFFORT, F. (org). **Os clássicos da política**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Benedict. As promessas do Estado-Nação para o início do século. In: HELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, 1999.

BERTELLI, Antônio Roberto. **A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukharin**. In: Revista Novos Rumos (02). São Paulo: Novos Rumos, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Hucitec, 1979.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Democracia e marxismo**: crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

Sociologia II

Ementa: Estudo e pesquisa da teoria social de Marx e alguns pensadores vinculados à tradição marxista. Análise crítica de textos originais priorizando o debate sobre teoria e método, as relações Estado e Sociedade Civil, Trabalho e Consciência. A pós-modernidade e a crítica marxista.

Bibliografia básica:

COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia complementar:

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, Karl. **Escritos Econômicos e Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editora, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções**: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, A Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Trabalho e Sociabilidade

Ementa: O significado ontológico-social do trabalho na constituição do ser social. O trabalho na sociedade capitalista: produção socializada e apropriação privada da riqueza. Trabalho alienado e sociabilidade no capitalismo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho e das metamorfoses no mundo do trabalho.

Bibliografia básica:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Trabalho e Ser Social.** Maceió, Edufal, 1997.

LESSA, S. & TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A dialética do trabalho.** São Paulo: Editora Expressão Popular.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e indivíduo social:** um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **O Capital.** Vol. I. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NETTO, José P. **Razão, ontologia e práxis.** In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 44. São Paulo: Cortez, 1994.

TEIXEIRA, F. & FREDERICO, C. **Marx no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2008.

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I

Ementa: O agravamento da Questão Social nos países desenvolvidos e particularmente no Brasil entre os anos de 1920 ao final da década de 1950 e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado. A emergência da profissão de Serviço Social: mercado de trabalho, dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas no referido período histórico.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues. **Mary Richmond: um olhar sobre os fundamentos do serviço Social**. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

3º SEMESTRE**Antropologia**

Ementa: A constituição epistemológica e histórica da antropologia social. Unidade Biológica e Diversidade Cultural. Cultura e Natureza como fundantes do pensamento Ocidental. O trabalho de campo na Antropologia. Identidade Nacional e cultura brasileira. Identidade Regional. Diversidade étnica e conflito no Brasil. Relações interétnicas e populações tradicionais do Estado do Tocantins.

Bibliografia Básica:

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. 8ª edição. São Paulo: Papyrus, 2007.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil Nação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Bibliografia Complementar:

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 552 p.

FARIAS, Agenor T. P. Pintura Corporal e Sociedade, os partidos Xerente. In: VIDAL, Lux (Org.). **Grafismo Indígena**. São Paulo: Nobel- Edusp, 1992.

JASANOFF, Sheila. **Designs on Nature: Science and democracy in Europe and The United States**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MAYBURY-LEWIS, David. **Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

_____. **O Selvagem e o Inocente**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990. 430 p.

NIMUENDAJÚ, Curt. **The Serente**. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942. 116.p.

SILVA, Aracy Lopes. Dois séculos e meio de História Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Questão Social e Serviço Social
--

Ementa: O processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. O significado contemporâneo da questão social e a desigualdade do acesso aos direitos econômicos, políticos e sociais. A questão social no Brasil e suas principais formas de expressão, priorizando o desemprego, a precarização das relações de trabalho, o pauperismo, a violência e a luta pela terra. A discussão polêmica em torno da questão social como matéria prima do exercício profissional.

Bibliografia básica:

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria Questão Social em debate**. Coleção Questões da Nossa Época v. 109. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sócio-históricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

Bibliografia complementar:

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, n. 3 , ano 2 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS/Odisséia, 2004.

PEREIRA, P. A. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis**, n. 3 , ano 2 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS/Odisséia, 2004.

ROSANVALLON, P. **A Nova Questão Social: Repensando o Estado Previdência**. Brasília: Instituto Theotonio Vilela, 1998.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, n. 3, ano 2 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS/Odisséia, 2004.

Psicologia Social

Ementa: Fundamentos histórico-filosóficos da psicologia social. A psicologia social na América Latina. Estudo do objeto e métodos da Psicologia social nas suas vertentes sociológica e psicológica. Estudo da interação indivíduo/sociedade, bem como, dos principais temas e categorias da Psicologia Social. Estudos de temas atuais de investigação em Psicologia Social que represente aprofundamento ou ampliação deste campo de estudo. Representação Social e Cognição Social.

Bibliografia básica:

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro:Vozes, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed., Rio de Janeiro:LTC, 1988.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L. **Psicologia Social**: Petrópolis, Vozes, 2005.

STREY, M. N. et al. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001

Bibliografia complementar

CAMPOS, R.H.F., GUARESCHI, P.A (orgs). **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Social Comunitária**. Da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1999.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (org.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

LANE, S. T. M. e CODO, W. (org.) **Psicologia Social: O homem em Movimento**. 13ª ED. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, M. E. **Psicologia Social dos Estereótipos**. EPU, 2005

MYERS, D. **Psicologia Social**. LTC, 2006.

Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II

Ementa: A questão social no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado. Demandas ao exercício profissional, mercado de trabalho, dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas e o significado do movimento de reconceituação na América Latina e particularmente no Brasil em tempos de ditadura militar.

Bibliografia básica:

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar:

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de Autodeterminação no Serviço Social: Visão Fenomenológica**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1988.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002. (pag. 23-70)

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues. **Mary Richmond**: um olhar sobre os fundamentos do serviço Social. Rio de Janeiro: CBCISS, 2004.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

Direito e Legislação Social

Ementa: Direitos civis, políticos e sociais. Direitos Individuais e Direitos Sociais. Direito e Estado. Direitos Humanos. A organização do Estado, dos poderes e da ordem social. A construção das instituições de direito no Brasil, bem como das formas de estruturação dos direitos e garantias fundamentais da cidadania. Contexto da Constituição Federal de 1988. Sistema de Seguridade Social. A Constituição Federal e suas interfaces com o Serviço Social. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, Seguridade Social, Estatutos (PPDS e Idoso), etc. A legislação profissional e outras legislações de interesse do Serviço Social.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Campus, 1992.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: Uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Constituição Federal. Brasília: 1988.

BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: 1993.

BRASIL, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Brasília: 2004.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome: Brasília: 2004.

BRASIL, Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Ministério da Justiça, Brasília, 1996.

BRASIL, Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Ministério da Justiça, Brasília, 2002.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética. In: Coletânea de leis – revista e ampliada. Porto Alegre: CRESS 10ª região, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

TRINDADE, José Damião. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

4º SEMESTRE

Ética e Serviço Social

Ementa: Os fundamentos ontológico-sociais da dimensão ético-política da vida social. A distinção entre ética e moral. Cotidiano, alienação, liberdade e reflexão ética. A construção do *ethos* profissional, o significado dos seus valores e da dimensão normativa através dos códigos de ética profissional. Código de ética profissional de 1993 e o Projeto ético-político do Serviço Social.

Bibliografia básica:

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sociohistóricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2000.

BONETTI, D. A. et al (orgs.). **Serviço Social e Ética: Um Convite a uma Nova Práxis**. 2ª ed. São Paulo: Cortez / CFESS,1998.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Bibliografia complementar:

ABEPSS. Formação do Assistente Social no Brasil e a Consolidação do projeto ético-político. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 79. Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

BARROCO, Maria Lucia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 79. Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.

CRESS. **Coletânea de Leis e Resoluções: Assistente Social; Ética e Direito**. 2 ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 1999-2000.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabeth(org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 28 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<p>Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III</p>

Ementa: Questão social e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado neoliberal frente ao processo de mundialização do capital, a partir dos anos 80. Reordenamento das relações Estado e Sociedade nos aspectos jurídicos, institucionais e políticos. A centralidade do trabalho e da questão social frente aos desafios contemporâneos da profissão: demandas, respostas teóricas, práticas e políticas do Serviço Social e os desafios do projeto ético-político do serviço social.

Bibliografia básica:

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Bibliografia complementar:

IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. (pag. 161-196)

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos**. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 50 – ANO XVII. São Paulo: Cortez, 1996. (p. 87-132).

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATTO, Ivete. Estado e Sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? In: **Cadernos Especiais** n.39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br.

Análise da Realidade Social

Ementa: Análise da conjuntura e seu reflexo na realidade regional. Poder local e democracia. Caracterização e particularidades das expressões da questão social. Enfrentamento, estratégias e possibilidades de intervenção profissional do assistente social.

Bibliografia básica:

- BAPTISTA, M.V. A ação profissional no cotidiano. In: **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez e Educ, 1995.
- FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez; 1997.
- RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade Popular e Poder Público**. São Paulo: Cortez, 2000.

Bibliografia complementar:

- FALEIROS, V. P. Desafios do Serviço Social na era da Globalização. **Serviço Social & Sociedade**, nº 61, p.152 – 186. Nov. 1999.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social em tempos de globalização. **Revista Inscrita**. Rio de Janeiro: Cortez, Ano II - N III. P. 13-18. 1998.
- SILVA, L. L. Um novo fazer profissional. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**, Brasília: CEAD, 2000.
- VASCONCELOS, A. M. de. O trabalho do Assistente Social e o projeto hegemônico no debate profissional. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**, Brasília: CEAD, 2000.
- SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

Serviço Social e Processo de Trabalho

Ementa: O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas sociais, movimentos sociais, organizações, espaço institucional. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. Inserção dos acadêmicos nos campos de estágio.

Bibliografia básica:

ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses o mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1996, nº 50, 1996. (p. 78-86).

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995

IAMAMOTO, M. **Serviço Social e a contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1997.

LESSA, S. **Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. Maceió: Edufal, 2007.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez; 1997.

_____. **Os Sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial; 2001.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho.

Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social, Brasília: CEAD, 1999.

BARBOSA, R.N.C. et all. A categoria "processo de trabalho" e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1998, nº 58, p. 109 - 130. Nov.1998.

COUTO, B. R. O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**, Brasília: CEAD, 1999.

FALEIROS, V. P. Desafios do Serviço Social na era da Globalização. **Serviço Social & Sociedade**, nº 61, p.152 – 186. Nov. 1999.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social I. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**, Brasília: CEAD, 1999.

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e Individuação**. Maceió: Edufal, 1995.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - Notas para uma análise perspectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1996, nº 50, p. 87 - 132. Ab. 1996.

SILVA, L. L. Um novo fazer profissional. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**, Brasília: CEAD, 2000.

SOUZA, M. L. de. **Serviço Social e Instituição**. São Paulo: Cortez, 1982.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área de saúde**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

Política Social I

Ementa: As políticas sociais nas sociedades capitalistas e a questão da cidadania. As interpretações sobre concepção, natureza e desenvolvimento das políticas sociais nos seguintes paradigmas: marxismo, liberalismo clássico, neoliberalismo e social-democracia. O capitalismo monopolista e a emergência e desenvolvimento do "welfare state" europeu e das políticas sociais brasileiras. O debate sobre a "crise" das políticas sociais. Contribuição do Serviço Social na produção e redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social.

Bibliografia básica:

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

COSTA, Lucia Cortes. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, Vicente de P. **A Política Social no Estado Capitalista**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia complementar:

BEHRING, Elaine. **Política Social e Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BOSCHETTI, E. e col. (orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

5º SEMESTRE

Pesquisa em Serviço Social I

Ementa: A ciência e o conhecimento científico. Natureza, método e processo de produção de conhecimento. Principais orientações teórico-filosóficas presentes na pesquisa social: positivismo, fenomenologia e materialismo histórico-dialético. O debate pós-moderno na pesquisa social. Ecletismo e pluralismo. Métodos, técnicas e instrumentos predominantes nas diferentes modalidades de pesquisa.

Bibliografia básica:

KONDER, Leandro. **O que é Dialética?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

Bibliografia complementar:

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista.** 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social: Utopia e Realidade.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as Ciências.** São Paulo: Cortez, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

Estatística I

Ementa: Estatística aplicada às Ciências Sociais. Planejamento da coleta de dados: pesquisas e dados e técnicas de amostragem. Descrição e exploração dos dados: dados categorizados, dados quantitativos e medidas descritivas. Séries estatísticas. Representações gráficas e sua interpretação. Distribuição de Frequência. A relação entre conceitos, indicadores e índices.

Bibliografia básica:

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais,** Florianópolis: Ufsc, 2001.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. **A Construção do Saber. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas.** Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada à Ciência Humana**. Tradução de Sérgio Francisco Costa 2º edição. São Paulo: Harbra, 1987.

MANDIN, Daniel. **Estatística Descomplicada**. 4º edição-Brasília: vest-com, 1996.

Bibliografia Complementar:

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DOWNING, D. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FREUND, J. E. **Estatística Aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LEAL, M. F & CÉSAR, M. A. (orgs.). **Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Brasília: CESE-MJ-FCC-CECRIA, 1998.

NAZARETH, H. **Curso Básico de Estatística**. São Paulo: editora Ática, 2003.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: Ed. AS, 1999.

Movimentos Sociais e Serviço Social
--

Ementa: Perspectivas teóricas sobre movimentos sociais; movimentos sociais em suas expressões de classe, e interseccionalidades: gênero e sexualidade, etnias e sua interlocução com outras forças sociais e políticas; o papel dos movimentos sociais no processo de construção social da realidade, em diferentes contextos. A dimensão educativa dos movimentos sociais na formação da cidadania. Tendências e perspectivas contemporâneas: Organizações não Governamentais, Redes e Terceiro Setor. A relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social.

Bibliografia Básica

CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais** Paradigmas Clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

Bibliografia Complementar

- ANTUNES, R. **“Indivíduo, Classe e Gênero Humano: o momento da mediação partidária”** in **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CAMPOS, M.S. **A Face dos modelos de intervenções do Serviço Social: A tutela social e defesa dos direitos sociais**. São Paulo: Cortez Serviço Social e Sociedade, nº 49, p.43.
- CARDOSO, R.C. L. A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: **Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. DAGNINO, Evelina (Org) São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COGGIOLA, O. (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.
- DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. S. Paulo, Brasiliense, 1994.
- GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. **Movimentos sociais e educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Questões da nossa época, v. 5).
- _____. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.
- GRAY, J. **Falso amanhecer. Os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.
- HARNECKER, M. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. São Paulo: Ed Global, 1983.
- IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.
- KOWARICK, L. **Processo de Desenvolvimento do Estado na América Latina e Políticas Sociais**. Revista Serviço Social e Sociedade nº17, ano VI, São Paulo: Cortez, 1985.
- LARANJEIRA, S. (org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. S. Paulo, Hucitec, 1990.
- LESSA, S. **“Sociabilidade e Individuação”** in A ontologia de Lukács, 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 1997.
- MARTINS, J. de S. **Sociedade vista do abismo**. (A): Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes. 2002.
- REIS, M. B. M. Balanço crítico do debate teórico acerca dos “novos movimentos sociais” no Brasil. In: **Revista Movimento social e Serviço Social**. Nº 3. São Luis: EdUFMA, 2001.
- RAICHELIS, R. **Legitimidade Popular e Poder público**. São Paulo: Cortez 1988.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1998.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. In DAGNINO, Evelina. Os Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

WRIGHT, E. O. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Oficina de Instrumental Técnico-Operativo I

Ementa: Estudo teórico-prático do instrumental de ação interventiva do Serviço Social, entendido como conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitam a operacionalização da ação profissional. Conhecimento de diversas modalidades operativas e instrumentais, analisando as diferentes formas de linguagem. Desenvolvimento de temáticas que envolvam posturas e atitudes no processo de intervenção.

Bibliografia básica:

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres Técnicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia complementar:

ALBIERO, C. M. G.; LIMA, G. A. T. **Instrumental Técnico Operativo do serviço social – Documentação**. Bauru/SP, 1996. Trabalho não publicado.

ALBIERO, C. M. G. **Parecer Social**. Bauru/SP, 2001. Trabalho não publicado.

ALBIERO, C. M. G.; MUNIZ, E. **Instrumental Técnico Operativo do Serviço Social**. Bauru, SP, 1998. Trabalho não publicado.

ALBIERO, C. M. G.; MUNIZ, E. **Instrumental Técnico operativo do Serviço Social**. Bauru, São Paulo, 2002. Trabalho não publicado.

BENJAMIN, A. **A entrevista de ajuda**. 6ª ed. São Paulo, Martins Fontes

CAMPAGNOLLI, S. R. A. P. **Instrumentos e Técnicas em Serviço Social – Visita Domiciliar**. Paraná, s/data. Trabalho não publicado.

GARRET, A. **A entrevista: seus princípios e métodos**. 5ª edição. R.J. AGIR 1967.

GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. de S.; NEVES FILHO, A. **Crerios de Avaliao para classificao s3cio-econ3mica: Elementos de atualizao.** In: Revista Servio Social & Realidade, vol. 8, n3 1. Franca/SP:Editora\UNESP, 1999.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. . **Capacitao em Servio Social e Poltica Social: M3dulo 4: Crise Contemporanea, Questao Social e Servio Social**, Bras3lia: CEAD, 2000.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Servio Social no equacionamento de "pseudos problemas" da/na profissao. **Revista Construindo o Servio Social** n3 3. EDITE .SP, maro 1998 .

MACKAY, I. **Como ouvir pessoas.** S3o Paulo: Nobel, 1984.

Souza, Herbert de. Como fazer uma an3lise de conjuntura. Petr3polis, Vozes, 1992.

MARTINELLI, M.L.; KOMROUYAN, E. Um Novo Olhar para a questao dos Instrumentais t3cnico-operativos em Servio Social . **Revista Servio Social e Sociedade** n3 45. Cortez, agosto 1994.

Pol3tica Social II

Ementa: As pol3ticas sociais no Brasil e a Constituio de 1988. Formulao e gesto das pol3ticas sociais do Brasil na atual conjuntura. Os princ3pios da descentralizao pol3tico administrativa e a constituio do fundo p3blico. Conselhos de Direito, Controle Social e Gesto Democr3tica. Os processos de municipalizao e questao da focalizao. O Terceiro Setor. As pol3ticas setoriais e suas respectivas legisla3es.

Bibliografia b3sica:

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-Reforma:** Desestruturao do Estado e Perda de Direitos. S3o Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tend3ncias da previd3ncia e da assist3ncia social brasileira. S3o Paulo: Cortez.

_____. **O mito da assist3ncia social:** ensaios sobre Estado, Pol3tica e Sociedade. S3o Paulo: Cortez, 2008.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. YASBECK, Maria Carmelita & GIOVANNI, Geraldo di. **A Pol3tica Social Brasileira no S3culo XXI:** A preval3ncia dos programas de transfer3ncia de renda. 3 Ed. S3o Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia complementar:

BATTINI, Odária. (Org.). **Assistência Social: Constitucionalização, Representação, Práticas**. São Paulo: Veras, 2007.

_____. **SUAS – Sistema Único de Assistência Social em Debate**. São Paulo: Veras, 2006.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, Coleção Biblioteca Básica, v. II, 2007.

COSTA, Lucia Cortes. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Lucia Maria de Barros. FREIRE, Silene de Moraes & CASTRO, Alba Tereza Barroso. (Orgs.). **Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, A . **A Menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

Estágio e Supervisão Acadêmica I

Ementa: Apreensão e exercício do trabalho profissional do assistente social nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Supervisão da prática cotidiana do aluno estagiário, pautada no projeto ético-político do Serviço social, desenvolvendo habilidades e atitudes com relação à análise e apreensão da instituição, das expressões da questão social, proposição de ações e sistematização do trabalho do aluno-estagiário.

Bibliografia básica:

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. **Supervisão em Serviço Social – o supervisor, suas relações e seus papéis**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades**. Santo André/SP: ESETec, 2008.

LEWGOY, Alzira B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar:

ALBIERO, C.M.G. “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social”. **Tese de Doutorado**. PUC-SP, 2006.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

SENAI: **Construindo a Cidadania** – Habilidades básicas e de gestão – Departamento Regional de São Paulo: São Paulo, 2000.

BRASIL. Brasília/DF. **Lei nº. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e a outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 172º de Independência e 105º da República.

BRASIL. Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 174º da Independência e 107º da República.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 169º da Independência e 102º da República.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de “pseudos problemas” da/na profissão. **Revista Construindo o Serviço Social** nº 3. EDITE . SP, março 1998.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Editora Cortez, 2ª Ed., 1999

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente às temáticas trabalhadas nos campos de estágio

6º SEMESTRE

<h3>Pesquisa em Serviço Social II</h3>
--

Ementa: A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do/a Assistente Social e como subsídio para a produção de conhecimento. A dimensão ética nas práticas de pesquisa. A elaboração do projeto de pesquisa preferencialmente a partir da realidade de estágio.

Bibliografia básica:

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa – uma introdução**. São Paulo: Editora EDUC, 1996.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social**. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação – O Positivismo; A Fenomenologia; O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente aos temas de pesquisa elaborados pelos discentes.

Oficina de Instrumental Técnico-Operativo II

Ementa: Estudo teórico-prático do instrumental de ação interventiva do Serviço Social, entendido como conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitam a operacionalização da ação profissional. Ampliação do conhecimento de diversas modalidades

operativas e instrumentais, analisando as diferentes formas de linguagem. Desenvolvimento de temáticas que envolvam posturas e atitudes no processo de intervenção.

Bibliografia básica:

BEZERRA, Aída. “As atividades em educação popular.” **Revista CEI**, Suplemento n.22, out. 1978. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1978.

FREIRE, M. et al. **Grupo – Indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento**. 2ª ed. Série Seminários. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1977.

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1995.

Bibliografia complementar:

ALBIERO. C. M. G. **O trabalho em equipe**. Bauru, São Paulo, 1996. Trabalho não publicado.

ALBIERO. C. M. G. **Equipe, Parceria e Sinergia**. Bauru, São Paulo, 2001. Trabalho não publicado.

ALBIERO. C. M. G. **Assembléias, conferências, fóruns de debates, Congressos e convenções**. Bauru, São Paulo, 2001. Trabalho não publicado.

ARAÚJO. P. H. **Motivando o talento humano**. Blumenau: EKO, 1999.

CAMPAGNOLLI, S. R. A. P. **Instrumental técnico-operativo do Serviço Social – “Reunião”**. Paraná, s/data. Trabalho não publicado.

FRITZEN, S. J. **Exercícios práticos de Dinâmica de Grupo I, II e III**. 9a. edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

GRAMIGNA, M. R. M. **Jogos de Empresa e Técnicas Vivenciais**. São Paulo: Makron Books, 1995.

Costa, Beatriz B. “Para analisar uma prática de educação popular.” **Revista CEI**, Suplemento. N.17, abr. 1977. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1977.

Gonçalves, A. M., Perpétuo, S. C. **Dinâmica de grupo na formação de lideranças**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

Minicucci, A. **Dinâmica de grupo**. S. Paulo, Atlas, 1993.

Pereira, W. C. C. **Dinâmica de grupos populares**. Petrópolis, Vozes, 1985.

Pichon Rivière, E. **O processo grupal**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

Ementa: Conceito de família em diferentes contextos sócio-históricos. A formulação de políticas com base na “centralidade da família”. Os papéis familiares em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos e seus paradigmas de fundação. Mitos e estereótipos em relação ao casamento e à família. Famílias, grupos de convívio e proteção social. Serviço Social e perspectivas de intervenção familiares.

Bibliografia Básica:

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1981.
- CARVALHO, M.C.B. (Organizadora). **A família contemporânea em debate**. São Paulo. Ed. Cortez. 1995. 122 p.
- DUBY, Georges. **História da Vida Privada**. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

- ACOSTA & VITALE. **Família: Redes, Laços, e Políticas Públicas**. IEE/PUC-SP. 2003
- BRASIL, Constituição. **República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Centro Gráfico. 1988.
- HOBBSAWM, E.J. **Era dos Extremos - O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo. Companhia da Letras. 1995.
- CANEVACCI, M. **Dialética da Família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. 5ª Edição. São Paulo, SP. Brasiliense, 1987. 282 p.
- CARVALHO, L. **Famílias chefiadas por mulheres**. Rev. Serviço Social & Sociedade nº 57, p. 74-93 (São Paulo). Cortez. 1998.
- ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOLDANI, A M. (1989). Mulher, família e transição demográfica. **In: Censos, consensos e contra-sensos**. Belo Horizonte, ABEP/Fundação Ford. 183 p.

SALLES, M.A., MATOS, M.C., LEAL, CM.C. (ORG.) **Política Social, Família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004

SARTI, Cíntia. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. **Famílias.** São Paulo: Cortez, Ano XXIII, volume 71, set. 2002 - quadrimestral. 199 p.

SZYMANSKI, H. Trabalhando com famílias. **Cadernos de Ação nº 1.** CBIA-SP - IEE-PUC/SP. São Paulo. Forja Ed. 1992.

TELLES, V.S. **A pobreza como condição de vida.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo. 4(2):37-45, abril/junho 1990.

Estatística II

Ementa: Aprofundamento de estudo da Estatística aplicada às Ciências Sociais. Planejamento da coleta de dados: pesquisas e dados e técnicas de amostragem. Descrição e exploração dos dados: dados categorizados, dados quantitativos e medidas descritivas. Séries estatísticas. Representações gráficas e sua interpretação. Distribuição de Frequência. A relação entre conceitos, indicadores e índices.

Bibliografia básica:

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais,** Florianópolis: Ufsc, 2001.

LAVILLE, Christian e Dionne, Jean. **A Construção do Saber. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas.** Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada à Ciência Humana.** Tradução de Sérgio Francisco Costa 2º edição. São Paulo: Harbra, 1987.

Bibliografia Complementar:

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil.** 15 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DOWNING, D. **Estatística Aplicada.** São Paulo: Saraiva, 1999.

FREUND, J. E. **Estatística Aplicada.** Porto Alegre: Bookmam, 2000.

LEAL, M. F & CÉSAR, M. A. (orgs.). **Indicadores de Violência Intrafamiliar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.** Brasília: CESE-MJ-FCC-CECRIA, 1998.

MANDIN, Daniel. **Estatística Descomplicada.** 4º edição-Brasília: vest-com, 1996.

NAZARETH, H. Curso Básico de Estatística. São Paulo: editora Ática, 2003.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: Ed. AS, 1999.

Formação Social, Econômica e Política da Amazônia

Ementa: Formação histórica, econômica e social da Amazônia com ênfase para o Tocantins Amazônico. A exploração da borracha no século XX e as condições de trabalho e de vida das populações envolvidas. Conflitos e problemas sociais na ocupação das terras: exclusão e surgimento de novos sujeitos sociais. O Norte Goiano e os impactos sócio-econômicos gerados com a construção da Belém-Brasília; A relação da Amazônia com a nova ordem mundial como uma área de fornecimento de matérias-primas. A criação do Estado do Tocantins (1988) e sua inserção na Amazônia legal.

Bibliografia básica:

CASTRO, E. M. R. Et al. (org.). Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração dos Mercados. In: **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do desenvolvimento Regional**. Belém: Cejup, 2001.

_____. **A Amazônia em Tempo de Transição**. Belém. UFPA. NAEA, 1989.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da terra e de luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800 a 1920)**. São Paulo: T. A Queiroz, 1980.

Bibliografia complementar:

CASTRO, E. M. R. Et al. (org.). **Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço**. UFPA. NAEA, 1989.

ALENCASTRO, Luis Felipe de & NOVAIS, Fernando Antônio. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol I e II.

AQUINO, Napoleão de Araújo. **A Construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDIN, Odair. (org.). Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

D. ARAÚJO, M. C. **Amazônia e Desenvolvimento à luz das Políticas Governamentais: A Experiência dos Anos 50**. In: RBCS nº 19. Ano 7, junho de 1992.

- FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz, MA: ética, 2008.
- SOUZA, Sônia Maria de. **Belém-Brasília: Abrindo Fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958-1975**. In: GIRALDIN, Odair. (org.). Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- LOUREIRO, V. R. **Amazônia, Estado, Homem, Natureza**. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, nº 1).
- PINTO, Lúcio Flávio. **CVRD: A Sigla do Enclave na Amazônia – As Mutações de Estatal e o Estado Imutável no Pará**. Belém: Cejup, 2003.
- PERRY, A. Balanço do Neoliberalismo. In: Emir Sader (org.). **Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Paz e Terra, 1995.

Estágio e Supervisão Acadêmica II

Ementa: Apreensão e exercício do trabalho profissional do assistente social nas dimensões teórica, técnico-operativa e ético-política. Supervisão da prática cotidiana do aluno estagiário, pautada no projeto ético político do Serviço social, desenvolvendo habilidades e atitudes com relação à análise e apreensão da instituição, das expressões da questão social, proposição de ações e sistematização do trabalho do aluno-estagiário.

Bibliografia básica:

- BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- _____. **Supervisão em Serviço Social – o supervisor, suas relações e seus papéis**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades**. Santo André/SP: ESETec, 2008.
- LEWGOY, Alzira B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar:

- ALBIERO, C.M.G. “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social”. **Tese de Doutorado**. PUC-SP, 2006.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

SENAI: **Construindo a Cidadania** – Habilidades básicas e de gestão – Departamento Regional de São Paulo: São Paulo, 2000.

BRASIL. Brasília/DF. **Lei nº. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e a outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 172º de Independência e 105º da República.

BRASIL. Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 174º da Independência e 107º da República.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 169º da Independência e 102º da República.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de “pseudos problemas” da/na profissão. **Revista Construindo o Serviço Social** nº 3. EDITE . SP, março 1998 .

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Editora Cortez, 2ª Ed., 1999

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente às temáticas trabalhadas nos campos de estágio

7º SEMESTRE

Pesquisa em Serviço Social III

Ementa: Desenvolvimento do projeto de pesquisa preferencialmente a partir da realidade de estágio. Elaboração do relatório de pesquisa. Comunicação de pesquisa.

Bibliografia básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar:

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa – uma introdução**. São Paulo: Editora EDUC, 1996.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social**. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação – O Positivismo; A Fenomenologia; O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente aos temas de pesquisa elaborados pelos discentes.

Gestão e Planejamento em Serviço Social

Ementa: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de

administração e planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Bibliografia básica:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo: Veras, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** Ed. compacta, 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GURGEL, Claudio. **A Gerência do Pensamento:** Gestão Contemporânea e Consciência Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Ademir Alves. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira –** Entre a Política e o Mercado. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia complementar:

BAPTISTA, M. Veras. O planejamento Estratégico na Prática Profissional Cotidiana. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade.** n.º 47. São Paulo: Cortez, 1995.

COHEN, Ernesto et all. **Avaliação de Projetos Sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1998.

GANDINI, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MOTA, P. R. Planejamento Estratégico em Organização Sem Fins Lucrativos: Considerações sobre Dificuldades Gerenciais. IN: VASCONCELOS, FILHO, P. TENORIO, F.(org.) **Planejamento Empresarial:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: LCT,1982.

Direitos Humanos e Serviço Social
--

Ementa: Histórico dos Direitos Humanos. Conceitos e finalidades dos Direitos Humanos. As Instituições e os Direitos Humanos. Filosofia dos Direitos Humanos. Discussões sobre proteção internacional dos Direitos Humanos. Garantias formais dos direitos humanos, em especial no Brasil e sua efetividade no processo de trabalho dos assistentes sociais.

Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo:** Anti-Semitismo, Imperialismo e Totalitarismo. São Paulo: Ed. Companhia das Letras. 1989.

LESBAUPIN, I. **As classes populares e os direitos humanos.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MONDAINI, M. **Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

_____. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, José Murilo. **A Cidadania e seus 2 maridos – Pontos e bordados, escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Cidadania no Brasil o Longo Caminho**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e Modernidade. In: **Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGESS – Vol I. N°I, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática: Os limites do Totalitarismo**. 2ª edição . São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes. 1977

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Wanderley. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PINSKY, Jaime (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

TELES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

VIEIRA, Liszt. **Os Argonautas da Cidadania: A Sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

WALZER, Michel. **O problema da Cidadania. Ensaio sobre Desobediência, Guerra e Cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

Ementa: Apreensão e exercício do trabalho profissional do assistente social nas dimensões teórica, técnico-operativa e ético-política. Supervisão da prática cotidiana do aluno estagiário, pautada no projeto ético político do Serviço social, desenvolvendo habilidades e atitudes com relação à análise e apreensão da instituição, das expressões da questão social, proposição de ações e sistematização do trabalho do aluno-estagiário.

Bibliografia básica:

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. **Supervisão em Serviço Social** – o supervisor, suas relações e seus papéis. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades**. Santo André/SP: ESETec, 2008.

LEWGOY, Alzira B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar:

ALBIERO, C.M.G. “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social”. **Tese de Doutorado**.“ PUC-SP, 2006.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

SENAI: **Construindo a Cidadania** – Habilidades básicas e de gestão – Departamento Regional de São Paulo: São Paulo, 2000.

BRASIL. Brasília/DF. **Lei nº. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e a outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 172º de Independência e 105º da República.

BRASIL. Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 174º da Independência e 107º da República.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 169º da Independência e 102º da República.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de “pseudos problemas” da/na profissão. **Revista Construindo o Serviço Social** nº 3. EDITE . SP, março 1998 .

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Editora Cortez, 2ª Ed., 1999

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente às temáticas trabalhadas nos campos de estágio

8º SEMESTRE

Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa: Elaboração do projeto de pesquisa empírica ou teórica com delimitação do tema de estudo que esteja vinculado, preferencialmente, às experiências de estágio.

Bibliografia básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, M. C.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar:

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa – uma introdução**. São Paulo: Editora EDUC, 1996.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social**. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação – O Positivismo; A Fenomenologia; O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente aos temas de pesquisa elaborados pelos discentes.

Fundamentos do Controle Social

Ementa: Marco legal do controle social. Conceitos de Democracia representativa e participativa. O modelo de controle social na Constituição Federal de 1988. Experiências de controle social: orçamento participativo os fundamentos do controle social na relação Estado e Sociedade civil em Gramsci. Análise crítica dos fundamentos do controle social.

Bibliografia Básica

BRAVO, Maria Inês. Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: **Política Social e democracia**. São Paulo: Cortez, 2002.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organizações das Classes Subalternas**. São Paulo: Cortez, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1982.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o Longo Caminho**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 2002.

_____. **A Cidadania e seus 2 maridos – Pontos e bordados, escritos de História e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CONANDA, UNICEF. **Ouvindo Conselhos: democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

REVISTA SER SOCIAL. Revista do Programa de Pós – graduação da Universidade de Brasília. Numero 15: Democracia e Participação sócio–política. Brasília: UNB, 2004.

SANTOS, Wanderley. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

OLIVEIRA, Heloisa Maria. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

Oficina de Projetos Sociais

Ementa: Elaboração de projetos sociais a partir de demandas e captação de recursos para viabilidade. Etapas de elaboração de projetos. Categorias de projetos sociais. Viabilidade e relevância social do projeto. Exequibilidade, gestão, monitoramento e avaliação. Fontes de financiamentos e estratégias para captação de recursos.

Bibliografia básica:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?:** Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial 2006.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Editora Veras, 2007.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

Bibliografia complementar:

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Editora Veras, 2007.

COHEN, Ernesto. **Avaliação de Projetos sociais**. Petrópolis –RJ, Editora Vozes, 1993.

CONTADOR, Claudio Roberto. **Projetos Sociais: Avaliação e Prática**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

DIONNE, Hugues. **Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento Sim ou Não: Um Modo de Agir Num Mundo em Permanente Mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

MARINO, Eduardo. **Manual de Avaliação de Projetos Sociais**. São Paulo: Editora Saraiva/Instituto Ayrton Senna, 2003.

SOTILLE, Mauro Afonso. **Gerenciamento do Escopo em Projetos**. Rio de Janeiro: Editora FGV- 2007.

Estágio e Supervisão Acadêmica IV

Ementa: Apreensão e exercício do trabalho profissional do assistente social nas dimensões teórica, técnico-operativa e ético-política. Supervisão da prática cotidiana do aluno estagiário, pautada no projeto ético político do Serviço social, desenvolvendo habilidades e atitudes com relação à análise e apreensão da instituição, das expressões da questão social, proposição de ações e sistematização do trabalho do aluno-estagiário.

Bibliografia básica:

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. **Supervisão em Serviço Social – o supervisor, suas relações e seus papéis**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades**. Santo André/SP: ESETec, 2008.

LEWGOY, Alzira B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia complementar:

ALBIERO, C.M.G. “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social”. **Tese de Doutorado**.“ PUC-SP, 2006.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

SENAI: **Construindo a Cidadania – Habilidades básicas e de gestão – Departamento Regional de São Paulo**: São Paulo, 2000.

BRASIL. Brasília/DF. **Lei nº. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e a outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 172º de Independência e 105º da República.

BRASIL. Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília.

BRASIL. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 174º da Independência e 107º da República.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 169º da Independência e 102º da República.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de “pseudos problemas” da/na profissão. **Revista Construindo o Serviço Social** nº 3. EDITE . SP, março 1998 .

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Editora Cortez, 2ª Ed., 1999

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

9º SEMESTRE

Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa: Estruturação do trabalho monográfico, em bases científicas, a partir dos resultados dos estudos realizados na disciplina Seminário de TCC I. Estudo e elaboração individual da monografia, sob orientação didático-pedagógica.

Bibliografia básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa Social e Ação Pedagógica: conceitos, métodos e prática**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAYO, M.C.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar:

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 17ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa – uma introdução**. São Paulo: Editora EDUC, 1996.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Avercamp, 2006.

TEMPORALIS. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social**. Ano V., n. 9, jan/jun., 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação – O Positivismo; A Fenomenologia; O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 2007.

Observação: A bibliografia será complementada pela literatura referente aos temas de pesquisa elaborados pelos discentes.

Cultura Brasileira e a Questão Étnico-racial

Ementa: A formação étnico-racial da sociedade brasileira. A eugenia e as políticas de segregação racial no Brasil. O imaginário eurocêntrico e as bases do preconceito étnico-racial. O Movimento Negro no Brasil e as políticas de Ação Afirmativa.

Bibliografia Básica

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar

- BORGES, Edson, et al.. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002;
- CHAIB, Lídia. **Ogum, o rei de muitas faces e outras histórias dos orixás**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- DELGADO, Ignácio G (Coord.) **Vozes (Além) da África. Tópicos sobre identidade Negra, Literatura e História Africanas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- POUTIGNAT, Philippe e Jocelyne Streiff-Fenart. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

Magistério e Supervisão em Serviço Social
--

Ementa: Estudo do conjunto de referências de natureza teórica e política que possibilitem a reflexão mais ampla sobre as funções do docente e supervisor assistente social. Problemática do horizonte legal que elas ensejam, desvelando os processos históricos que entrelaçam a dinâmica da profissão às particularidades dos processos de produção e reprodução das relações sociais na atualidade. Os processos de ensino-aprendizagem, avaliação e supervisão como elementos constitutivos da competência profissional do/da assistente social na busca da unidade entre exercício e formação profissional permanente.

Bibliografia Básica

- GIL, A.C. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo : Atlas, 1990, 111p.
- MASETTO, M (Org.). **Docência na Universidade**. Campinas : Papyrus, 9-26; 57-68; 77-93 ou Paginação Irregular, 1998. (Coleção PRAXIS)
- RIOS. T. A. **Compreender e Ensinar : Por uma docência da melhor qualidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760p. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. V. 1)

Bibliografia Complementar

ALBIERO, C.M.G. “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social”. **Tese de Doutorado.**“ PUC-SP, 2006.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social.** Brasília, p.81-97, 2000. (Revista Temporalis, n.º 1)

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e a outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 172º de Independência e 105º da República.

BRASIL. Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília.

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio Supervisionado.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

_____. **Supervisão em Serviço Social** – o supervisor, suas relações e seus papéis. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

D’ANTOLA, A. (Org.) et al. **A prática docente na universidade.** São Paulo : E.P.U, p.3-42, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. 7.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1998. 165p. (Coleção Leitura)**

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de Estágio: formação, saberes, temporalidades.** Santo André/SP: ESETec, 2008.

LEWGOY, Alzira B. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A.M. **Estratégias de Ensino – Aprendizagem.** 23.ed. Petrópolis : Vozes, 2002. 312p.

Brasil. Lei 9394, 20 de dezembro 1993. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial, Brasília : 1996.

Brasil. Lei 10.172, 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação.** Diário Oficial, Brasília, 2001.

MASETTO, M. T. **Competência Pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, p.11-45, 2003.

Disciplinas Optativas

Tópicos Especiais em Política Social

Política de Assistência Social

Ementa: A questão conceitual da Assistência Social. Assistência Social e políticas sociais. Assistência e assistencialismo. As questões culturais, econômicas, políticas e ideológicas relativas a assistência. Pobreza e políticas de assistência. Direito a assistência e necessidades humanas. Comparação de tipos de Estado e Assistência Social. Breve retomada da história da Assistência Social. Os serviços Socioassistenciais. "PNAS - SUAS". Gestão e do Financiamento. Conselhos Municipais de Assistência Social. Mediações institucionais e profissional e trabalhadores sociais.

Bibliografia Básica

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível.** São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaiza. **Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileira: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 1992.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sonia Maria Teixeira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **A Cidadania no Brasil.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

FLEURY, Sonia Maria Teixeira. **Estados sem cidadãos: seguridade social na América Latina.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios dos mínimos sociais.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Proteção Social na Periferia do Capitalismo considerações sobre o Brasil.** São Paulo em Perspectiva, n. 18, 2004.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 1998.

RICO, Elizabeth Melo. (org). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

Ementa: Trajetória da previdência social no Brasil no contexto da Seguridade Social e da Reforma do Estado. A Contra-Reforma do Estado e o desmonte da previdência social. A privatização do sistema previdenciário público e o processo de transição da previdência ao setor privado. As emendas constitucionais e as conseqüências das reformas para os trabalhadores.

Bibliografia Básica

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social no Brasil**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da Seguridade Social Brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões de Nossa Época, nº 78).

Bibliografia Complementar

FALEIROS, V. P. A questão da Reforma da Previdência no Brasil. **In: Ser Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília**. Departamento de Serviço Social – v. 1, nº 7, Brasília-DF, UnB.

NETTO, J. P. FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras. **In: LESBAUPIN, Ivo (org). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC**. 3ª Edição, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1999.

VIANNA, M. L.T.W. **A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. Que Reforma? O Sistema Brasileiro de proteção social, entre a previdência e a seguridade. **In: Ser Social Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília**. Departamento de Serviço Social – v. 1, nº 11. Brasília-DF, UnB.

Política de Trabalho, Emprego e Renda
--

Ementa: Entre Democracia e Autoritarismo: a construção das políticas públicas de trabalho e renda durante a experiência populista até o golpe militar de 1964 no Brasil. Ditadura e Políticas Públicas: entre o autoritarismo e o desenvolvimentismo. O processo de

redemocratização e a Constituição de 1988: novas perspectivas de geração de trabalho e renda. Geração de trabalho e renda no contexto neoliberal. Precarização do trabalho como política pública. Informalidade e Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho e renda.

Bibliografia Básica

BARBOSA Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2007.

OLIVEIRA, A. **Território e Mercado de Trabalho: discursos & teorias.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SILVA, M. O. S. & YAZBEK, M. C (orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

Bibliografia Complementar

Cepal. Panorama Social de América Latina. 2000-2008. Santiago do Chile.

CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945).** Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, L.M.B; FREIRE, S. M.; CASTRO, A.T.B. (orgs). **Serviço Social, Política Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI.** São Paulo: Editora Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

IANNI, O. **O Colapso do Populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Política Agrária

Ementa: A Questão Agrária na Primeira República. A Revolução de 1930 e a propriedade da terra. Desenvolvimentismo e Produção Monoexportadora e Agropecuária. Latifúndio e Reforma Agrária. Movimentos Sociais e Lutas pela Reforma Agrária no Brasil.

Bibliografia Básica

STEDILE, J. P (org.). **A questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2005 (Coleção Estudos Agrários).

_____. **A questão Agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005 (Coleção Estudos Agrários).

_____. **A questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003.** São Paulo: Expressão Popular, 2005 (Coleção Estudos Agrários).

Bibliografia Complementar

BORÓN, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BINSWANGER, H. & ELGIN, M. **Quais são as perspectivas para a reforma agrária?** Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, v.19, n.1, abril 1989.

DEININGER, K. Fazendo a reforma agrária negociada funcionar: experiência inicial da Colômbia, Brasil e África do Sul. In: LEITE, P. S. (Org.) **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: MDA/NEAD, 2000.

DE SOTO, H. **O mistério do capital.** Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo? Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza.** São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa de reforma agrária.** São Paulo, Caderno de Formação, n. 23, 2. ed., 1996.

Seminário Temático

Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil

Ementa: Estudo do processo histórico da constituição dos direitos, das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância e juventude no Brasil. A perspectiva contemporânea de direitos e a concepção de criança, adolescente e juventude na legislação brasileira. A realidade da criança, da adolescência e da juventude como expressão da questão social no Brasil e no Tocantins. O controle social através dos conselhos de política e direitos, tutelares, e a intersectorialidade das políticas sociais públicas voltadas à infância, adolescência e juventude.

Bibliografia básica:

ABRAMO, Helena e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (Orgs.). **A arte governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Edição revista. São Paulo: Cortez, 2009.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.) **Política Social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes & EUGENIO, Fernanda. (Orgs.). **Culturas Jovens – novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ANDRADE, José Eduardo. **Conselhos Tutelares: Sem ou Com caminhos?**. São Paulo: Veras, 2002.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes & IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência Violência: desperdícios de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

Sexualidade, Corporalidades e Direitos.

Ementa: Sexualidade e corporalidades na perspectiva das ciências sociais. Feminismos, Estudos gays e lésbicos, Teoria Queer. Diversidade e interseccionalidades. “Novas” famílias e outras conjugalidades. Opressão sexual e práticas dissidentes. Ativismos, direitos sexuais e reprodutivos.

Bibliografia Básica:

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual.** Garamond, São Paulo: 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber.** Volume I. São Paulo: Editora Graal, 1988.

GROSSI, Miriam Pilar (Org). **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond: 2005.

Bibliografia Complementar:

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo.** Caderno Pagu,(11) 1998.

CARRARA, Sérgio (Org). **Homossexualidade, Violência e Justiça: A Violência Letal contra Homossexuais no Município do Rio de Janeiro.** Instituto de Medicina Social, Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos - Vol. V: Ética, Sexualidade, Política.** São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006.

GÓIS, João Bosco Hora. **Desencontros: As relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil.** In: **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG).** v.4, n.1, Niterói, 2000. p. 7-16.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer – Uma política pós identitária para a educação.** In: **Revista de Estudos Feministas,** ano 9, 2º semestre, 2001.

_____. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2001.

MACKINNON, Catherine. **Hacia uma teoria feminista del Estado.** Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

MELLO, Luiz. **Novas famílias.** Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria queer e a questão das diferenças: Por uma analítica da normalização.** Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2007.

PARKER, Richard. G.; BARBOSA, Regina Maria. **Sexualidades Brasileiras.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Abia/Ims/Uerj, 1996.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. UFG: Revista Sociedade e Cultura, Vol. 11. Goiânia, No 2, 2008.

POCAHY, Fernando. **Rompendo o silêncio: políticas, teorias e atuação**. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RIOS, Roger Raupp. **A Homossexualidade no Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

VIANNA, Adriana & LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC; 2004

Mídia, Questão Social e Serviço Social

Ementa: Concepção de Indústria Cultural e a crítica aos meios de comunicação no enfoque e abordagem da Questão Social, estabelecendo uma mediação com o exercício profissional dos assistentes sociais e o projeto ético-político. Capitalismo e as condições sócio-históricas adversas que desconstroem direitos e conquistas da classe trabalhadora e o papel da mídia brasileira. Comunicação como direito e como ação política.

Bibliografia básica:

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BORGES, Altamiro. **A ditadura da mídia**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi/Associação Vermelho, 2009.

DURÃO, Fabio; ZUIN, Antonio & VAZ, Alexandre Fernandes. (Orgs.). **A indústria cultural hoje**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SALES, Mione Apolinario & RUIZ, Jefferson Lee de Souza. (Orgs.). **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

BUCCI, Eugênio & KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LIMA, Vênicio. **Mídia: Teoria e Política**. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MORAES, Dênis. **A Batalha da Mídia: Governos Progressistas e Políticas e Comunicação na América e outros ensaios**. São Paulo: Editora Pão e Rosas, 2008.

RAFAEL, J. C. **Educação e Punição: as medidas sócio-educativas e a infração juvenil no programa de televisão Cadeia Neles**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, 2006.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

MESZAROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Serviço Social no Campo Sócio-jurídico

Ementa: O sistema sócio-jurídico como espaço ocupacional do serviço social: órgãos de atuação; competências e atribuições, considerando os direitos fundamentais da pessoa humana. Instrumentos legais como referências para a atuação do Assistente Social no campo sócio-jurídico. Mecanismos de controle e de defesa dos direitos humanos e constitucionais.

Bibliografia básica:

ALAPANIAN, Sílvia. **Serviço Social e o Poder Judiciário: reflexões sobre o direito e o poder judiciário – Volume 1**. São Paulo: Veras, 2008.

_____. **Serviço Social e o Poder Judiciário: reflexões sobre o direito e o poder judiciário – Volume 2**. São Paulo: Veras, 2008.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro & JORGE, Maria Rachel Tolosa. (Orgs.). **Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

CHUARI, Sílvia Helena. Assistência jurídica e Serviço Social: reflexões interdisciplinares. In: **Revista Serviço Social e Sociedade (67)**. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, José Eduardo. O poder judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. In: **Revista Serviço Social e Sociedade (67)**. São Paulo: Cortez, 2001.

GAGLIETTI, Mauro. O discurso jurídico enquanto articulador da “sociedade”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade (60)**. São Paulo: Cortez, 1999.

GUINDANI, Miriam K. Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte. In: **Revista Serviço Social e Sociedade (67)**. São Paulo: Cortez, 2001.

MIOTO, Regina Célia. Perícia social: proposta de um percurso operativo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade (67)**. São Paulo: Cortez, 2001.

Sociedade e Meio Ambiente

Ementa: Meio ambiente e sociedade: a distinção natureza-cultura como base epistemológica do desenvolvimento das ciências no ocidente. O modelo produtivo capitalista e as intervenções no meio-ambiente: os projetos de desenvolvimento econômico e o impacto na vida das populações tradicionais. Sociedade do Consumo e desequilíbrio ambiental. Movimentos ambientalistas e projetos de sustentabilidade.

Bibliografia Básica

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: Edusc, 2004.

BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Cosac – Naif, 2002.

Bibliografia Complementar

ACSELRAD, H. (org.), **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

DIAS, G. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 6ª edição. São Paulo: Gaia, 2000.

LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2000.

ARRUDA, M.; BOFF, L. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

PEDRINI, A. de G. (org.) **Educação Ambiental**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar: Pensando o Ambiente Humano**. 2ed. Belo Horizonte: Rona, 2000.

THEODORO, S. H. (org.) **Mediação de conflitos sócioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Povos Indígenas do Tocantins

Ementa: Estudo sobre os Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo. A Formação étnica do Estado do Tocantins. Elementos da Cosmologia Jê. Povos Indígenas do Tocantins e sociedade envolvente. Relações interétnicas e violência. O impacto dos projetos de desenvolvimento econômico sobre a vida dos Povos Indígenas do Estado.

Bibliografia Básica

SILVA, Aracy Lopes. Dois séculos e meio de História Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MAYBURY-LEWIS, David. **O Selvagem e o Inocente**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Bibliografia Complementar

FARIAS, Agenor T. P. Pintura Corporal e Sociedade, os partidos Xerente. In: VIDAL, Lux (Org.). **Grafismo Indígena**. São Paulo: Nobel- Edusp, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. 8ª edição. São Paulo: Papyrus, 2007.

MAYBURY-LEWIS, David. **Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. **The Serente**. Los Angeles: The Southwest Museum, 1942.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1993.

Gênero e Classe social

Ementa: As relações de gênero enquanto construções sociais. Os movimentos de mulheres e a cidadania. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero: estruturalismo, marxismo e pós-estruturalismo. As políticas sociais e a questão de gênero. Identidade profissional, gênero e Serviço Social. Intervenções do Serviço Social e o enfoque de gênero.

Bibliografia Básica:

ALVES, B. M. & PITANGUY. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.

SAFFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, C. & SCALON, C. (org). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ADELMAN, Miriam & SILVESTRIM, C. B. **Gênero Plural: um debate interdisciplinar**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

AVILA, Maria Bethânia (org). **Novas Legalidades e Democratização da Vida Social**. Editora Garamound.

ALZANDUA, Glória. **Falando em línguas**: uma carta para mulheres escritoras do Terceiro Mundo. In: Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, 2000.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (tradução Maria Helena Kühner), 2005.

CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. In: **Revista Estudos Feministas**. V. 9 n.1, Florianópolis-SC: UFSC, 2001.

COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992.

LEGAULT, Gisele. Intervenção Feminista em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, 37, Ano XII. (Trad. Eva Faleiros) São Paulo: Cortez, 1991.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Editora Gradiva.

OLIVEIRA, E. M. **A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho**. São Paulo: Hucitec/CUT, 1999.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: Utopia da Cidade Disciplinar**. Editora Paz e Terra.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: São Paulo, EDUSC, 2005.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PIERUCCI, Flávio. As ciladas da diferença. In: **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, 2. USP: São Paulo, 1993.

RODRIGUES, Marlene T. **Serviço Social, políticas públicas, gênero & violência**. Mimeo: Brasília 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. UFRS: Porto Alegre, 1995.

SORJ, Bila & BRUSCHINI, C. **Novos Olhares: mulheres e relações de Gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994.

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Ementa: Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos áudio-visuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

FELIPE, Tânia. LIBRAS em contexto. 7 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

Bibliografia Complementar

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Strnadová, Vera. Como é ser surdo. São Paulo: Babel, 2000.

4.3.8.2 Estudo de Equivalência e Aproveitamento de Disciplinas

Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social

1º Período

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CSA495	Fundamentos Epistemológicos do Serviço Social	60	-	04	60	Introdução ao Serviço Social
CHU352	Sociologia	60	-	04	60	Sociologia I
CHU070	Filosofia	60	-	04	60	Filosofia
CSA496	Direito e Legislação Social	60	-	04	60	Direito e Legislação Social
NCL028	Metodologia do trabalho Científico	60	-	04	60	Metodologia do trabalho Científico

2º Período

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU002	Antropologia	60	-	04	60	Antropologia
CHU551	Formação Histórica e Social do Brasil	60	-	04	60	Formação Social, Econômica e Política do Brasil
CHU556	História do Serviço Social	60	-	04	60	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I
CSA039	Ciência Política	60	-	04	60	Ciência Política
CSA161	Economia	60	-	04	60	Economia Política e Serviço social

3º Período

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU557	História do Serviço Social na América Latina e no Brasil	60	-	04	60	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II
CHU558	Formação Histórica e Social da Amazônia	60	-	04	60	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia
CHU559	Teoria Política e Serviço Social I	60	-	04	60	-----
CHU560	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	60	-	04	60	-----
CHU561	Análise da Realidade e Diagnóstico Social I	45	15	04	60	Análise da Realidade Social

4º Período

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da
---------------	--	-----------------	-----------------	-----------	--------------	----------------------------------

						Nova Estrutura
CHU562	Pesquisa Social	60	-	04	60	Pesquisa em Serviço social I
CHU563	Teoria Política e Serviço Social II	60	-	04	60	-----
CHU564	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	60	-	04	60	-----
CET040	Estatística	60	-	04	60	Estatística I e Estatística II
CHU565	Análise da Realidade e Diagnóstico Social I I	45	15	04	60	Serviço Social e Processo de Trabalho

5º Semestre

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU566	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	60	-	04	60	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III
CHU567	Pesquisa em Serviço Social I	45	15	04	60	Pesquisa em Serviço Social II
CHU568	Teoria Política e Serviço Social III	60	-	04	60	-----
CSA508	Políticas Públicas e Sociais I	60	-	04	60	Política Social I
NCL130	Estágio Supervisionado I	30	90	08	120	1. Estágio e Supervisão Acadêmica I

6º Semestre

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU321	Sociologia Urbana e Rural	60	-	04	60	-----
CSA509	Políticas Públicas e Sociais II	60	-	04	60	Política Social II
CHU569	Pesquisa em Serviço Social II	45	15	04	60	Pesquisa em Serviço Social III
CHU570	Movimentos Sociais e Serviço Social	60	-	04	60	Movimentos Sociais e Serviço Social

NCL131	Estágio Supervisionado II	30	90	08	120	1. Estágio e Supervisão Acadêmica II
--------	---------------------------	----	----	----	-----	--------------------------------------

7º Período

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU571	Educação Popular e Serviço Social	60	-	04	60	-----
CHU572	Formação Histórica e Social do Tocantins	60	-	04	60	-----
CHU573	Etnologia dos Povos da Amazônia	60	-	04	60	-----
CHU574	Processos de Trabalho e Serviço Social I	60	-	04	60	-----
NCL132	Estágio Supervisionado III	30	120	10	150	-----

8º Período

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU575	Planejamento em Serviço Social	60	-	04	60	Gestão e Planejamento em Serviço Social
CSA510	Administração em Serviço Social	60	-	04	60	-----
CHU576	Processos de Trabalho e Serviço Social II	60	-	04	60	-----
NÃO EXISTE	Optativa I	60	-	04	60	Tópicos Especiais em Políticas Sociais (optativa)
NCL133	Monografia I	45	15	04	60	Seminário de TCC

9º Semestre

Código	Disciplinas da Estrutura Antiga	Teóricas	Práticas	CH	Total	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura
CHU065	Ética Profissional	60	-	04	60	Ética e Serviço Social
CHU316	Seminários Temáticos	60	-	04	60	Seminário Temático

						(optativa)
NÃO EXISTE	Optativa 2	60	-	04	60	Tópicos Especiais em Políticas Sociais (optativa)
NCL134	Monografia II	45	15			Orientação de TCC

Disciplinas Optativas

Código	Disciplinas Optativas da Estrutura Curricular Antiga	Disciplina Equivalente da Nova Estrutura Curricular
CHU577	Antropologia Cultural e Social	-----
CSA511	Antropologia Urbana e Rural	-----
CSA512	Direitos da Criança e do Adolescente	Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil
CSA513	Direito do Idoso e do Deficiente	-----
CHU579	Etnologia Indígena da Amazônia	Povos Indígenas do Tocantins
CHU580	Família e Sociedade	Serviço Social e o conceito de Família
LLA135	Leitura e Produção de Textos	-----
NCL135	Metodologia de Elaboração de Projetos	-----
CHU581	Mulher, Cultura e Sociedade	Gênero e Classe Social
CSA514	Políticas Educacionais	-----
NÃO EXISTE	Psicologia da Aprendizagem	-----
CHU582	Psicologia da Infância e Adolescência	-----
CHU312	Psicologia Social	Psicologia Social (disciplina obrigatória da estrutura curricular)
CSS029	Saúde da Família	Seminário Temático (Optativa)

4.3.9 Política de Pesquisa e sua transversalidade com o Ensino, Extensão e Pós-Graduação.

O debate sobre a Pesquisa, Extensão e a Pós-Graduação no curso de Serviço Social passam a tomar densidade a partir da reconceituação da profissão, no tempo histórico da transição das décadas de 1970 para 1980. A compreensão da necessidade do aprofundamento

e cristalização da pesquisa no âmbito da formação e do exercício profissional passa a se configurar como estratégia na tentativa de superação do pragmatismo, do empirismo, do formalismo e da debilidade teórica que marcaram historicamente o Serviço Social, e que desde o início do Movimento de Reconceitualização se apresentavam como questões a serem enfrentadas.

O desenvolvimento de pesquisa e o amadurecimento do significado da dimensão investigativa tomam um novo corpo e espaço no projeto de formação profissional, fortalecido pela criação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no final da década de 1970 e conseqüentemente com produção de conhecimento científico advinda das pesquisas desenvolvidas nesse espaço.

Nesse sentido, a fim de fortalecer a dimensão investigativa e potencializar a Pesquisa na formação e no exercício profissional, o curso de Serviço Social da UFT procura implantar e desenvolver sua Política de Pesquisa em consonância com os encaminhamentos oriundos dos debates e oficinas realizadas pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, “entidade que visa propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social, fundada em 1946, sob a denominação de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, a partir de 1998, pautada em uma concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação intrínseca entre graduação e pós-graduação, passa a ter como foco central a formulação e implementação de estratégias que permitam a articulação entre estes dois níveis e, ainda, definir uma política de pesquisa da área de Serviço Social que priorize eixos, temas e abordagens, potencializando esforços e recursos tendo em vista a qualificação da produção e o fortalecimento e consolidação do Serviço Social como área de produção do conhecimento” (ABEPSS, 2009).

As novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social elaboradas pela ABEPSS apontam para o desafio de se manter uma postura crítica diante da realidade social, garantindo e ampliando as conquistas alcançadas historicamente pela profissão. Para tanto, o documento aponta como princípio da dimensão profissional o “estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade [...] e a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão” (ABESS/CEDEPSS, 1997).

Isso mostra a relevância que a pesquisa e a extensão têm para o desenvolvimento da habilidade de construir conhecimentos que subsidiem a intervenção do profissional de Serviço Social. Essa preocupação está relacionada à estratégia de incentivar a atitude de permanente curiosidade, reflexão e investigação acerca da realidade social, para assim intervir de forma

estratégica, crítica e propositiva. Afinal, “ninguém hoje ousaria negar a evidência de que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigente” (Minayo, 1996).

Potencializando o caráter eminentemente interventivo da profissão, mas, uma intervenção atrelada ao conhecimento aprofundado e crítico da realidade a receber a intervenção profissional, por meio da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação, com vistas a garantir um exercício profissional condizente com os objetivos e metas, propostos nesse Projeto Pedagógico de Curso.

Para que os princípios delineados pela nova proposta curricular sejam de fato concretizados no processo formativo dos/as assistentes sociais é necessário a articulação da pesquisa com o ensino e a extensão de modo a permitir uma retroalimentação que deverá estimular a postura investigativa, efetivando verdadeiramente a indissociabilidade dessas dimensões. É justamente por isso que “o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social passam a ser encarados como componentes indissociáveis do exercício profissional, e não como atividades complementares, que podem ser eventualmente realizadas, quando se dispõe de tempo e condições favoráveis. Isso porque, o conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho, segundo propósitos preestabelecidos, é pressuposto daquela ação, no sentido, de tornar possível guiá-la na consecução das metas estabelecidas (Iamamoto, 1998).

Para tanto, a dimensão investigativa deverá ser trabalhada de forma transversal no processo de formação acadêmica, iniciada no primeiro semestre e desencadeada ao longo dos semestres subsequentes e contemplada em todas as disciplinas que constituem a grade curricular do curso de Serviço Social, tendo como espaço privilegiado as disciplinas: a) Metodologia do Trabalho Científico; b) Pesquisa em Serviço Social I; c) Pesquisa em Serviço Social II; d) Pesquisa em Serviço Social III; e) Estágio e Supervisão Acadêmica I; f) Estágio e Supervisão Acadêmica II; g) Estágio e Supervisão Acadêmica III; h) Estágio e Supervisão Acadêmica IV; i) Trabalho de Conclusão de Curso –TCC I; j) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II.

A partir do semestre letivo, em que se inicia o Estágio Supervisionado, as atividades de pesquisa deverão, preferencialmente, estar atreladas com o campo e temática ao qual o/a acadêmico/a encontra-se realizando o seu Estágio, com intuito de fortalecer o processo de conhecimento da realidade do campo de estágio e das possíveis intervenções a serem desenvolvidas. Gerando assim, a necessidade constante de diálogo e transversalidade entre as

unidades referentes ao Estágio com as disciplinas específicas de Pesquisa, a fim de qualificar o processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente a formação e o exercício profissional.

No intuito de concretizar a articulação mencionada o curso buscará os seguintes objetivos:

- envolver os/as estudantes em práticas investigativas desenvolvidas nas diversas disciplinas do curso, bem como estimular a participação deles em projetos de Iniciação Científica;
- promover reuniões pedagógicas para estreitar e articular as disciplinas dos mesmos semestres para atividades integradas de pesquisa;
- realizar reuniões entre os/as Coordenadores/as de Curso, Estágio e Pesquisa para afinarem as estratégias de potencialização da dimensão investigativa;
- instituir curso de pós-graduação (especialização/mestrado/doutorado) e garantir a articulação com o ensino e pesquisa no nível da graduação;
- realizar atividades de pesquisas que envolvam docentes, discentes, supervisores de campo e profissionais que participem do processo de formação;
- implementar propostas de pesquisa que tenham como parceiros instituições representativas da categoria profissional, bem como outras instituições governamentais e não-governamentais da região;
- estimular o desenvolvimento de pesquisas que envolvam outros cursos da UFT, bem como a realização de pesquisas interinstitucionais;
- estimular a participação de docentes e discentes em eventos de caráter técnico e acadêmico-científico com o intuito de socializar preocupações e resultados das pesquisas realizadas, assim como garantir e assegurar a formação continuada e complementar;
- manter parcerias com o conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO para afinamento e consonância com debates acerca da formação e exercício profissional, em especial às questões pertinentes ao desenvolvimento de pesquisas;
- estimular a realização do Fórum de Supervisores de campo para qualificar a dimensão investigativa na formação e no exercício profissional;
- inscrever o curso de Serviço Social da UFT na ABEPSS;
- organizar eventos que privilegiem o debate de práticas de pesquisa e a produção de conhecimento;

- estimular a publicação de pesquisas em formato de comunicação oral, pôster, publicação em ANAIS e Periódicos, assim como articular com os cursos de áreas afins para criação de Revista Científica no âmbito da UFT;
- criar mecanismos de publicação e divulgação das pesquisas realizadas pelo curso de Serviço Social, em especial as experiências de investigações realizadas nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, Estágio e Supervisão Acadêmica e o TCC;
- eleger um/a Coordenador/a de Pesquisa para desenvolver as atividades previstas no Regulamento de TCC.

Estes objetivos serão alcançados por meio das atividades desenvolvidas nas disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso, pelas pesquisas realizadas no âmbito da Iniciação Científica (PIBIC/PIVIC), nas pesquisas de TCC, pelas pesquisas de doutoramento e pós-doutorado do quadro docente e demais projetos alocados nos Grupos de Pesquisa do curso de Serviço Social e de áreas afins em convenio e parceria.

Os Grupos de Pesquisa serão organizados mediante demanda, interesse do Colegiado de Curso, e afinidade temática do corpo docente, desde que comprovada a sua relevância para o cumprimento dos objetivos estipulados na Política de Pesquisa, e conseqüentemente sua relevância para o desenvolvimento e fortalecimento do curso de Serviço Social, e de seus futuros cursos de pós-graduação. E serão regulamentados pelo colegiado do curso de Serviço Social, observando os procedimentos para a certificação institucional na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFT e junto ao CNPq.

Ao discutir a Política de Pesquisa, o Colegiado do curso de Serviço Social definiu como linhas:

- ***Estado, Sociedade e Política Social;***
- ***Questão Social, Serviço Social e Formação Profissional.***

A definição pelas respectivas linhas de pesquisa não procuraram dissociar as temáticas eminentemente transversais, mas sim, sistematizar a divisão dos projetos de pesquisa existentes e futuros. Possibilitando melhor organização da produção de conhecimento a ser elaborado pelo curso de Serviço Social, assim como também a possibilidade de agregar os professores de outras áreas que fazem parte do colegiado e corpo docente do curso, além de possibilitar a articulação com outras áreas do conhecimento, outros cursos e campus da UFT. Desde que compatíveis com o projeto ético-político da profissão, fortalecendo a direção social crítica construída ao longo da trajetória do Serviço Social no contexto brasileiro.

As linhas de Pesquisa agregarão as áreas de criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), conforme Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de

Pesquisa (GTPs) elaborado pela ABEPSS (2009), e/ou conforme as particularidades regionais, as particularidades do Curso de Serviço Social e da UFT como um todo.

Articulada à Política de Pesquisa serão desenvolvidas ações de Extensão tendo como referência a política da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFT. O curso de Serviço Social desenvolverá ações de caráter extensionista por meio de programas, projetos, ações e atividades reconhecidas e referendadas pelo Colegiado de Curso e pela PROEX.

Quanto à dimensão da Extensão Universitária, entende-se que esta se processa de acordo com os interesses e necessidade da comunidade, mas deve sempre estar articulada com o Ensino e a Pesquisa que propiciam a constante avaliação de seu conteúdo, e tem na sua realização a imensurável possibilidade de fortalecimento do Curso de Serviço Social no campus de Miracema do Tocantins.

A Extensão, um dos meios que o Curso de Serviço Social possui para estabelecer a via de mão dupla com a comunidade externa e potencializar as ações formativas, investigativas e interventivas, realizará programações com base nas dimensões e temáticas inerentes ao Curso de Serviço Social – obedecendo aos critérios institucionais e ao formato preconizado no manual da PROEX – na oferta de atividades peculiares à formação profissional, nas atividades interdisciplinares e multiprofissionais, nas atividades de extensão realizadas no conglomerado urbano da região de Miracema do Tocantins e demais localidades do Estado.

Desse modo, a Extensão enquanto processo educativo, cultural e científico que realimenta o conhecimento produzido pela academia, deve contribuir com o processo de transformação da realidade.

No intuito de concretizar a articulação já mencionada anteriormente, o curso buscará os seguintes objetivos:

- propiciar o envolvimento da academia e da comunidade em programações organizadas que envolvam expressões da Questão Social presentes na instância do Estágio Supervisionado e na prestação de serviços à comunidade;
- estabelecer formas de cooperação no planejamento e financiamento das atividades de Extensão;
- favorecer o desenvolvimento de eventos educativos e culturais a exemplo de seminários, palestras, encontros, oficinas e outros;
- contribuir com a formação continuada de assistentes sociais e profissionais de áreas afins, em especial os supervisores de campo;

- potencializar a formação profissional através de atividades tais como painéis, oficinas, seminários, palestras, cursos de extensão em que o debate sobre temas de interesse possa ser aprofundado;
- propor projetos de extensão no âmbito dos campos de estágio, vinculados às necessidades reais da comunidade usuária.

Ainda, vale destacar, que a política de extensão está intimamente relacionada com a política de estágio do curso de Serviço Social, na medida em que há uma articulação entre o corpo docente e os/as profissionais de Serviço Social que atuam nos diversos espaços sócio-ocupacionais campos de estágio.

A Política de Pós-Graduação deverá ser elaborada e implementada de forma processual, considerando dois eixos importantes:

- a) Capacitação dos docentes do colegiado de Serviço Social: atualmente o corpo docente é formado por três doutoras, três doutorandos e sete mestres. Esta situação remete à necessidade de investimento institucional na formação de uma parcela significativa do quadro docente.
- b) Oferecimento de cursos de pós-graduação (*strictu-sensu e latu-sensu*): como o curso de Serviço Social foi criado no ano de 2007/02, e trata-se do único curso do Estado do Tocantins em instituição pública, verifica-se a necessidade e demanda por cursos de pós-graduação em ambas as naturezas de formação. Nesse primeiro momento, o curso de Serviço Social priorizará a ofertar cursos de especialização, em especial para os/as supervisores/as de campo de estágio, e num segundo momento intenta-se a criação de curso de mestrado em área interdisciplinar no campus de Miracema do Tocantins, conforme possibilidades e demandas apresentadas.

4.3.9.1 Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria e PET.

A UFT possui um programa de fortalecimento do ensino de graduação, denominado PIM – Programa Institucional de Monitoria, no qual a destina 02 vagas para aluno monitor remunerada para auxiliar nas atividades didático-pedagógicas dos docentes. Os docentes do curso de Serviço Social participam todo semestre da seleção de acadêmico monitoria não-remunerada e remunerada, como também, na condução das orientações e das atividades do aluno monitor. Em relação ao Programa Especial de Tutoraria – PET -, o curso de Serviço Social tem interesse em apresentar propostas para formação de grupos PET.

4.3.10 Metodologia de Ensino e Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

4.3.10.1 Metodologia de Ensino

A educação e sua metodologia de ensino têm um papel importante na formação de profissionais neste mundo contemporâneo.

Para expressar melhor esta afirmação compartilhamos do pensamento de Wanderley que a *educação* (2000, apud Albiero, 2001, p. 150):

[...] forme indivíduos maduros, cidadãos responsáveis e sujeitos não domesticados, num clima de liberdade e de construção democrática, que deve suscitar e potencializar nos professores e estudantes, nos tempos de hoje, alguns pontos essenciais, como o oferecimento de ensino de qualidade; a revisão de paradigmas, modelos, teorias e métodos; produção de conhecimentos que capacitem os educandos a serem pessoas competentes, democráticas, éticas e solidárias no convívio social e no combate à pobreza e à desigualdade; potencialização de experiências alternativas; revitalização da educação popular; articulação da escola com os meios de comunicação; estímulo à autonomia e à flexibilidade nos modos de pensar e agir, bem como a ampliação da participação...

Ressalta-se neste momento que o *ensino superior* na atualidade,

...deve se adaptar para enfrentar as suas finalidades, que se tornam múltiplas. Dentre tais finalidades, ressaltam-se: a formação inicial, mas também a formação contínua durante toda a vida; a pesquisa científica e técnica, mas também a valorização econômica de seus resultados; a difusão da cultura e da informação científica e técnica, dentro inclusive, da cooperação internacional. Essas múltiplas finalidades se exercem num contexto novo, caracterizado pela democratização e renovação dos saberes, pela revolução tecnológica, pelas mudanças do mundo do trabalho, pela necessária abertura da universidade para o mundo econômico e o emprego. (Martins, 2002, p. 160)

Complementa-se esta reflexão com o pensamento da mesma autora (2002, p. 162) apontando que:

O ensino superior, nos dias atuais, ancora-se na definição de sua missão fundamental: ir ao encontro das necessidades fundamentais da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento humano e criando uma cultura da paz. É isso que embasa a pertinência da universidade no ensino, na pesquisa, na prestação de serviços à comunidade; é isto que exige uma gestão de qualidade.

Adentrando ao campo específico do Serviço Social, foco deste Projeto Pedagógico, sabe-se do grande avanço da profissão através dos princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais e da proposta das Diretrizes Curriculares da Área de Serviço

Social. Tais princípios estão expressos na luta pela consolidação da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, envolvidos os âmbitos da formação universitária e do exercício profissional.

Iamamoto (2000, p. 72-73) nos deixa uma contribuição quanto à formação profissional do assistente social que;

[...] o que se busca é uma formação generalista, ampla e densa, que permita ao assistente social situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais em propostas e frentes de trabalho. Enfim indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes. A defesa do projeto ético-político do Serviço Social ante a crise contemporânea exige que se aproprie do processo da 'reforma do ensino superior'. Estabelecer um diálogo crítico com suas justificativas, antecipar-se na formulação de respostas às propostas instituídas. É fundamental assegurar a unidade na condução política do debate no âmbito das entidades de representação da categoria e, particularmente, junto às unidades de ensino [...] E ampliar as formas e canais de defesa do ensino superior a serviço da coletividade.

Adentrando a Metodologia de Ensino e aprofundando a questão expressamos o pensamento de Masetto⁹ (1998:14-15), no que diz respeito a exigência de *totalidade* na formação de profissionais, este acrescenta que envolve o *desenvolvimento na área do conhecimento; no aspecto afetivo-emocional; habilidades, atitudes e valor* .

⁹ **1-Desenvolvimento na área do conhecimento.** Aquisição, elaboração e organização de informações, acesso ao conhecimento existente, relação entre o conhecimento que se possui e o novo que se adquire, reconstrução do próprio conhecimento com o significado para si mesmo, inferência e generalizações de conclusões, transferência de conhecimentos para novas situações, compreensão dos argumentos apresentados para defesa ou questionamento de teorias existentes, identificação de diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, emissão de opiniões próprias com justificativas, desenvolvimento da imaginação e da criatividade, do pensamento e da resolução de problemas. Desenvolver um saber integrando os conhecimentos de uma área específica com os de outras áreas, de forma interdisciplinar, voltada para os compromissos sociais e comunitários.

2-Desenvolvimento no aspecto afetivo-emocional. Crescente conhecimento de si mesmo, dos diferentes recursos que possui, dos limites existentes, das potencialidades a serem otimizadas. Para as faculdades e universidades, admitir essa dimensão de aprendizagem significa abrir espaços para que sejam expressos e trabalhados a atenção, o respeito, a cooperação, a competitividade, a solidariedade, a segurança pessoal – superando as inseguranças próprias de cada idade e de cada estágio -, a valorização da singularidade e das mudanças que venham a ocorrer, e um relacionamento cada vez mais adequado com o ambiente externo.

3-Desenvolvimento de habilidades. O que se faz com os conhecimentos adquiridos e com as experiências vividas no ensino superior? Alguns exemplos já estão contemplados no desenvolvimento da área cognitiva. Além desses, podemos exemplificar: aprender a trabalhar em equipe, comunicar-se com os colegas e com pessoas de fora do seu ambiente universitário e presentes em seu de trabalho profissional, fazer relatórios, realizar pesquisas, usar o computador, elaborar trabalhos individuais dos mais diferentes tipos, aprender com situações simuladas e com atividades em locais próprios de trabalho e em situações comunitárias.

4-Desenvolvimento de atitudes e valores. Por aprendizagem de atitudes e valores queremos dizer a necessidade de os cursos superiores se preocuparem com o fato de que seus educandos valorizem o conhecimento, a atualização contínua desse conhecimento, a pesquisa, o estudo dos mais diversos aspectos que cercam um problema, a cooperação, a solidariedade, a criticidade, a criatividade e o trabalho em equipe. Valores como democracia, participação na sociedade, compromisso com sua evolução, localização no tempo e no espaço de sua civilização, ética em suas mais abrangentes concepções (tanto em relação a valores pessoais como a valores profissionais, grupais e políticos) precisam ser aprendidos em nossos cursos de ensino superior.

Com o foco no processo de aprendizagem¹⁰ o autor valoriza uma formação de profissionais sob a ótica da totalidade, não só de conhecimentos, mas envolvendo atitudes e valores (pessoais como profissionais) tais como, democracia, participação, compromisso e ética.

Para tanto a escolha de estratégias deve permitir que o aluno adquira informações e ao mesmo tempo reconstrua seu conhecimento, para que ele possa debater o assunto e manifeste sua opinião a respeito e concilie o técnico com o ético na sua vida profissional.

Assim, a aula deve ocorrer não somente na universidade, mas deve extrapolar os muros universitários e se comungar com outros espaços que proporcionem a articulação da teoria com a prática.

Enfim, a metodologia deve estar calcada em relações dialógicas, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas aliadas ao ensino com pesquisa, alicerçada numa tecnologia inovadora, que leve à formação de um profissional humano, ético e competente.

Várias técnicas podem ser utilizadas, valorizando a aprendizagem como a aula expositiva, envolvendo slides, filmes, retroprojektor, apresentação de casos, mas principalmente provocando o diálogo e a participação do aluno. Também devem ser consideradas dinâmicas de grupo, fortalecendo as atividades pedagógicas coletivas como: seminários, excursões, atividades em grupos (grupo de observação e grupo de verbalização, painel integrado, grupos de oposição, projetos, dentre outros), mídia eletrônica, envolvendo o computador, a telemática, a internet, o bate-papo on-line (chat), o correio eletrônico (e-mail), a lista de discussão e a teleconferência. Outra atividade pedagógica importante é a avaliação que deve ser algo constante na sala de aula e que deve envolver também o sujeito do processo de aprendizagem: o aluno.

Portanto, a avaliação deve ser um elemento motivador da aprendizagem, deve ter o seu caráter de feedback ou de retroalimentação, oxigenando constantemente o processo de ensino-aprendizagem como um todo.

4.3.10.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

A avaliação educacional é um momento importante no processo de ensino-aprendizagem do aluno, pois pode ser uma espécie de “termômetro” para identificarmos se

¹⁰ Vale ressaltar que a “ênfase na aprendizagem como paradigma para o ensino superior alterará o papel dos participantes do processo: ao aprendiz cabe o papel central de sujeito que exerce as ações necessárias para que aconteça sua aprendizagem – buscar as informações, trabalhá-las, produzir um conhecimento, adquirir habilidades, mudar atitudes e adquirir valores. O professor terá substituído o seu papel exclusivo de transmissor de informações para o de mediador pedagógico ou de orientador do processo de aprendizagem de seu aluno” (MASETTO, 2006, p. 83)

estamos formando profissionais com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa num contexto sócio-político e econômico tão complexo, que acaba exigindo conhecimentos genéricos e específicos diante da realidade em que vivemos.

“O grande problema que enfrentamos não é evidentemente o como avaliar, mas sim o como ensinar” (SOUSA, 1998). Partindo desta afirmativa, percebemos que não é possível trabalhar avaliação sem trabalhar currículo e projeto pedagógico, pois a avaliação está ligada diretamente ao projeto do curso, envolvendo aspectos de natureza política, econômica, cultural e pedagógica. Ela não é, portanto, tão simples quanto parece, é preciso “analisar o processo de aprendizagem do aluno e oferecer um ensino de qualidade” (SOUSA, 1998).

Assim, torna-se fundamental que “as práticas de ensino, possam causar mudanças nas *relações e vínculos* entre docentes e alunos” (ROMÃO, 1998).

Uma das necessidades do ensino - na educação - é pensar a “formação profissional” não somente pelas exigências do mercado, mas pela construção de cidadãos capazes de desempenharem o seu papel de forma competente, envolvendo a ética e o compromisso com ações concretas, respaldadas pelo conhecimento teórico e as habilidades técnico-operativas.

Diante do exposto, podem-se destacar alguns pressupostos fundamentais para uma formação profissional coerente e crítica, e que estabeleça vínculos verdadeiros e transparentes entre docentes e discentes, dando suporte ao momento da avaliação. São eles: *o diálogo, a apreensão da realidade, a eticidade, o comprometimento e a autonomia*.

Nesse processo de ensino-aprendizagem, o educador tem um papel importante na formação do educando, que envolve principalmente os aspectos políticos e pedagógicos, que compartilhamos com a autora nesta citação:

[...] de que o seu dever político-pedagógico, é, em ser co-produtor do processo de construção da cidadania, principalmente ao lado daqueles a quem é negado este direito. Neste sentido, é necessário ter uma compreensão crítica do contexto sócio-político-cultural onde está inserida a sua experiência de vida e a do educando. Compreender sua responsabilidade política, pedagógica e social, a fim de contribuir para que o educando se reconheça e se assuma, enquanto sujeito de sua história, o que significa estar juntos. Educador e educando, afirmando uma opção política, uma posição ideológica, desvelando e construindo o sentido de ser livre. Ter autonomia como uma das condições para exercer sua cidadania (SAUL, 2000, p. 78).

Percebe-se, desta forma, que autonomia é uma liberdade de escolha que não se ganha, conquista-se, que inclui participação com responsabilidade em nossas escolhas.

O educador contemporâneo tem grandes desafios a serem enfrentados, pois, com as mudanças societárias de seu tempo, é preciso muito rigor a uma prática educativa crítica e superadora das formas de opressão e exclusão atuais, que vêm contribuir efetivamente com a nossa responsabilidade ético-política na formação de novos profissionais, enquanto educadores políticos, como agentes de possíveis mudanças neste quadro sócio-político e econômico caótico em que nos encontramos.

Diante disso, avaliar implica compromisso ético e político, que, pressupõe domínio teórico e técnico além de capacidade assertiva, de negociação e diálogo do docente para com os discentes, buscando a tomada de decisões de forma coletiva e compartilhada.

Avaliar não é um processo simples, pois envolve aspectos subjetivos, desde a construção do instrumento, o acompanhamento do processo e o resultado da aprendizagem. É preciso clareza, coerência e compromisso dos envolvidos no processo avaliativo, isto é, docentes e discentes.

Na educação, a avaliação caracteriza-se por ser “um processo permanente de sustentação do desempenho do aluno, buscando caracterizar o compromisso educativo de todo processo avaliativo escolar. Avaliação faz parte intrínseca da qualidade...” (Demo, 1995:323).

Portanto, a avaliação educacional pressupõe uma avaliação qualitativa se for vista dentro de um contexto em que a mesma é um processo, numa concepção educacional¹¹ preocupada com a criação e a transformação, cujos sucessos e insucessos são importantes para o processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, a avaliação deve ter um caráter includente e não excludente. Deve trazer elementos que contribuam com o aprendizado de forma qualitativa, que proporcionem mudanças e crescimento tanto para o discente como para o docente, pois ambos devem participar do processo, tendo sempre o firme compromisso de recuperar, da melhor maneira possível, o aprender.

Num processo educativo é necessário, também, garantir que cada aluno se desempenhe como sujeito, dando vazão à sua potencialidade individual, e que dispute com os outros de forma honesta e ética. Mas, para que isso ocorra, é necessário que ele busque a sua

¹¹ Neste momento, sentimos a necessidade de apontar de forma bem simplificada as três perspectivas educacionais, que podem permear o processo de ensino-aprendizagem, e, conseqüentemente, a avaliação. De acordo com as colocações de Gil (1990, p.27) “...**a perspectiva clássica**, envolve basicamente a adaptação dos alunos aos objetivos da escola, certeza, competição, autocracia, disciplina, reprodução, orientação para o conteúdo e ênfase no ensino; **a perspectiva humanista**, prevê a adaptação da escola às necessidades dos alunos, dúvida, cooperação, laissez-faire, liberdade, descoberta, orientação para o método e ênfase na aprendizagem; **a perspectiva moderna**, destaca a harmonização entre as necessidades dos alunos e os valores sociais, probabilidade, crescimento, participação, responsabilidade, criatividade, orientação para a solução de problemas e ênfase no processo de ensino-aprendizagem.

autoconfiança e auto-realização, que podem também ser estimuladas e incentivadas pela figura do docente.

Demo (1995) ainda coloca que, enquanto dimensão democrática da avaliação, o *processo avaliativo* deve ser: conduzido de forma que o avaliado possa se defender; transparente em seus critérios; comprometido com a melhoria da aprendizagem e inclusão crescente dos alunos (os maus resultados devem poder sempre ser refeitos); dialógico; orientado pela ética do mérito – competência conquistada.

“A avaliação há de ser um processo permanente e diário, não uma intervenção ocasional, extemporânea, intempestiva, ameaçadora” (DEMO, 1996). Então, pressupõe-se que, para avaliar processos participativos, é preciso participar, e isso exige tempo de convivência e compromisso comprovado. A avaliação qualitativa de processos participativos necessita também da auto-avaliação, pois a qualidade não se capta observando, e sim participando.

“A *avaliação* deve emergir como um ‘desconfiômetro’ indispensável de quem busca sempre renovar a competência e a qualidade dos processos de intervenção. Deixa claro que os instrumentos de avaliação só melhoram se forem usados e criticados” (DEMO, 1996).

Portanto, a avaliação no curso de Serviço Social da UFT se fundamentará na realidade institucional e nas concepções e práticas de avaliação contidas nas diretrizes da política de avaliação para a educação superior, postas anteriormente.

No âmbito da avaliação do processo de aprendizagem o corpo docente do curso observará as seguintes orientações:

Estabelecer diagnóstico das necessidades formativas do aluno tendo como ponto de partida sua inscrição no universo sócio-cultural do qual é membro. Estabelecer os objetivos e conteúdos programáticos propostos na disciplina ao contexto apresentado no diagnóstico.

Discutir e propor alternativas de avaliação levando sempre em conta a avaliação diagnóstica e formativa.

No âmbito da avaliação do curso será criada uma Comissão Permanente de Avaliação com o objetivo de focar as seguintes dimensões:

- Avaliação semestral da disciplina pelo aluno e pelo professor.
- Avaliação do desempenho do professor e do aluno.
- Avaliação da gestão acadêmica do curso (colegiado e coordenação de curso).

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005 art. 4º, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Avaliação do curso e Avaliação Institucional

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PDI, 007).

Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo discente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno;

Corpo de servidores técnico-administrativos: integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos;

pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura: análise da infra-estrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

4.3.10.3. Ações implementadas em função do processo de avaliação externa (ENADE e outros)

O acompanhamento ou processo de avaliação é um dos momentos mais importantes envolvendo qualquer processo, quer seja ele acadêmico ou não. O mais importante dentro de um processo avaliativo são os instrumentos e os critérios que são utilizados como referenciais para efetuar o processo de avaliação de um determinado evento.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social do Campus Universitário de Miracema será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. No âmbito mais geral, esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação deverá abranger os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação deverá elaborar instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares. (ensino);

- Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino-aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral. (produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos. (difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas.(extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso usará, também, o sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que objetiva avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

A avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribui para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões em relação às experiências vivenciadas, aos conhecimentos disseminados ao longo do processo de formação profissional e a interação entre o curso e os contextos local, regional e nacional. Tal avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças se dêem de forma gradual, sistemática e sistêmica. Seus resultados subsidiarão e justificarão reformas curriculares, solicitação de recursos humanos, aquisição de material, etc. Sendo assim, a avaliação do Projeto Pedagógico será bienal, com a participação da comunidade para sua readequação e também para servir de retroalimentação do processo e fundamentação para tomada de decisões institucionais, que permitam a melhoria da qualidade de ensino.

A avaliação permanente e contínua do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social a ser implementado é importante para aferir o sucesso do currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, considerando que ele é dinâmico e flexível e deve passar por constantes avaliações.

4.3.11 Política de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório¹²

De acordo com a Proposta Nacional apresentada pela ABESS/CEDEPSS¹³: “O *estágio* é uma *atividade curricular obrigatória* que se configura a partir da *inserção do aluno no espaço sócio-institucional*, objetivando capacitá-lo para o *exercício do trabalho profissional*, o que pressupõe *supervisão sistemática*¹⁴. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em *planos de estágio*, elaborados em conjunto entre *unidade de ensino e unidade campo de estágio*, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993)” (1996, p. 71).

Reforçamos que “a formação profissional requer, necessariamente, a relação teoria/prática, o que supõe *vivência supervisionada*. O estágio objetiva criar condições para efetivação desta vivência” (ALBIERO, 2000, p. 43).

Assim, o estágio supervisionado demonstra ter:

[...] um papel significativo na formação do aluno, possibilitando-lhe a sua inserção na prática profissional. Para o aluno, busca-se um estágio que possibilite o seu preparo efetivo para o agir profissional, um campo de experiência, a vivência de uma situação concreta supervisionada por um assistente social competente, que lhe propiciará uma revisão constante da sua vivência e o questionamento de seus conhecimentos, habilidades, visões de mundo, podendo contribuir para sua inserção crítica e criativa na área profissional e num contexto sócio-histórico mais amplo (MUNIZ et al., 1997, p. 29).

Compartilhamos também do pensamento de (PINTO, 1997, p. 75) que:

[...] o estágio é o momento da vida acadêmica do aluno em que se põe face a face com a prática profissional do Serviço Social. É ele que permite ao aluno aproximações sucessivas com a realidade institucional, com a realidade da demanda e com os desafios que se colocam ao trabalho do Assistente Social na sua relação com a sociedade. É ele também que confere ao ensino do Serviço Social uma dimensão teórico-prática.

¹² Essas reflexões sobre o estágio e a supervisão fazem parte do estudo realizado na tese de Doutorado intitulada: “*Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social*”, DE Dr^a Célia Maria Grandini Albiero, PUC/SP, São Paulo, 2006.

¹³ A ABEPSS aprovou as Diretrizes Curriculares em 1996, fruto de ampla discussão nacional. O CNE aprovou as diretrizes curriculares para o Serviço Social em 2001 com modificações. Uma análise detalhada sobre este tema pode ser encontrada em Ferreira (2004, p. 17).

¹⁴ Chamamos de “*supervisão sistemática* o acompanhamento de alunos de forma direta e contínua, abrangendo visitas aos campos de estágio, bem como atendimento individual/grupal aos alunos e assistentes sociais supervisores de instituições públicas e privadas” (Albiero, 2000: 22).

Por isso, consideramos fundamental o momento da supervisão, que, através do diálogo e da reflexão, contribui necessariamente para a formação profissional do Assistente Social.

A supervisão de estágio é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe proporciona um momento específico de aprendizagem, de reflexão sobre a ação profissional. Supervisor e Supervisionado são sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem e da produção de um saber profissional, exigindo de ambos a convivência, ações pró-ativas e a coresponsabilidade, como sujeitos co-participantes do processo educativo (MUNIZ, et al., 1997, p. 30).

Reiteramos, pois, que o estágio e a supervisão são elementos fundamentais ao processo de formação profissional do Assistente Social, pois:

[...] o estágio acaba sendo um momento especial para que o aluno experimente a prática e as diferentes facetas do cotidiano. Nessa perspectiva, a supervisão em si vem trazer grandes contribuições para que haja um crescimento e amadurecimento profissional de ambos: aluno e supervisor. Aliás, a própria ABEPSS coloca a indissociabilidade do estágio e supervisão como um dos principais fundamentos da formação profissional do Assistente Social.” (ALBIERO, 2000, p. 44-45)

Diante do exposto, podemos afirmar a importância da UFT acompanhar, de forma sistemática, o estágio por meio de uma supervisão direta, seja na UFT, inserida na grade curricular, seja no campo de estágio, oportunizando ao assistente social supervisor uma capacitação continuada voltada a uma formação profissional de qualidade.

As condições de trabalho do docente são fundamentais para que este efetive um acompanhamento pedagógico condizente com as necessidades do aluno e exigências da proposta curricular e ainda uma avaliação horizontal entre as disciplinas e o estágio.

Diante desta política de estágio torna-se necessário uma interlocução mais direta entre o estágio e as demais disciplinas, pois se constitui em momento privilegiado da articulação teórico-prática¹⁵, quando o aluno apresenta suas dificuldades de aprendizagem.

É, portanto, o espaço do exercício profissional que possibilita ao aluno “mostrar” o que apreendeu, como utiliza os fundamentos teórico-metodológicos na leitura da realidade e o que assimilou na totalidade do curso, isto é, como a teoria ilumina a prática, conduzindo-o no processo interventivo. O estágio é que faz a mediação entre a academia e os espaços

¹⁵ De acordo com Guerra (1998), a relação teoria-prática não é direta e imediata, ela se processa por mediações de natureza objetiva e subjetiva; envolve, pois, experiência, conhecimento teórico, escolha adequada de conhecimentos técnicos e intencionalidade profissional. Ela afirma que o conhecimento ocorre sempre a posteriori, de forma processual, aproximativo e relativo.

profissionais, pois “é a possibilidade da articulação entre os docentes e o exercício profissional cotidiano”. (NOGUEIRA, 2003, p. 2).

Assim, a participação do aluno de forma democrática no seu processo de formação, facilita a aprendizagem qualitativa. Mas, para isso, o curso de Serviço Social necessita envolver os protagonistas no processo de supervisão (alunos, docentes e assistentes sociais supervisores) uma cultura de participação democrática, de forma que o aluno seja também sujeito integrante desse processo, para que possa participar.

Por outro lado, o corpo docente necessita se comprometer diariamente com a melhoria da aprendizagem e inclusão crescente dos alunos nesse processo, visando uma formação qualitativa, participante, na busca constante de contribuir com uma formação profissional que torne esse aluno, acima de tudo, um cidadão crítico e participativo.

A avaliação, diante desse prisma, deve transcender o desempenho *quantitativo* e focar com mais ênfase o *qualitativo*. Deve ser também, participante, de modo que o aluno tenha transparência do processo de ensino-aprendizagem e possa participar efetivamente dele.

O Estágio enquanto espaço profissional possibilita também detectar, através da Supervisão, as dificuldades teóricas e práticas do aluno, proporcionando ao docente e o Assistente Social Supervisor utilizar diferentes estratégias para que o aluno tenha oportunidades diversas de esclarecer suas dúvidas, de exercitar a prática, fortalecendo assim, a sua formação de forma competente e consistente.

O aluno, por meio da participação deste “momento”, tem a possibilidade de posicionar-se, percebendo suas falhas ou defendendo sua linha de pensamento, culminando com um crescimento, com qualidade e "base segura", sedimentando sua formação profissional e possibilitando-lhe, se for o caso, "refazer a rota", construindo novas fontes para que seu processo seja completo e efetivado: teoria - ação metodológica – prática. Esta possibilidade “completa” é que permite considerar o Estágio, como o “locus” primordial para a formação profissional de Assistentes Sociais.

Então a supervisão sistemática no estágio acadêmico em Serviço Social desvela o “meio-fio” que expressa à realidade do processo de supervisão sistemática acadêmica, a qual demonstra o cotidiano da supervisão de estágio, ‘o todo dia’ (BAPTISTA, 1995), espaço esse privilegiado da intervenção profissional, que faz emergir exigências imediatas, conhecimentos teóricos consistentes, compromisso ético-político e habilidades técnico-operativas para enfrentar os limites e possibilidades da ação profissional. É neste contexto que se dá a supervisão sistemática, revelando através do equilíbrio profissional, a divisão entre a intervenção e a formação.

Diante do exposto, de todos os argumentos fundamentados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, aprovadas pelo MEC (2002) – ANEXO 4, a Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social – ANEXO 5, Lei do Estágio 11.788/2008 – ANEXO 6, e Política Nacional de Estágio – PDE (ABEPSS/2010) – ANEXO 7 e dos autores ora citados é que afirmamos e justificamos que:

[...] O Estágio da UFT deve ser coordenado por um docente¹⁶, com a responsabilidade de acompanhar o processo de estágio e supervisão do aluno. Essa supervisão deve ser feita através de professores com formação em Serviço Social e devidamente registrados no Conselho Regional de Serviço Social, especialmente designados para tal¹⁷, com carga horária compatível ao número de no máximo 13 alunos por turma. O acompanhamento deverá ser feito através da Disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, III e IV em sala de aula, perfazendo uma carga horária de 30h semestrais e através de visitas aos campos de estágio¹⁸, garantindo assim, a supervisão sistemática do aluno por ele e por um assistente social da organização conveniada como campo de estágio, devidamente, credenciada pelo Conselho Regional de Serviço Social, com o qual mantém articulação sistemática”. (Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social da UFT, 2010).¹⁹

Na supervisão dos espaços sócio-ocupacionais que oferecem campos de estágio, serão realizadas visitas com a presença dos alunos e dos Assistentes Sociais Supervisores, deverá ser efetivado o acompanhamento da execução e avaliação do plano de estágio, espaço privilegiado de articulação teoria-prática. São também efetuadas informações que respaldem sua execução e indicações bibliográficas. Destaca-se que o Plano de Estágio, deve ser visto por seus protagonistas (docentes, discentes e assistentes sociais supervisores), como definidor do planejamento da ação do aluno no espaço institucional durante o semestre, a partir dos subsídios teóricos já processados, e elaborados conjuntamente pelo professor, pelo Assistente Social supervisor e aluno.

Os campos de estágio deverão seguir uma divisão preliminar das seguintes áreas de atuação²⁰:

¹⁶ O Coordenador de Estágio deve ser um docente de Serviço Social ligado a supervisão de estágio e deverá ter uma carga horária específica para desenvolver as atividades de coordenação de no mínimo 8h semanais.

¹⁷ A Carga horária do Estágio Supervisionado deve ser computada à parte da carga horária das disciplinas, pois o estágio é considerado uma atividade curricular obrigatória ao curso de Serviço Social, conforme diretrizes curriculares da ABEPSS. Ou seja, a carga horária desenvolvida em sala de aula nos 4 períodos deve ser de 120h/a para orientação dos trabalhos de estágio, isto é 30h/a por semestre. O aluno cumprirá a carga horária de 420h horas do estágio nos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, divididas em 4 semestres, sendo 105h por semestre. A supervisão sistemática e direta do aluno ao campo de estágio por meio de visitas deverá ser feita pelos mesmos docentes que farão o acompanhamento em sala de aula. Cada docente Assistente Social que assumir a supervisão de estágio não deverá ultrapassar 13 alunos por turma.

¹⁸ Estas visitas deverão ser realizadas por semestre em cada campo de estágio.

¹⁹ O Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social da UFT, 2010, encontra-se na íntegra no ANEXO 8.

²⁰ De acordo com a Política Nacional de Estágio - PNE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, “indica-se que as turmas sejam sub-divididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social (...) organizados conforme realidade dos campos de estágio e quando possível, a compatibilização

1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social
2. Política Social e Serviço Social
3. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
4. Movimentos Sociais e Serviço Social
5. Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
6. Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social
7. Ética, Direitos e Serviço Social

O Estágio consubstancia-se por meio de:

Estágio Supervisionado I ao IV – Intervenção – 5º ao 8º Períodos – 105h cada, considerada a atividade exercida nos campos de estágio, que possibilita o aprendizado do exercício profissional nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita obrigatoriamente pelo professor e pelo profissional da unidade campo de estágio, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base no Plano de estágio, tendo como referência a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Assistente Social/CFESS e a Política Nacional de Estágio/ABEPSS.

Assim, a carga horária total de estágio se configura em 420 h, sendo este 15% da carga horária do curso (2700 h) atendendo plena e satisfatoriamente a exigência mínima da ABEPSS e MEC de 405h.

Algumas estratégias de implantação dessa proposta de estágio devem ser adotadas, tais como:

1. Contratação de um(a) auxiliar administrativo(a) para as atividades administrativas do Estágio (celebração de convênios, termos de compromisso, cartas de apresentação do aluno, controle de vagas de estágio, dentre outras.);
2. Levantamento das cidades dos alunos do 4º período;
3. Captação de campos de estágio em Miracema e região;
4. Contato individual pessoal ou por telefone com os Assistentes Sociais da cidade e região;
5. Realização semestral de visitas aos campos de estágio para convênio e abertura de campos de estágio;

6. Estabelecimento de convênio com as instituições campos de estágio e termo de compromisso com os alunos e Assistentes Sociais Supervisores;

7. Criação dos documentos para o estágio (convênio, termo de compromisso, ficha de cadastro do aluno; ficha de frequência do aluno no estágio, relatórios, diagnóstico institucional, avaliação institucional, avaliação de competências do aluno - supervisor acadêmico e de campo).

7.1 Formulários do Estágio Obrigatório – UFT:

- **Termo de compromisso** - compromisso firmado entre a uft, a unidade concedente e o acadêmico.
- **Plano de atividades de estágio** - formulado em conjunto pelo professor supervisor, o supervisor da unidade concedente e o acadêmico. deve constar as atividades desenvolvidas pelo acadêmico no campo de estágio.
- **Relatório de estágio obrigatório** - formulado pelo acadêmico.
- **Ficha de avaliação do supervisor da unidade concedente** - formulado pelo supervisor da unidade concedente.
- **Termo de realização de estágio** - formulado pelo supervisor da unidade concedente ao término do estágio, ou quando o acadêmico mudar para outro campo.
- **Termo aditivo ao termo de compromisso** - aditivo ao termo de compromisso. formulado quando o acadêmico permanecer no campo de estágio.
- **Ficha de frequência**

7.2 Formulários do Estágio Não Obrigatório – UFT:

- **Termo de compromisso** - compromisso firmado entre a uft, a unidade concedente e o acadêmico.
- **Plano de atividades de estágio** - formulado em conjunto pelo professor supervisor, o supervisor da unidade concedente e o acadêmico. deve constar as atividades desenvolvidas pelo acadêmico no campo de estágio.
- **Relatório de estágio obrigatório** - formulado pelo acadêmico.
- **Ficha de avaliação do supervisor da unidade concedente** - formulado pelo supervisor da unidade concedente.
- **Termo de realização de estágio** - formulado pelo supervisor da unidade concedente ao término do estágio, ou quando o acadêmico mudar para outro campo.
- **Termo aditivo ao termo de compromisso** - aditivo ao termo de compromisso.

formulado quando o acadêmico permanecer no campo de estágio.

- **Ficha de avaliação do estagiário pelo professor da UFT** – elaborado pelo professor da UFT.

- **Ficha de frequência**

8. Elaboração do regulamento de Estágio;

9. Elaboração do Manual de estágio para o aluno e Assistente Social supervisor;

10. Elaboração do informativo Semestral sobre o estágio para alunos e Assistentes Sociais Supervisores.

11. Criação anual de “Encontro com os responsáveis das instituições públicas ou privadas da cidade e região” para explanação do Serviço Social e do curso da UFT e a importância da contratação do Assistente Social e de abertura para campos de estágio;

12. Oferecimento de Curso de Supervisão Gratuito;

13. Oferecimento sistemático de seminários, encontros, reuniões, grupos de estudo e oficinas com alunos e Assistentes Sociais Supervisores, conforme interesse e necessidade dos mesmos;

14. Oferecimento de Cursos de Especialização para Assistentes Sociais;

15. Estabelecimento de seguro de alunos e docentes para o estágio e visitas;

16. Disponibilização de carro oficial para as visitas.

Enfatizando, cabe a UFT assegurar a qualidade da formação profissional do aluno, promovendo capacitação continuada dos Assistentes Sociais supervisores, através de reuniões, encontros, oficinas, seminários, cursos de extensão e outros, visando oferecer-lhes subsídios que os instrumentalizem para a supervisão e a sua atualização profissional.

O estágio e a supervisão também serão avaliados de forma sistemática e contínua, envolvendo alunos, professores, supervisores e a coordenação de estágio.

Destacam-se alguns critérios para credenciamento das organizações como campos de estágio e estabelecimento do convênio:

- Que a organização designe Assistente Social registrado no CRESS, em número compatível aos estagiários admitidos, se responsabilizando pela supervisão direta e sistemática do aluno de acordo com a Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que Regulamenta a Supervisão Direta De Estágio no Serviço Social, Lei do Estágio 11.788/2008, e Política Nacional de Estágio (ABEPSS/2010);

- Que a Instituição campo de estágio apresente a coordenação de estágio do curso seu Plano de Ação, definindo os objetivos do Serviço Social, suas atribuições e ações desenvolvidas;
- Que permita e facilite ao Assistente social Supervisor comparecer às reuniões mensais promovidas pela coordenação de estágio.
- Que o supervisor elabore o Plano de Estágio e a Avaliação Educacional, em cada período letivo em conjunto com o aluno, e se responsabilize por supervisioná-lo sistematicamente, estipulando claramente os objetivos do estágio e as atribuições do aluno, oportunizando-lhe experiências que contribuam para atingir o perfil profissional estabelecido neste projeto pedagógico.

O Estágio do Curso de Serviço Social será regido pelo Plano de Estágio, conforme citado anteriormente, que deve ser elaborado além das Diretrizes postas pela ABEPSS e aprovadas pelo MEC e lei 11.788/2008, também segundo as normas da UFT, que tem como passos metodológicos:

1. A inserção do estagiário na Instituição campo de estágio;
2. A inserção do aluno no Serviço Social da Instituição campo de estágio;
3. A inserção do aluno na realidade social abordada pelo Serviço Social da Instituição;
4. A dinâmica do processo de Ensino-Aprendizagem;
5. A avaliação do estágio.

Na UFT o estágio supervisionado em Serviço Social também obedecerá aos seguintes critérios:

- Os campos de estágio serão aprovados pelo Colegiado do Curso e oficializados por meio de convênios com a UFT - Reitoria.
- O Estágio Obrigatório terá duração de 4 semestres consecutivos com uma carga horária mínima de 7 horas semanais.
- A prática de estágio curricular obrigatório ocorrerá em movimentos sociais, órgãos públicos, empresas públicas e ou privadas, organizações não governamentais, Conselhos Municipais, em programas e/ou projetos de extensão da UFT, desde que possuam assistentes sociais supervisores inscritos no Conselho Regional - CRESS. Para os campos de extensão, o Assistente Social Supervisor não deverá ser um docente da UFT, pois a resolução de estágio do CFESS de 2008 exige que para cada 10h de trabalho semanal o Assistente Social só poderá supervisionar um aluno, impossibilitando o docente assumir esta tarefa de supervisor de campo.

- O estágio será orientado pelas atividades da disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica I, II III e IV articulado com a disciplina de TCC I e II, para construção da monografia como resultado final da formação do aluno no estágio e no curso.
- O estágio obrigatório e não obrigatório será regido pela Lei Nº 11.788, De 25 de setembro de 2008.

4.3.12 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, dividido em duas disciplinas I e II, será desenvolvido de forma processual e preferencialmente articulado com as atividades do Estágio e Pesquisa, sendo regido pelo seu Regulamento próprio, que consta detalhadamente no ANEXO 9.

4.3.13 Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem-se em espaços privilegiados para ampliação do universo cultural e informacional dos acadêmicos. Em consonância com a proposta de uma boa formação teórico-prática o curso de Serviço Social prevê além do conjunto dos elementos teóricos obrigatórios presentes nas disciplinas, as atividades complementares, com carga horária de 135 horas, de caráter obrigatório e que integram o conjunto dos componentes obrigatórios para a formação dos acadêmicos.

Dentre as atividades complementares, além das previstas na Resolução Nº 004/2005 (009/2005 dispõe sobre alterações na Resolução nº 04/2005, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins) do CONSEPE, que regulamenta esta questão podem ser destacadas as atividades previstas na Resolução nº 15 de 13 de março de 2002: “monitoria, visitas monitoradas, viagens técnicas, iniciação científica, pesquisa de campo, projetos de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso”.

As atividades complementares podem ser definidas como:

- **Visitas monitoradas e viagens técnicas:** constituem-se em instrumentos de conhecimento de experiências alternativas e exitosas de trabalho profissional, bem como de expressões da questão social que se apresentem como demandas específicas para o Serviço Social ou manifestações culturais. Terão seus objetivos, definição de conteúdos e disciplinas

envolvidas estabelecidos em projetos elaborados pelo curso, de forma a favorecer a interdisciplinaridade, e serão sempre acompanhadas por professor.

- **Iniciação científica:** atividade de pesquisa desenvolvida pelo aluno, individualmente e/ou em grupos, objetivando o desenvolvimento do espírito investigativo e a iniciação à pesquisa, sob a orientação de professor.
- **Monitoria:** atividade desenvolvida pelo aluno, oportunizando-lhe a experiência do exercício de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, junto a uma disciplina, sob a orientação de seu professor.
- **Pesquisa de campo:** envolve a participação do aluno na coleta de dados empíricos geralmente referentes a levantamentos sócio-econômicos ou pesquisas de demandas da população usuária do Serviço Social, propiciando o desenvolvimento de habilidades técnicas e instrumentais de conhecimento da realidade social.
- **Projetos de Extensão:** participação contínua em projetos de extensão para acúmulo de vivências e experiências voltadas a realidade social em torno de uma área específica do Serviço Social através de um espaço sócio-ocupacional do Assistente Social. A participação em projetos de extensão enquanto atividade complementar não pode estar atrelada ao estágio.
- **Participação em eventos científicos:** compreende a participação em Congressos, Jornadas, Seminários, Encontros, Colóquios, Oficinas, palestras e demais eventos científicos profissionais, mediante apresentação de trabalhos, quando promovidos por outras instituições.

As atividades complementares deverão cumprir uma carga horária de 135 horas durante o curso que deverão ser computadas no 8º e 9º períodos. Deverá ficar a cargo de uma comissão de docentes do curso e um técnico-administrativo da Central de estágio a validação e registro dessas atividades, além da divulgação e controle das mesmas. O acadêmico receberá uma ficha no 1º Período do curso que deverá ser preenchida semestralmente pelo mesmo e entregue ao docente responsável pelas atividades complementares a partir do 8º período, **incluindo um relatório de atividades** e as respectivas cópias dos documentos a serem validados pelo curso.

5. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 Corpo Docente

5.1.1 Formação Acadêmica e Profissional

Atualmente o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins - Campus de Miracema é composto por nove (11) assistentes sociais, sendo três (3) professoras doutoras e seis (8) mestres. É composto, ainda, por mais cinco (5) professores de outras áreas de conhecimento: psicologia, história e antropologia, totalizando quatorze (16) professores. O curso está no 6º semestre (2010/1) e seu corpo discente é constituído de 219 alunos matriculados no curso no semestre de 2010/1.

Tabela 1 - Formação Básica e Titulação do Corpo Docente efetivo do Curso de Serviço Social - Campus Universitário de Miracema (2010/1)

Formação Básica	Titulação	
	MESTRADO	DOUTORADO
11 Assistentes Sociais	08	03
02 Psicólogos	02	-
02 Historiadores	02	-
01 Antropólogo	01	-
SUB-TOTAL	13	03
TOTAL	16	

Atualmente o quadro efetivo do Curso de Serviço Social possui o maior quantitativo de mestres, sendo 4 mestres em Serviço Social, 3 mestres em Educação, 1 mestre em Sociologia, 2 mestres na área de História, 2 mestres na área de Psicologia e 1 mestre em Antropologia. As três doutoras do curso são da área de Serviço Social. Vale ressaltar que o curso conta com 3 doutorandos, sendo 02 na área de Serviço Social e 01 na área de Antropologia.

Tabela 2 - Quadro nominal docente do Curso de Serviço Social, regime de trabalho e formação acadêmica - Campus Universitário de Miracema (2010/1)

NOME	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	Currículo Lattes – link de acesso ao endereço)
André Luiz Augusto da Silva	40 hs	Serviço Social	Segurança Pública	Serviço Social	Doutorando em Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/4650699049101136
Bruna Andrade Irineu	DE	Serviço Social	Política de Segurança Pública e Direitos Humanos	Serviço Social	-	http://lattes.cnpq.br/8676883646497204
Cecília Nunes Froeming	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	-	http://lattes.cnpq.br/2211078779835077
Célia Maria Grandini Albiero	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/0843845640786689
Celso Henrique Acker	DE	História	-	História	Doutorando História	Ñ encontrado.
Gisele Almeida Tamarozzi de Lima	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/1474399406529566
Kathia Nemeth Perez	40 hs	Psicologia	Saúde pública e Adm.Educacional	Psicologia Social	-	http://lattes.cnpq.br/6568987541582701
Josiley Carrijo Rafael	DE	Serviço Social	-	Educação	-	http://lattes.cnpq.br/9927054518046822
Kleber Lopes Lima Fialho	DE	Psicologia	-	Psicologia	-	http://lattes.cnpq.br/0466940776353141
Maria Helena C. Silva	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Doutoranda em Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/1582473058908356
Marilêa Borges de Lima	DE	Assistente Social	Educação	Educação	-	http://lattes.cnpq.br/9990418480532145
Marília de Fátima Marques Lopes	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Serviço Social	http://lattes.cnpq.br/1049206696476839
Maria José Antunes da Silva	40 hs	Serviço Social	-	Serviço Social	-	http://lattes.cnpq.br/0728560913214684
Reijane Pinheiro da Silva	DE	Ciências Sociais	Antropologia Social	Sociologia	Doutoranda em Antropologia	http://lattes.cnpq.br/0565922256384104
Rosimary Negreiros de Araújo	DE	História	História do Brasil	Educação	-	http://lattes.cnpq.br/6688025562841162
Vanda Micheli Burginski	DE	Serviço Social	-	Educação, Cultura e Sociedade	-	http://lattes.cnpq.br/9178454746153446

De acordo com a proposta ora apresentada de Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, o quadro docente da pedagogia a ser aproveitado pelo Serviço Social é de um (1) docente da área de filosofia e um (1) docente da área de matemática. O curso demanda mais profissionais da área de Serviço Social com vistas a atender as disciplinas privativas da área de Serviço Social, atividades de pesquisa e extensão. Neste contexto demandará um quadro total de 22 docentes.

O quadro docente necessário para a consolidação do Curso de Serviço Social, considerando o seu fluxo regular do 1º ao 9º período de duas entradas anual, exigirá o seguinte perfil docente e quantitativo indicado na tabela abaixo:

Tab. 3 - Titulação do Corpo Docente necessário para Consolidação do Curso de Serviço Social no Campus Universitário de Miracema - 2010.1.

Perfil Docente	Quantitativo
Assistente Social	15
Psicologia	02
Sociólogo	01
Filosofo	01
Matemático ou Estatístico	01
Historiador	02
TOTAL	22

O Curso de Serviço Social para sua consolidação demandará um total de 18 professores da área de Serviço Social para ministrar as disciplinas privativas, bem como, orientação de monografia, supervisão de estágio e atividades administrativas que requisitam profissional bacharel em Serviço Social. O quadro conta com uma (1) profissional da área da sociologia e antropologia para ministrar as disciplinas da área: Sociologia I, Sociologia II e Antropologia. Os dois (2) docentes da área de história ministram as disciplinas da área de história e afins: Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Formação Social, Econômica e Política da Amazônia, Ciência Política, bem como, Metodologia do Trabalho Científico, Direito e Legislação e disciplinas optativas. Os profissionais da psicologia que compõem o quadro docente ministrarão disciplinas da psicologia e também disciplinas optativas.

Há ainda, a necessidade de um profissional da área de filosofia e matemática ou estatística para ministrar a disciplina de filosofia e estatística. Por tratar-se de uma disciplina para essas áreas, há possibilidade de aproveitamento do quadro docente do curso de Pedagogia do Campus, assim como o curso de Serviço Social têm cedido professores para ministrar disciplinas no curso de Pedagogia, em especial os professores da área da história e da psicologia.

5.1.2 Condições de trabalho: regime de trabalho e dedicação aos cursos

O colegiado priorizará o regime de trabalho em dedicação exclusiva para docentes, pois, entende-se que esse regime é o que viabiliza ensino de qualidade, consolidando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5.1.3 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social envolve 30% do corpo docente, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE deverá ser composto prioritariamente pelos docentes de maior titulação com formação em Serviço Social, por um membro da Comissão de reformulação do PPC, por um docente de áreas afins.

Segue abaixo a relação dos docentes que compõem o NDE do PPC:

Tab. 4 – Relação dos Docentes do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social -2010/1

NOME	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
André Luiz Augusto da Silva	40 hs	Serviço Social	Segurança Pública	Serviço Social	Doutorando em Serviço Social
Célia Maria Grandini Albiero	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Gisele Almeida Tamarozzi de Lima	DE	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social	Serviço Social
Kathia Nemeth Perez	40 hs	Psicologia	Saúde pública e Adm.Educacional	Psicologia Social	-
Josiley Carrijo Rafael	DE	Serviço Social	-	Educação	-
Maria Helena C. Silva	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Doutoranda em Serviço Social
Marília de Fátima Marques Lopes	DE	Serviço Social	-	Serviço Social	Serviço Social

5.2. Corpo de servidores Técnico-Administrativo do Campus

Além do corpo docente, o Campus conta com um quadro de 17 servidores Técnico-Administrativo concursados distribuídos nos setores do Campus e 10 servidores contratados por duas empresas terceirizadas, para prestar serviços de limpeza, vigilância e conservação, além de um (01) servidor efetivo do Estado do Tocantins (Secretaria Acadêmica) e três 03 servidores da Prefeitura Municipal de Miracema (Biblioteca e Projetos de Extensão e Pesquisa) que estão lotados e prestando serviços no Campus. O Campus conta ainda com um funcionário da área de Tecnologia da Informática ligado a FAPTO – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins.

A distribuição dos servidores técnico-administrativos concursados está apresentada na tabela abaixo:

Tab. 5 - Formação do Corpo de servidores Técnico-administrativo do Campus de Miracema – 2010/1

NOME	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
Amanda Gomes Rocha	Licenciatura Pedagogia	-
Cícero Valdier Pereira	Licenciatura Pedagogia	- Metodologia do ensino de 1º grau - Gestão Educacional - Mestrando em Políticas Públicas
Dorisvan Moreira	Licenciatura Pedagogia	-
Fabiana Pereira Salgado	Administração de Empresas	- Adm. Pública com Ênfase em gestão Universitária
Francisco das Chagas Sampaio Mendes	Graduando em Gestão Pública	-
Geraldo Soares da Costa	Biblioteconomia	- Adm. Bibliotecas
Itamar Coelho Milhomem	Administração de Empresas	-
Joelson Barreira de Andrade	Nível Médio	-
Lisilane Azevedo R. De Almeida	Nível Médio	-
Jessiana de Oliveira Barros	Letras	Didática Universitária
Manoel Benvindo Júnior	Administração de Empresas	Adm. Pública com Ênfase em gestão Universitária
Nadja Lopes Reis	Pedagogia	-
Paulo Robson Bezerra Reis	Graduando em Gestão Pública	-
Rangel Barros de Sousa	Licenciatura em Pedagogia	-

Raniere dos Santos Vanderley	Engenharia Alimentos	Concluinte Educação Matemática
Ronaldo Machado Marques	Administração de Empresas	Adm. Pública com Ênfase em gestão Universitária
Silas da Silva Milhomem	Graduando Serviço Social	-

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

6.1 - Instalações físicas

O Campus Universitário de Miracema encontra-se instalado num prédio doado pela Prefeitura Municipal de Miracema desde 1992, quando iniciou como unidade do sistema *multicampi* da Universidade Estadual do Tocantins. O terreno doado possui uma área de 20.770m², sendo 911,20m² de área construída. A Gerência de Obras da UFT está acompanhando processo de construção de mais um bloco com 05 salas de aulas no Campus de Miracema. Todos os espaços físicos descritos a seguir estão organizados com móveis e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento das funções e em pleno funcionamento.

6.1.1 Salas de aula - O *campus* dispõe de 09 (nove) salas de aula com tamanho, iluminação, ventilação, climatizadas e com mobiliário adequados, disponíveis nos períodos matutino, vespertino e noturno. Estas nove salas de aula atualmente estão sendo utilizadas pelos Cursos de Pedagogia e Serviço Social. A redução de duas para uma entrada de alunos do curso de pedagogia via vestibular, permitirá a criação de um novo curso.

6.1.2 Sala de trabalho dos docentes – o *campus* possui 05 (cinco) salas adequadas ao trabalho acadêmico dos docentes (com aproximadamente 25m² cada uma) equipadas com móveis e equipamentos de informática e com acesso a internet, necessária ao trabalho docente. Cada sala comporta 04 (quatro) docentes.

6.1.3 Salas de reunião: Com a nova estruturação, após implantação do curso de Serviço Social, o espaço físico existente foi reorganizado e criadas 02 (duas) salas destinadas às reuniões do Colegiado de Curso e do Conselho Diretor, com 23,27m² de área construída, cada, climatizadas, equipadas com móveis e equipamentos de informática com acesso a internet.

6.1.4 Auditório – Possui 142m², com boa ventilação e iluminação, o auditório dispõe de 70 (setenta) poltronas com braço de apoio removível; Porém, seu espaço físico é insuficiente para o atendimento da demanda de 02 (dois) cursos. Desde 2004 a Comunidade Acadêmica do Campus indica como prioridade de ação a necessidade de construção de um Auditório com capacidade para atender as demandas do Campus. Há indicativo da Reitoria sobre a definição da construção do auditório. No espaço do atual auditório encontra-se instalado o equipamento de videoconferência e recursos audiovisuais e multimídia, tais como: datashow, dvd e videocassete.

6.1.5 Sala de Recepção das coordenações de *campus* e de curso – Atualmente esse espaço situa-se na ante-sala (recepção) das coordenações de curso – Pedagogia e Serviço social – e Diretoria.

6.1.6 Sala de Avaliação Institucional – O *campus* dispõe de uma sala com 16,62 m² destinada às atividades da Coordenação de Avaliação Institucional da UFT.

6.1.7 Central de Estágio, COPPEX (Projetos de Extensão e Pesquisa) e Protocolo – Há uma sala devidamente equipada para atendimento aos cursos quanto ao estágio e ao *campus* no que diz respeito a coordenação dos projetos de extensão e pesquisa e ao protocolo. Há acesso para atendimento a comunidade acadêmica em geral.

6.1.8 Secretaria acadêmica – Com 48.49m² de dimensão espacial, a secretaria acadêmica comporta satisfatoriamente os equipamentos, mobiliários e funcionários. Está em local de fácil acesso aos alunos. Não há necessidade de contratação de novos assistentes administrativos com o incremento de um novo curso de graduação, uma vez que com a redução de turno do curso de Pedagogia a tendência é o volume de trabalho se apresentar estável.

6.1.9 Sala da Coordenação administrativa e financeira – Uma sala com área de 17,80 m², devidamente equipada com móveis e equipamentos necessários. O setor conta com o apoio técnico de 02(dois) administradores e 01 (um) assistente administrativos e um estagiário que prestam assessoria à coordenação e demais departamentos do *campus*. No setor funciona a Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH – dando suporte para os demais setores do

campus. Funciona também nesta sala o setor de almoxarifado e patrimônio, setor este responsável pelos móveis, equipamentos e materiais de expediente do campus.

5.1.10 Reprografia – Após terceirização do serviço de reprografia, a máquina destinada à prestação do referido serviço, foi instalada numa sala adequada ao serviço, com área de 10,45 m², equipada e climatizada de acordo com o contrato. Dispõe de um profissional capacitado, contratado pela empresa.

5.1.11 Copa – Está localizada num espaço de 7,70 m², adequado contendo eletrodomésticos em pleno uso e funciona com pessoal terceirizado.

5.1.12 Sala do Centro Acadêmico de Pedagogia, Serviço Social e DCE: espaço destinado aos estudantes para realizar as atividades próprias do movimento estudantil, localizada numa sala de 17,80 m² de área construída, equipada com mobiliário e equipamentos necessários e em pleno funcionamento.

5.1.13 Instalações sanitárias: existem 07 (sete) banheiros, parcialmente adequados ao atendimento da comunidade universitária, sendo dois no hall do piso inferior e dois no piso superior. Ao lado das salas da coordenação de campus e de curso existem dois banheiros para uso dos servidores técnico-administrativos e docentes.

É necessária uma reforma do espaço físico para adequá-los ao acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais, como rampas e elevadores.

6.9.1 Sala para Projetos de Extensão e Pesquisa – Existe uma previsão de uma sala para funcionar os projetos de extensão em conjunto (AIDO – Apoio ao Idoso, Conexões de Saberes) e duas salas para funcionamento do Clube da Matemática e Brinquedoteca e Leituroteca, dentre outros espaços de extensão dos cursos de Serviço Social e Pedagogia do Campus.

Ainda temos espaços previstos para o funcionamento de um protocolo e depósito, bem como um espaço para os serviços gerais a serem construídos.

Segue ainda a distribuição do espaço físico através do planejamento para 2009-2010, conforme plantas físicas no ANEXO 10.

6.2 – Laboratórios

6.2.1 - Laboratório de informática

Conta com 48m² o espaço físico e está adequado à demanda para a criação de um novo curso de graduação. Atualmente, dispõe de 20 (vinte) máquinas que funcionam em rede, atendendo alunos nos três turnos. Do ponto de vista do atendimento aos acadêmicos da UFT e em específico do Campus de Miracema, bem como ao funcionamento administrativo do Campus, os seguintes serviços são realizados:

- Formação para servidores do Laboratório para uso do sistema operacional Linux
- Orientação para servidores e acadêmicos
- Serviço de atendimento à comunidade externa de Miracema, voltado para inclusão digital
- Serviço de *help* aos setores do Campus

Tab. 6 - Quadro de Equipamentos de Informática disponíveis no Campus

SETOR DO CAMPUS	COMPUTADORES	IMPRESSORAS
Laboratório /Alunos	20	00
Professores	15	01
Biblioteca	06	01
Serviços Administrativos	16	05
TOTAL	57	07

O Laboratório de Informática funciona em três turnos, das 7 às 22:40 horas, com acesso a internet e servidores habilitados para auxiliar aos acadêmicos e aos serviços administrativos. Todos os setores do Campus estão em rede e com internet em funcionamento.

6.3 - Biblioteca

A Biblioteca do Campus Universitário de Miracema foi criada em 1992, juntamente com o início das atividades do Campus. Dispõe de um acervo bibliográfico de aproximadamente 12.880 livros, 92 títulos de periódicos com 5067 fascículos, 706 monografias e 92 fitas de vídeo. Concentrando grande parte na área de Educação. Seu objetivo é reunir e organizar o material informacional para servir de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. As obras estão ordenadas por assunto de acordo com a classificação numérica chamada Classificação Decimal de Melvil Dewer (CDD).

A Biblioteca está situada no primeiro andar do prédio, possui uma área de 141,19m² dividida em sala de leitura (57,53m²), área de processo técnico da informação (28,52 m²), área do depósito com (7,14m²) e área de acervo (48,00 m²), a qual os alunos tem livre acesso.

6.3.1 - Política de atualização e informatização do acervo:

A atualização, expansão e informatização do acervo bibliográfico são coordenados pela PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação). As bibliotecas dos campi têm a responsabilidade de indicar as obras para serem adquiridas por meio de listas produzidas em conjunto como os coordenadores de cursos, professores, alunos e biblioteca, considerando a bibliografia básica e complementar do Projeto Pedagógico de cada curso.

A informatização da biblioteca e automação de seus serviços está em andamento, cujo software utilizado, Sistema de Informações para o Ensino (SIE), dividi-se em vários módulos, permitindo que a Universidade Federal do Tocantins, gerencie seus departamentos através da intranet. Um dos módulos que o SIE oferece, é o módulo biblioteca, que permite o gerenciamento de todos os produtos em serviços disponibilizados, onde o usuário pode fazer pesquisas. Em breve, as bibliotecas da UFT implantaram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, permitindo que os consulentes acessem na íntegra o conteúdo dos documentos.

6.3.2 - Descrição do acervo de livros e periódicos:

O acervo de livros da biblioteca do Campus guarda as características da história dos cursos de graduação que existiam e atualmente existe no Campus. A existência dos Cursos de Administração, Matemática e Normal Superior no passado e mais recentemente o Curso de Pedagogia apontam para uma biblioteca cujo acervo predomina livros e periódicos da área de educação. No entanto, levantamento realizado em nossa biblioteca permite perceber a existência de livros em áreas afins com o curso de Serviço Social, conforme mostra o quadro a seguir.

Classificação da Biblioteca a.	Áreas do Conhecimento	QUANTIDADE DE TÍTULOS	QUANTIDADE DE VOLUMES
--------------------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

340	DIREITO	302	623
658	ADMINISTRAÇÃO	439	708
330	ECONOMIA	453	837
360	SERVIÇO SOCIAL	291	1080
100	FILOSOFIA	31	86
170	ÉTICA	42	94
300	SOCIOLOGIA	443	1298
900	HISTÓRIA	58	139
981	HISTÓRIA DO BRASIL	99	168
910	GEOGRAFIA REGIONAL	19	31
370	EDUCAÇÃO	1090	3296
320	CIÊNCIA POLÍTICA	205	502
510	MATEMÁTICA	262	506
001.4	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	50	187
Total		3784	9555

6.3.3 - Acervo de livros por área do conhecimento:

Class.	Áreas MEC	QUANTIDA DE TÍTULOS	QUANTIDA DE VOLUMES
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS			
340	DIREITO	302	623
321/322	TEORIA GERAL DO ESTADO	25	70
343	DIREITO TRIBUTÁRIO	21	24
345	DIREITO PENAL	09	11
347	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	11	27
342	DIREITO CONSTITUCIONAL	69	140
341	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	43	69
344	DIREITO DO TRABALHO	58	142
658	ADMINISTRAÇÃO	439	708
351	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11	15
336	CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS	22	29
657	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	58	75

330	ECONOMIA	453	837
337	ECONOMIA INTERNACIONAL	10	22
711	ARQUITETURA E URBANISMO	03	07
304	DEMOGRAFIA	17	27
020	BIBLIOTECONOMIA	00	00
025	ARQUIVOS	03	08
360	SERVIÇO SOCIAL	291	1080
338.479	TURISMO	07	07
Subtotal		1.852	3921
CIÊNCIAS HUMANAS			
100	FILOSOFIA	31	49
101	HISTÓRIA DA FILOSOFIA	02	05
160	LÓGICA	03	03
170	ÉTICA	42	94
300	SOCIOLOGIA	443	1298
900	HISTÓRIA	58	139
970	HISTÓRIA LATINA E AMERICANA	03	06
981	HISTÓRIA DO BRASIL	99	168
981.03	HISTÓRIA DO BRASIL COLONIAL	04	04
981.04	HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL	06	06
981.05	HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA	20	30
500	HISTÓRIA DA CIÊNCIA	40	81
960	HISTÓRIA DA ÁFRICA	02	02
910	GEOGRAFIA	19	31
150	PSICOLOGIA	141	326
370	EDUCAÇÃO	1090	3296
370.1	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	82	173
370.981	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	39	135
370.19	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	48	154
370.15	PSICOLOGIA EDUCACIONAL	61	136
371.2	ADMINISTRAÇÃO E SISTEMA EDUCACIONAL	27	118
371.26	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	22	55

379	POLÍTICA EDUCACIONAL	84	272
371.207	PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	19	58
371.332	MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO	02	04
371.307 8	TÉCNOLOGIA EDUCACIONAL	02	04
371.26	AValiação DA APRENDIZAGEM	22	55
375	CURRÍCULO	28	67
371.422	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	03	08
374	EDUCAÇÃO DE ADULTOS	27	79
370.193 46	EDUCAÇÃO RURAL	08	22
371.9	EDUCAÇÃO ESPECIAL	30	117
372.21	EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	30	86
320	CIÊNCIA POLÍTICA	205	502
Subtotal		2.742	7.583
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES			
400	LINGÜÍSTICA*	46	104
418	LINGUISTICA APLICADA*	03	05
469	LÍNGUA PORTUGUESA*	56	125
420	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA*	03	09
800	TEORIA LITERÁRIA*	73	176
869	LITERATURA BRASILEIRA*	23	37
810 868	a LITERATURA ESTRANGEIRA MODERNA*	82	98
870 880	a LITERATURA CLASSICA*	07	12
700	ARTE*	16	47
Subtotal		309	613
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA			
510	MATEMÁTICA	262	506
512	ALGEBRA	40	71
516	GEOMÉTRIA ALGEBRICA	38	101
515	ANÁLISE	41	84
519	ESTATÍSTICA	41	88

005	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	51	72		
530	FÍSICA	32	50		
540	QUÍMICA	02	02		
551	GEOLOGIA	05	18		
Subtotal		512	992		
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS					
574	BIOLOGIA GERAL	22	28		
590	ZOOLOGIA	04	07		
Subtotal		26	35		
CIÊNCIAS AGRÁRIAS					
630	AGRICULTURA	66	81		
Subtotal		66	81		
ENGENHARIA					
620	ENGENHARIA	09	11		
Subtotal		09	11		
CIÊNCIAS DA SAÚDE					
796	EDUCAÇÃO FÍSICA	11	15		
Subtotal		11	15		
OUTROS					
200	RELIGIÃO	25	41		
001.4	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	50	187		
Subtotal		75	228		
Total		9386	23034		

6.3.4 Acervo de periódicos

6.3.4.1 - Periódico eletrônico:

Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet, pode ser acessado nos terminais do Campus.

ACERVO DE PERIÓDICOS			
Curso	Nacionais	Estrangeiro	Totais
Pedagogia	37	-	37
Diversos	62	-	62
Serviço Social	01	-	01
Totais	100	-	100

6.3.4.2 - Periódicos Nacionais do curso de Pedagogia

- ADUSP (Associação dos docentes da USP)
- Avaliação – Revista da Rede Institucional da Educação Superior
- Avesso do Avesso: Revista de Educação e Cultura
- Cadernos ANDES
- Caderno de Educação
- Cadernos do MEC: Reforma da Educação Superior
- Caderno TV Escola
- 3. Caderno Unitins
 - CAESURA – Revista crítica de ciências sociais e humanas
 - Documenta
 - Educação
 - Educação Brasileira
- 4. Educação e Contemporaneidade – Revista da FAEBA
 - Educação em Debate
 - Educação Matemática em Revista
 - Ensino Superior
 - Escola Cooperativa
 - Estudos Pedagógicos – Revista RBEP
 - Inclusão: Revista de Educação Especial
 - Kriterion – Revista de Filosofia
 - Linha Direta – Educação por Escrita
 - Nova Escola
 - Pesquisa – Revista da Pedagogia
 - Profissão Mestre
 - Revista da Educação
 - Revista de Psicologia
 - Revista Diálogo Educacional
 - Revista Educação e Filosofia
 - Revista do Professor de Matemática
 - Revista do Provão
- 5. Revista UNO: caminhos e sinais
 - Tempo Integral
 - Texto para discussão (IPEA)
 - Universidade e Sociedade
 - Universitas

- Veritas
- Viver

6.3.4.3 - Periódicos Diversos

- 6.ACTA SCIENTIARUM
- 7.Agitação
- 8.Akrópolis
- 9.Anais e Conjuntura
- 10.Balanço Anual
- 11.BASE – (Rev. de Administração e Contabilidade da UNISINOS)
- 12.Boletim de Conjuntura – IPEA
- 13.Boletim de Informática
- 14.Caderno Administração Rural
- 15.Caderno do 3º Mundo
- 16.Caderno UNIBAC de Matemática
- 17.Calidoscópico
- 18.Caros Amigos
- 19.Carta Mensal
- 20.Cívitas: Revista de Ciências Sociais
- 21.Conjuntura Econômica
- 22.Conjuntura Social
- 23.Economia e Pesquisa
- 24.Época
- 25.Exame 1998 a 2003 (exemplares avulsos)
- 26.Galileu
- 27.Geográfica Universal
- 28.Gestão em Rede
- 29.Gestão Minas
- 30.HSM Management
- 31.Humanistas
- 32.ISTO É
- 33.Info Exame
- 34.Informática Pública
- 35.Internet World
- 36.Melhor
- 37.Nossa História
- 38.Parcerias Estratégicas
- 39.Perspectivas em Ciência da Informação
- 40.Pesquisa e Planejamento Econômico
- 41.Pequenas Empresas Grande Negócios
- 42.RAC – Revista da Administração Contemporânea
- 43.RAE – Revista de Administração de Empresas
- 44.RAUSP – Revista de Administração
- 45.Revista ANGRAD – Ass. Nacional dos Cursos de Graduação em ADM.
- 46.Revista Brasileira de Administração
- 47.Revista Brasileira de Contabilidade
- 48.Revista Brasileira de Economia
- 49.Revista da FAE – Faculdade Católica de Administração Economia
- 50.Revista da Universidade do Amazonas
- 51.RAUSP - Revista de Administração

- 52.Revista de Administração Pública
- 53.Revista de Informação Legislativa
- 54.Revista do Patrimônio Cultural
- 55.Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- 56.Revista Fronteira
- 57.Revista Técnica – IPEP
- 58.Revista Tocantins 10 anos
- 59.Revista E - SESCSP
- 60.Revista Universidade de Guarulhos
- 61.Rumos
- 62.Super Interessante
- 63.Tocantins Total
- 64.Trevisan
- 65.UNB Revista
- 66.Veja 2000 a 2008 (exemplares avulsos)
- 67.Você

6.3.4.4 – Periódicos Nacionais do Curso de Serviço Social

- Revista Serviço Social e Sociedade.

6.3.4.5 - Jornais

<i>JORNAIS</i>			
Título	Nacionais	Estrangeiro	Total
Jornal do Tocantins	1	--	1
Total	1	--	1

6.3.4.6 - Serviços da Biblioteca:

- Empréstimo domiciliar de material;
- Levantamento bibliográfico;
- Orientação para normalização de trabalhos científicos;
- Manual para elaboração de trabalhos científicos;
- Curso de normalização para alunos calouros;
- Atividades de extensão com a comunidade escolar de Miracema;
- Programa de conservação e expansão do acervo;
- Programa de formação para servidores da biblioteca.

6.4 – Instalações e equipamentos complementares:

6.4.1 Mobiliário

Existem móveis projetados especialmente para bibliotecas, que permitem um melhor aproveitamento do espaço e oferecem acomodação adequada ao acervo, aos equipamentos e aos usuários.

São considerados mobiliários as estantes de diferentes tipos e formatos, arquivos, armários, fichários, mesas de trabalho e de leitura, cadeiras, balcões, painéis de avisos, etc.

Para proporcionar uma visão panorâmica da alocação desses recursos na biblioteca, optou-se pela sua discriminação dentro de três setores mencionados a seguir:

Tabela 2: Mobiliário.

Setor	Mobiliário	Quantidade
Acervo	Estantes em aço	46
	Escada em metal (ferro)	01
	Ar condicionado	03
	Bibliocanto	284
Leitura	Mesas de madeira	09
	Cabinas de estudo individual	05
	Cadeiras em aço	39
Serviços técnicos	Mesa de madeira	13
	Armário em aço	02
	Arquivo em aço	01
	Fichário em acrílico	02
Empréstimo e devolução	Balcão de madeira	01
	Cadeiras	02
	Painel de aviso	01
	Guarda-volume em aço	01

Fonte: Biblioteca - 2010/1.

6.4.2 Equipamentos

A biblioteca deverá contar com alguns equipamentos essenciais para que possa oferecer serviços adequados à comunidade.

Considera-se equipamento máquina de escrever manual ou elétrica, máquinas fotocopadoras, leitoras de microfichas, projetor de slides, retroprojetor de transparências, televisor, gravador de fita, terminal de computador, impressora, microcomputador, telefone, ar-condicionado.

Lembrando que se houver uma transferência para a nova sede da biblioteca, torna-se também necessária à existência de máquinas copiadora, mais computadores e leitoras de códigos de barras e outros equipamentos apontados na previsão orçamentária de 2010.

A instalação desses e de outros equipamentos deve ser muito bem planejada, de modo que a fiação e tomadas de correntes não fiquem longe dos demais aparelhos, não haja fios espalhados pelo chão e o seu funcionamento não venha perturbar as atividades que exigem silêncio e concentração.

Tabela 3: Equipamentos.

Setor	Equipamento	Quantidade
Processamento Técnico	Impressora	01
	Projetor de slides	01
	Teclado	01
	Estabilizador	02
	Telefone	01
	Receptor de sinal TV	01
	Ar-condicionado	01
	Computador (kit multi mídia)	03
Empréstimo e devolução	Leitor de código de barras	01
	Impressora	01
	Computador kit multi mídia	02
	Transformador (nobreak)	02
Leitura	Computadores	02
	Transformador (nobreak)	02

Fonte: Biblioteca – 2010/1.

O Campus conta com uma área construída de 368m² pronta a ser entregue para funcionamento da nova Biblioteca do Campus.

6.4 – Instalações e equipamentos complementares:

As instalações e equipamentos complementares estão devidamente descritos nos itens anteriores, principalmente no item 6.1.

6.5. Área de lazer e circulação:

No espaço físico do campus dispomos das seguintes áreas de lazer e circulação: dentro do prédio temos amplos corredores no térreo e pavimento superior com 04 mesas para estudo individual e/ou grupos e 02 no piso inferior com espaço para 5 alunos cada e uma para 08 alunos. Na parte externa, junto com o estacionamento existem vários bancos utilizados para conversas dos acadêmicos. Existe ainda um espaço físico que permite ampliação da estrutura física do campus, bem como seu uso para atividades de integração via esportes.

Há também uma sala de espera com cadeiras e mesa no piso superior próximo a direção e coordenações de curso.

6.6 – Recursos Audiovisuais

As condições atuais em relação ao uso de equipamentos por professores e alunos, nas salas de aula e auditório do Campus Universitário de Miracema do Tocantins estão articuladas pelas experiências profissionais de cada docente e limitadas pelos equipamentos constantes no quadro a seguir:

Quadro de Recursos Audiovisuais disponíveis no Campus

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	3	Tv Em Cores
02	01	Video Cassete
03	08	Data-Show
04	10	Retroprojektor
05	01	Máquina Fotográfica Digital
06	01	Filmadora
07	01	Dvd
08	01	Aparelho de Som Micro-Sistem/Cd
09	01	Projektor de Slides
10	10	Tela Branca de Projeção
11	02	Flip Chart
12	02	Microfone C/ Fio
13	03	Microfone S/ Fio
14	02	Mesa/Comando de Som
15	13	Quadro Branco para Pincel
15	07	Notebook

6.7. Acessibilidade para portadores de necessidade especiais

Encontra-se em andamento um projeto, junto à Diretoria de Obras da UFT, que prevê a instalação de um elevador de acesso e sanitários adequados.

O prédio, que abrange as novas salas de aula, já atende às exigências de acessibilidade.

6.8. Salas de Direção de Campus e de Coordenação de Curso

No campus universitário de Miracema, há uma sala preparada para o uso da direção, de 16,62m², devidamente equipada para atendimento à comunidade universitária, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo e um estagiário que atua junto a assessoria de comunicação.

Com relação às salas de coordenação dos cursos, o campus conta com 02 (duas) salas destinadas às coordenações dos cursos: Pedagogia, instalada num espaço de 23,00m² e

Serviço Social, localizada numa sala de 22,56 m², ambas equipadas com mobiliários e equipamentos, contando com o apoio de 01 (um) assistente administrativo, cada. Os cursos da modalidade PARFOR contam com uma sala, equipada com mobiliários e equipamentos a fim de que possam ser atendidos docentes, discentes e comunidade acadêmica em geral.

7. REFERÊNCIAS

ALBIERO, C. M. G. **Ensinar e Aprender: Desafios Constantes na formação profissional em Serviço Social**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. “Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na ‘supervisão sistemática’ e na ‘avaliação qualitativa’ no estágio acadêmico em Serviço Social”. **Tese de Doutorado**. “ PUC-SP, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio – PNE, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – GTPs da ABEPSS”, aprovado no Seminário Nacional de Pós Graduação e na Reunião Ampliada da Diretoria da ABEPSS, realizados no Rio de Janeiro de 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Formação do assistente social do Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 79**. São Paulo: Cortez, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABESS. **Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social**. Cadernos ABESS n° 8. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABESS. **Formação Profissional: Trajetórias e desafios**. Cadernos ABESS n° 7. Edição Especial. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABESS. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. In: Revista de Serviço Social e Sociedade n° 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

BAPTISTA, M.V. A ação profissional no cotidiano. In: **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez e Educ, 1995.

BRASIL. Lei n° 8662, de 7 de Jun. 1993. **Regulamentação da profissão de Assistente Social**. CFESS, Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dez. 1993. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial**, Brasília, 2001.

BRASIL. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de mar. 1993. **Código de ética profissional do Assistente Social**. CFESS, Brasília, 1993.

BURIOLLA, M. A. F. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social - O Supervisor; sua relação e seus papéis**. São Paulo, Editora Cortez, 1994.

CARDOSO, F. G. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente Social: Principais polêmicas e desafios. **Revista Temporalis nº 2**, ABEPSS. Brasília, DF, julho a dez. 2000.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. Coleção Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996, 5ª ed.

_____. **Avaliação sobre o olhar propedêutico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico, Papyrus Editora, 1996.

_____. **Educação e Qualidade**. 2ª ed. São Paulo, Papyrus Editora, 1995.

_____. **Lógica e Democracia da Avaliação**. In: Ensaio: Avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, v. 3 (8) 323- 330, jul-set, 1995.

GUERRA, Y. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate. In: **Revista Construindo o Serviço Social**. Bauru-SP. Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social: Edite, nº 12, 2003.

HELLER, Agnes. **O Quotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. *Debate CRESS* nº 6, Fortaleza: Expressão Editora, 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

_____. **Relações sociais e o Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora; Lima, Peru: CELATS, 1986.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social In: **Revista Temporalis – ABEPSS – nº 1**, Brasília: Valci, 2000.

- KOIKE, M. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Reprodução Social, trabalho e Serviço Social**, Brasília: CEAD, 1999.
- MARTINS, L. C. de O. **A educação superior e a universidade: a busca da equidade – uma preocupação também do Assistente Social**. In: Revista Construindo o Serviço Social. Bauru-SP. Instituto de pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social: Edite, nº 10, 2002.
- MASETTO, M. T. (org.). **Docência na Universidade**. São Paulo, 1998 –(Coleção Práxis). Melhoramentos minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.
- MUNIZ, E. O projeto pedagógico da Faculdade de serviço Social de Bauru. **In: Construindo o Serviço Social** nº 14, ITE – F.S.S.B., Bauru, São Paulo, A R Editora e Artes Gráficas Ltda., 2004.
- MUNIZ, Egli et al. O Estágio Supervisionado: A Experiência da Faculdade de Serviço Social de Bauru. **In: Construindo o Serviço Social** nº2, ITE – F.S.S.B., Bauru, São Paulo, A R Editora e Artes Gráficas Ltda., p.27-43, 1997.
- NOGUEIRA, M. R. A. **O Estágio Curricular como espaço de aprendizagem profissional**, 2003, mimeografado.
- PINTO, R. M. F. Estágio e Supervisão – Um desafio teórico-prático do Serviço Social.**In: Revista NEMESS – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social**, nº 3, PUC – São Paulo, 1997. 134 p.
- ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica – desafios e perspectivas**. 2. ed., São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 1999.
- SANT’ANA, R. S. O desafio da implantação do projeto ético-político do serviço social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 62, São Paulo, Cortez Editora, 2000.
- SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 6ª edição, 2001.
- _____. **Paulo Freire e a formação de educadores: múltiplos olhares**. Editora articulação universidade/escola, São Paulo, 2000.
- SOUSA, C. P. **Descrição de uma trajetória na/da avaliação educacional**. São Paulo: FDE (Idéias 30), 1998 .
- TEMPORALIS/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Fórum Nacional sobre avaliação institucional dos Cursos de serviço Social: Textos e Documentos**. Ano 2, suplemento (outubro de 2001). Brasília: ABEPSS, 2001.

TEMPORALIS/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Relatório da Oficina Nacional: O ensino do trabalho do assistente social.** Ano 3, suplemento (novembro de 2002). Brasília: ABEPSS, 2002.

TEMPORALIS/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **O ensino do trabalho profissional: desafio para afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político.** Ano 4, nº 8. Brasília: ABEPSS, 2004.

TEODORO, A. et VASCONCELOS, M.L. (org.) **Ensinar e Aprender no Ensino Superior:** por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2ª ed. São Paulo: Editora Mackensie; Cortez, 2005.

UFT – Campus de Miracema. Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física – PARFOR, 2010.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. O trabalho do Assistente Social e o projeto hegemônico no debate profissional. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais, Brasília: CEAD, 2000.

WANDERLEY, L. E. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 81**, São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A nova (des)ordem mundial – implicações para a universidade e a formação profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez Editora, nº 44, 1994.

_____. Educação e Cidadania. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 62, São Paulo, Cortez Editora, 2000.

WANDERLEY, M. B. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Cadernos ABESS nº 8**, São Paulo: Cortez, 1998.

_____, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ANEXOS



CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Regulamento de Estágio Obrigatório

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO

Prof. Dra Célia Maria Grandini Albiero

Profa Dra Giselli de Almeida Tamarozzi Lima

Profa M.S. Maria Helena Cariaga

Profa Vanda Michelli Burginski

Alunos do 5º Período do Curso de Serviço Social

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2010

DOS OBJETIVOS

Este Regulamento de Estágio tem por finalidade normatizar a atividade curricular obrigatória do estágio do Curso de Serviço Social do Campus Universitário da Universidade Federal do Tocantins e as atribuições de todos os protagonistas que atuam na formação profissional e desenvolvimento do estágio, sejam eles, discente, docente e assistente social supervisor.

Capítulo I

Das disposições preliminares

Artigo 1º: O estágio é atividade curricular obrigatória, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional constituído por organizações governamentais e não governamentais e movimentos sociais, denominados "campos de estágio", para o exercício profissional do Assistente Social, o qual pressupõe supervisão sistemática exercida por docente da UFT com formação em Serviço Social e Assistente Social dos quadros da organização denominada "campo de estágio".

Parágrafo único - Define-se estágio curricular como procedimento didático-pedagógico, atividade de competência da instituição de ensino que deve propiciar a complementação de ensino e da aprendizagem teórico-prática a ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

Artigo 2º: O Curso de Serviço Social da UFT concebe o processo de supervisão sistemática desenvolvido pelo professor de estágio e o Assistente Social do campo, credenciado pela UFT, como instrumento ao aprendizado do aluno, pela experiência e conhecimentos específicos da área pelo Supervisor de campo, de realimentação dos conteúdos ministrados pelo curso, pelo contato com as demandas emergidas nos campos e de realimentação da prática profissional do Supervisor e da própria organização, pela aproximação com as novas teorias e conhecimentos oportunizados pelo professor de estágio e pelo próprio aluno.

Artigo 3º: Por supervisão entende-se o processo pedagógico de ensino-aprendizagem, que se realiza na área do agir, desenvolvendo o acompanhamento da prática cotidiana do aluno estagiário, pautada no projeto ético-político do Serviço Social, consubstanciado no seu Código de Ética Profissional.

Parágrafo Único: O professor da UFT é denominado supervisor acadêmico, responsável pela supervisão acadêmica e o Assistente Social de campo, é denominado Supervisor de Estágio.

Artigo 4º: A Organização do estágio do curso de Serviço Social da UFT é de responsabilidade do Coordenador de Estágio e do professor supervisor acadêmico.

Artigo 5º: O professor supervisor acadêmico é responsável pela supervisão sistemática do aluno no estágio, denominada supervisão acadêmica.

Artigo 6º: O Estágio da UFT deve ser coordenado por um docente²¹, com a responsabilidade de acompanhar o processo de estágio e supervisão do aluno. Essa supervisão deve ser feita através de professores com formação em Serviço Social e devidamente registrados no Conselho Regional de Serviço Social, especialmente designados para tal²², com carga horária compatível ao número de no máximo 13 alunos por turma. O acompanhamento deverá ser feito através da Disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica I, II, III e IV em sala de aula, perfazendo uma carga horária de 30h semestrais e através de visitas aos campos de estágio²³, garantindo assim, a supervisão sistemática do aluno por ele e por um assistente social da organização conveniada como campo de estágio, devidamente, credenciada pelo Conselho Regional de Serviço Social, com o qual mantém articulação sistemática.

Capítulo II

Do Estágio

²¹ O Coordenador de Estágio deve ser um docente de Serviço Social ligado a supervisão de estágio e deverá ter uma carga horária específica para desenvolver as atividades de coordenação de no mínimo 8h semanais.

²² A Carga horária do Estágio Supervisionado deve ser computada à parte da carga horária das disciplinas, pois o estágio é considerado uma atividade curricular obrigatória ao curso de Serviço Social, conforme diretrizes curriculares da ABEPSS. Ou seja, a carga horária desenvolvida em sala de aula nos 4 períodos deve ser de 120h/a para orientação dos trabalhos de estágio, isto é 30h/a por semestre. O aluno cumprirá a carga horária de 420h horas do estágio nos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, divididas em 4 semestres, sendo 105h por semestre. A supervisão sistemática e direta do aluno ao campo de estágio por meio de visitas deverá ser feita pelos mesmos docentes que farão o acompanhamento em sala de aula.. Cada docente Assistente Social que assumir a supervisão de estágio não deverá ultrapassar 13 alunos por turma.

²³ Estas visitas deverão ser realizadas por semestre em cada campo de estágio.

Artigo 7º: Caracteriza-se o estágio como componente curricular obrigatório, exercido nos espaços ocupacionais do Serviço Social em condições reais de trabalho, sem vínculo empregatício que possibilite o aprendizado do exercício profissional nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Artigo 8º: A carga horária do estágio constituído de Estágio I ao IV, totalizará, obrigatoriamente, 420 horas distribuídas em 105 horas por semestre do 5º ao 8º períodos, respectivamente, a serem integralizadas mensalmente.

Parágrafo 1º: O aluno poderá cumprir 25% da carga horária do estágio do período letivo seguinte durante as férias escolares, desde que o supervisor de campo se responsabilize pela supervisão.

Parágrafo 2º: O aluno poderá cumprir parte da carga horária do estágio do período letivo com outras atividades somente em caráter excepcional com uma proposta apresentada pelo coordenador de estágio em consonância com os docentes da disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica e aprovado pelo Colegiado.

Artigo 9º: A aluna gestante, em gozo dos benefícios da Lei 6.202 de 17 de Abril de 1975, poderá cumprir a carga horária de estágio antecipadamente ou posterior ao seu retorno às atividades escolares.

Capítulo III

Da Coordenação de Estágio

Artigo 10º: Compete ao Coordenador de Estágio:

- I) Estabelecer entendimentos preliminares com organizações governamentais e não governamentais interessadas em firmar convênio com a UFT.
- II) Credenciar os campos de estágio mediante avaliação criteriosa dos planos de ação do Serviço Social, conveniando os aprovados e descredenciando aqueles que não atingirem e mantiverem as metas estabelecidas pelo Colegiado do Curso.
- III) Manter atualizado o cadastro dos campos de estágio conveniados.
- IV) Efetuar o levantamento de vagas nos campos credenciados, divulgando-os aos alunos.

- V) Organizar reuniões periódicas com os Assistentes Sociais Supervisores para articulação do processo de ensino-aprendizagem.
- VI) Dar encaminhamento às situações apresentadas pelo professor relativas ao aluno e campo de estágio.
- VII) Oferecer regularmente "Curso de Supervisão" para os Assistentes Sociais candidatos ao exercício da supervisão de alunos.
- VIII) Negociar com as organizações a possibilidade de estágio remunerado ou outra modalidade de compensação.
- IX) Responsabilizar-se pelos procedimentos burocráticos relativos à inserção, supervisão e desligamento do aluno no estágio.
- X) Avaliar, ao final de cada período letivo, em conjunto com o professor de estágio, o nível de condições de formação profissional dos campos.

Capítulo IV

Da Supervisão Acadêmica

Artigo 11º: A supervisão acadêmica consiste no acompanhamento sistemático do aluno pelo Professor de Estágio, visando garantir a articulação teórico-prática, com base no Plano de Estágio elaborado em conjunto com o supervisor de campo e o aluno.

Artigo 12º: A supervisão acadêmica desenvolve-se por intermédio de visitas aos campos de estágio e reuniões com supervisores e/ou alunos no Campus de Miracema da UFT.

Artigo 13º: Compete ao professor de estágio:

- I) Levantar e divulgar as vagas em campos de estágio;
- II) Encaminhar os alunos para inserção nos campos de estágio, juntamente com a documentação pertinente;
- III) Encaminhar e acompanhar o aluno no campo de estágio;
- IV) Atender os alunos individual e/ou grupalmente;
- V) Comunicar à Coordenação de Estágio intercorrências relativas a alunos que extrapolem o âmbito de sua competência;
- VI) Registrar a frequência do aluno no campo de estágio;

- VII) Planejar e registrar as atividades da supervisão acadêmica;
- VIII) Avaliar o desempenho do aluno no decorrer do ano; em conjunto com o Assistente Social supervisor e o aluno.
- IX) Realizar e registrar as visitas sistemáticas aos campos de estágio para acompanhamento dos alunos, mediante cronograma prévio apresentado e aprovado pelo Coordenador de Estágio.
- X) Contribuir para qualificação sistemática do campo de estágio e da prática profissional do Assistente Social, a partir das demandas apresentadas.

Capítulo V

Da Supervisão de Campo

Artigo 14º: Compete ao Supervisor de Campo :

- I) Responsabilizar-se pela introdução e desenvolvimento do estágio do aluno no campo;
- II) Assessorar o aluno na construção do Plano de Estágio, em consonância com o professor de estágio;
- III) Oportunizar ao aluno a observação e experiência do instrumental técnico operativo do Serviço Social;
- IV) Supervisionar o aluno através de entrevistas e/ou reuniões semanais, efetivando os papéis de educador, transmissor de conhecimentos/experiências e informações.
- V) Avaliar, o desempenho do aluno em conjunto com o professor de estágio.
- VI) Participar das reuniões promovidas pelo curso, objetivando a articulação teórico-prática;
- VII) Assinar toda a documentação elaborada pelo aluno, registrando o seu parecer e rubricando todas as folhas;
- VIII) Comunicar o professor supervisor acadêmico de Estágio as intercorrências e ocorrências que impliquem no desempenho do aluno.
- IX) Encaminhar mensalmente a Central de Estágio do campus de Miracema a ficha de frequência do aluno, devidamente rubricada;
- X) Firmar o termo de compromisso com o Campus da UFT responsabilizando-se pela supervisão de campo.

Capítulo VI

Competências do Estagiário

Artigo 15º: Compete ao Estagiário :

- I – Comprometer-se como sujeito do processo de ensino aprendizagem (teórico-prática) oportunizado pelo estágio.
- II – Elaborar em conjunto com o supervisor de campo e supervisor acadêmico, o Plano de Estágio, executando-o de acordo com os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do assistente social e no Projeto pedagógico do Curso.
- III – Manter sigilo profissional em relação ao usuário dos serviços e às informações relativas à organização campo de estágio.
- IV– Cumprir o número de horas estabelecido curricularmente ou determinado no termo de compromisso firmado com a organização campo de estágio.
- V – Participar do processo de avaliação de seu desempenho no estágio.
- VI – Elaborar a documentação exigida pela Central de estágio e pelo Curso e campo de estágio, apresentando-a nas datas aprazadas, assinada pelo supervisor de campo, com cópia para o campo de estágio.
- VII - Comunicar o supervisor de campo com antecedência mínima de sete dias, no caso de mudança de campo de estágio.

Parágrafo único: O cumprimento de estágio durante o período de férias escolares deverá ser acordado entre aluno e assistente social do campo.

Capítulo VII

Do Credenciamento dos Campos de Estágio

Artigo 16º: São critérios para credenciamento das organizações como campos de estágio e estabelecimento do convênio:

- I-) Que a organização designe Assistente Social registrado no CRESS, em número compatível aos estagiários admitidos, se responsabilizando pela supervisão direta e sistemática do aluno de acordo com a **RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social** ;
- II-) Que a Instituição campo de estágio apresente a coordenação de estágio do curso seu Plano de Ação, definindo os objetivos do Serviço Social, suas atribuições e ações desenvolvidas;

III-) Que permita e facilite ao Assistente social Supervisor comparecer às reuniões mensais promovidas pela coordenação de estágio.

IV-) Que o supervisor participe da elaboração do Plano de Estágio e a Avaliação Educacional, em cada período letivo em conjunto com o aluno, e se responsabilize por supervisioná-lo sistematicamente, estipulando claramente os objetivos do estágio e as atribuições do aluno, oportunizando-lhe experiências que contribuam para atingir o perfil profissional estabelecido no Projeto pedagógico do curso.

Artigo 17º: Após o credenciamento, a UFT firmará convênio com o campo de estágio e termo de compromisso entre o aluno, a Universidade e o campo de estágio.

Artigo 18º: O não cumprimento dos critérios estabelecidos implicará em descredenciamento do campo e/ou desligamento do Supervisor, mediante um processo de avaliação entre a Coordenação de Estágio, a Coordenação de Curso, Supervisor e/ou representante do campo, alunos.

Artigo 19º: O campo de estágio empenhar-se-á para oferecer remuneração aos estagiários ou outras modalidades de ajuda de custo.

Capítulo VIII

Da Inserção do Aluno no Campo de Estágio

Artigo 20º: A UFT, através da Central de Estágio do Campus de Miracema disponibilizará ao aluno as vagas nos campos de estágio credenciados.

Artigo 21º: O aluno que desejar realizar o estágio em uma organização não credenciada, deverá encaminhar a solicitação à Central de estágio que juntamente com o Coordenador de Estágio analisará a viabilidade da abertura do campo e tomará as providências cabíveis;

Artigo 22º: Definida a organização em que irá estagiar, a Central de Estágio deverá providenciar a documentação necessária: O cartão de CNPJ da Empresa, Contrato Social da Empresa, a comprovação de que a pessoa que assinará o Convênio detém competência para

este fim específico – o diploma do Chefe do poder ou representante máximo da entidade, cópia do CPF e RG da pessoa que assinará o Termo, Prova de regularidade do ente perante as fazendas públicas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do conveniente, Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FTGS), são as condições necessárias para inserção do aluno no campo de estágio.

Artigo 23º: O aluno deverá desenvolver o estágio em dias e horários previamente determinados pelo Supervisor de Campo, com o comprometimento da formação profissional.

Artigo 24º: Os alunos que realizam estágio em mais de uma organização, o acompanhamento do estágio em um dos campos ocorrerá por meio da disciplina de um professor designado para tal e acompanhado pela Central de Estágio.

Capítulo IX

Do Trabalhador Estagiário

Artigo 25º: A Central de Estágio poderá aprovar o estágio do aluno em seu local de trabalho, desde que se distinga claramente a atividade de emprego e a de estágio.

Artigo 26º: A organização deverá liberar o aluno para desenvolver o número de horas exigidas curricularmente para as atividades de estágio determinadas no Plano de Estágio.

Capítulo X

Estágio e Campos de Extensão

Artigo 27º: A UFT busca uma articulação com a sociedade através de relações com os principais órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas; têm uma preocupação com a equidade social (inclusão social, étnica e de gênero) e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e ainda o respeito com a pluralidade e à diversidade cultural.

Parágrafo Único: Os campos de extensão da UFT têm o compromisso em articular a pesquisa com o ensino e sua devida interação com as ações de extensão, procura ainda

incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber do ensino através de publicações ou de outras formas de comunicação, suscitando assim o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

Artigo 28 : A UFT oportunizará aos alunos o estágio em seus campos de extensão, desde que haja supervisão direta de assistentes sociais nos programas e projetos e /ou serviços.

Artigo 29 : Ao estágio nos campos de extensão da UFT aplicam-se as mesmas regras e procedimentos estabelecidos no Projeto Pedagógico e neste Regulamento.

Artigo 30°: Os campos de extensão da UFT procurarão oferecer condições para estágios nos finais de semana, sob a responsabilidade direta do Assistente Social responsável, priorizando o atendimento aos alunos trabalhadores.

Capítulo XI

Sistema de Avaliação

Artigo 31°: Considera-se a avaliação de estágio um processo qualitativo que implica a participação do aluno, a fim de possibilitar-lhe demonstrar o seu aprendizado oportunizando-lhe transitar pelos conhecimentos, atitudes e habilidades adquiridos em todas as disciplinas, dirimindo dúvidas e/ou possíveis falhas de percepção ou assimilação, analisando o seu desenvolvimento no aspecto afetivo-emocional, habilidades, atitudes e valores.

Artigo 32°: O estágio será avaliado através de planos e relatórios, documentação, observação da participação nas atividades de supervisão acadêmica e técnica administrativa, atendendo as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno do Campus e da UFT.

Artigo 33°: Os critérios de avaliação serão construídos tendo como parâmetro o perfil profissional definido no projeto pedagógico do Curso e reconstruídos de acordo com as transformações societárias.

Artigo 34º: Considerar-se-á aprovado no ano o aluno que cumprir o total mínimo de horas exigidas curricularmente, apresentar os documentos determinados pela Central de Estágio e tiver o seu desempenho avaliado como satisfatório – mínimo necessário exigido - pelo professor, em conjunto com o supervisor de campo.

Artigo 35º: Não será permitido o aproveitamento de horas excedentes cumpridas em um período letivo, para outro período letivo.

Artigo 36º: Os trabalhos entregues fora do prazo previsto pelo professor supervisor acadêmico, estarão sujeitos a uma revisão no processo avaliativo de acordo com os indicadores de avaliação.

Artigo 37º: Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador de Estágio e pelo Coordenador de Curso e em segunda instância pelo Colegiado do Curso.

Artigo 38º: Qualquer alteração do presente Regulamento, só poderá ser efetuada de acordo com aditivo àquela finalidade, apresentado pelo Coordenador de Estágio e de Curso e aprovado pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Artigo 39º: Este regulamento de estágio é parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFT, seguindo os requisitos curriculares obrigatórios, que passa vigorar a partir desta data.

Miracema do TO, Abril de 2010.

Comissão de elaboração do Regulamento de Estágio Obrigatório



CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Regulamento de Estágio Não-Obrigatório

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO

Prof. Dra Célia Maria Grandini Albiero
Profa Dra Giselli de Almeida Tamarozzi Lima

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2010

CAPÍTULO I

Identificação

Art. 1 - O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio não-obrigatório do curso de Serviço Social do *campus* de Miracema do Tocantins.

§1 – os estágios não-obrigatórios são aqueles desenvolvidos como atividade opcional para o aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso Serviço Social.

§2- as normatizações ora dispostas apresentam consonância com o regimento e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social, com a Lei nº 11.788/2008 e com a normativa nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º- O Estágio Curricular Não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional na Universidade Federal do Tocantins ou em outras instituições, empresas privadas, órgãos públicos ou profissionais liberais.

CAPÍTULO III

Das Áreas de Estágio

Art. 3 - As atividades de estágio poderão ser desenvolvidas em instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, tais como: empresas, instituições de assistência social, educação, saúde, lazer, sistema penitenciário, de seguridade social e movimentos sociais, ocupando as funções de planejamento, administração, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais.

que comprovem atividades ligadas ao Serviço Social de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

CAPÍTULO IV

Da organização

Art. 4º- O Estágio Curricular Não-obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 5º- O Estágio Curricular Não-obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

- I. pessoas jurídicas de direito privado;
- II. órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único – É facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 1 (um) a 5 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 6º - O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 7º - Os estudantes na condição de estagiários poderão realizar as seguintes atividades: **(Listar cada uma das atividades que o curso prepara o aluno para realizar na condição de aprendiz).**

Art. 8º- O tempo de duração de estágio não-obrigatório não pode ultrapassar 2 (dois) anos na mesma instituição, 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 9º- O estágio não-obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 10º- As Atividades Complementares (extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculados ao Curso de Serviço Social e desenvolvidos na UFT) não serão consideradas estágios não-obrigatórios, devido estes serem complementar ao estágio obrigatório.

CAPÍTULO V

Desenvolvimento e Avaliação

Art. 11 - O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 12º- A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 13º- Cada Supervisor da UFT (área ou curso) é escolhido entre os membros do Colegiado de Serviço Social.

§1- Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2- A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO VI

Das competências

Art. 14 - O aluno, na condição de estagiário, deve cumprir as atribuições e responsabilidades explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio. Ao acadêmico que se habilitar ao estágio curricular compete:

- I. Procurar a Central de Estágios de seu campus antes de iniciar o estágio em uma empresa, instituição ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;

- II. Participar do estágio com responsabilidade, consciente de sua condição de estudante, procurando obter o maior aprendizado profissional possível, cumprindo suas obrigações no estágio e na universidade;
- III. Ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;
- IV. Avisar qualquer ausência com antecedência;
- V. Entregar ao Docente orientador (Estágio Obrigatório) ou ao Supervisor da UFT (Estágio Não-obrigatório) o relatório de avaliação das atividades no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Unidade Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional;
- VI. Cumprir as determinações e orientações do Professor Orientador (Estágio Obrigatório) ou do Supervisor de Estágios da Área/Curso (Estágio Não-obrigatório) quanto a prazos e procedimentos;
- VII. Frequentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de avaliação nos prazos determinados;
- VIII. Cumprir as normas do presente regulamento e da Lei de Estágios (11.788/08).

Art. 15 - Compete ao docente orientador de Estágio Curricular Obrigatório e ao supervisor de Estágio Curricular Não-obrigatório:

- I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio.
- II- avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno;
- IV orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;
- V- acompanhar o planejamento do estágio;
- VI- realizar uma avaliação em todas as etapas de desenvolvimento do estágio;
- VII - cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei nº. 11.788/2008.

Art. 16º - Compete a Unidade Concedente:

- I. celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estudante;
- II. ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III. indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV. contratar em favor do estagiário, na condição de estágio não-obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações da Lei;
- V. por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI. tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da instituição, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade;
- VII. enviar à UFT, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor (disponível no site www.uft.edu.br/estagios), com vista obrigatória ao estagiário.

CAPÍTULO VII

Das disposições gerais

Art. 17 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos Supervisores responsáveis pelos Estágios junto à Coordenação de Curso, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 18 - Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

Miracema do TO, Abril de 2010.

Comissão de Elaboração do Regulamento de Estágio Não-Obrigatório

ANEXO 9 – Regulamento de TCC – Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da UFT.

- **ANEXO A - INDICAÇÃO DO PROFESSOR ORIENTADOR**
- **ANEXO B - AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO**
- **ANEXO C - PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR**



CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Profº Responsável pela Elaboração do Regulamento

Prof. Msc. Josiley Carrijo Rafael

MIRACEMA DO TOCANTINS – TO

2010

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas às disciplinas “Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) ofertada no 8º semestre e “Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) ofertada no 9º semestre do Curso de Serviço Social, que desencadearão o processo de sistematização e conclusão do TCC em formato de monografia.

Art. 2º O TCC, elaborado pelos acadêmicos, consiste em produção obrigatoriamente individual, orientada por professor assistente social, em área do conhecimento do Serviço Social e outras afins, de acordo com o interesse do acadêmico, preferencialmente gerado a partir da prática do estágio supervisionado em Serviço Social, iniciado no 4º semestre do curso.

Art. 3º São objetivos do TCC:

- Oportunizar ao acadêmico a elaboração e o desenvolvimento de um projeto investigativo, cujo texto, sob forma de monografia, apresente desenvolvimento lógico, refletindo domínio conceitual e grau de profundidade do aluno compatível com a graduação e conseqüentemente com as disciplinas cursadas.
- Propiciar aos alunos do curso de Serviço Social a sistematização de conhecimentos resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada e desenvolvida ao longo do cumprimento dos cinco níveis/semestres de Estágio Supervisionado.
- Propiciar o estímulo à produção científica, com consulta de bibliografia especializada, e à sua divulgação.
- Proporcionar o aprimoramento no conhecimento de um tema, preferencialmente voltado para a realidade social concreta verificada no campo do Estágio Supervisionado.
- Desencadear a reflexão e aprimoramento das transversais dimensões teórico-prático, ética-política e técnico-operativa.
- Promover a integração do Ensino, da Extensão e da Pesquisa.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 4º A/O acadêmica/o deve elaborar seu projeto de pesquisa para nortear o trabalho de conclusão de curso, de acordo com o presente Regulamento e com as instruções do (a) professor (a) orientador e/ou Coordenador da Disciplina.

Art. 5º O projeto preliminar deve ser entregue ao professor orientador até a data estabelecida pelo cronograma da disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º Cabe ao professor da disciplina Seminário de TCC e ao supervisor acadêmico de estágio a avaliação e aprovação dos projetos preliminares apresentados pelos acadêmicos, podendo a avaliação ser realizada em conjunto – professor e supervisor – ou individualmente.

§ 2º Estando aprovado o projeto de trabalho, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de novo projeto e mediante atendimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados a partir do início do semestre.

II - haver a aprovação do professor da disciplina e do supervisor orientador.

Art. 6º O TCC, enquanto expressão formal escrita deve ser elaborado segundo as Normas da ABNT, bem como as *Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos* da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema do Tocantins.

Art. 7º A estrutura do Trabalho de Conclusão compõe-se de:

I – Capa;

II – Folha de rosto;

III – Epígrafe;

IV – Dedicatória/Agradecimentos;

V – Ficha Catalográfica;

VI – Resumo e Palavras-Chaves;

VII – Sumário;

- VIII – Introdução;
- IX – Desenvolvimento (apresentado em partes e/ou capítulos);
- X – Considerações Finais ou Conclusão;
- XI – Referências;
- XII – Anexos (quando for o caso);
- XIII – Formulário de Avaliação.

Art. 8º A/O acadêmica/o deverá entregar/protocolar na secretária acadêmica do curso duas cópias do TCC encadernadas em capa dura e duas cópias digitalizadas (CD).

§ 1º A data de entrega da versão final do TCC será divulgada pela coordenação do curso e coordenação de pesquisa a cada semestre letivo.

§ 2º A encadernação do TCC deve obrigatoriamente seguir os padrões estabelecidos, obedecendo a cor verde como padrão do curso de Serviço Social da UFT.

§ 3º As duas cópias do TCC serão distribuídas respectivamente para a Biblioteca do campus, e a outra cópia será encaminhada para a instituição onde o estágio e pesquisa foram desenvolvidos.

§ 4º O orientador poderá solicitar outras cópias impressas e/ou digitais, desde que acordado antecipadamente com o acadêmico.

CAPÍTULO III

DO COORDENADOR DA DISCIPLINA SEMINÁRIO DE TCC E COORDENADOR DE PESQUISA

Art. 9º O Coordenador da Disciplina Seminário de TCC exercerá cumulativamente a Coordenação de Pesquisa do Curso de Serviço Social com carga horária extra equivalente a uma disciplina de 60h para dedicação às atividades da coordenação de pesquisa.

Parágrafo único. O/A Coordenador/a da Disciplina Seminário de TCC e também Coordenador/a de Pesquisa deve ser professor/a indicado/a pelo Colegiado de Curso, com experiência na área de pesquisa em serviço social e metodologia do trabalho científico.

Art. 10. Compete ao Coordenador/a da Disciplina e Coordenador/a de Pesquisa:

- I – Trabalhar de forma articulada com o/a Coordenador de Estágio e as/os Supervisoras/es Acadêmicos de Estágio e futuro/a orientadores/as do TCC;

- II – Coordenar e supervisionar a elaboração dos projetos de pesquisa de TCC durante a realização da disciplina Seminário de TCC;
- III – Encaminhar ao Coordenador/a do Curso o programa e cronograma de orientação com o total de horas e atividades desenvolvidas pelas/os orientadoras/es;
- IV – Convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores, co-orientadores e acadêmicos matriculados na disciplina de Orientação de TCC;
- V – Indicar professores orientadores para acadêmicos que não os tiverem;
- VI – Providenciar o encaminhamento de cópias dos TCC's para o/a orientador/a, para os membros da banca examinadora, e para a Biblioteca;
- VII – Encaminhar formalmente aos professores orientadores as versões finais e corrigidas dos projetos de pesquisa de TCC elaborados na disciplina de Seminário de TCC, a cada final ou início de semestre;
- VIII – Criar e coordenar a Comissão de Ética na Pesquisa no curso de Serviço Social;
- IX – Organizar, divulgar e acompanhar os prazos e o cronograma estabelecidos pelo Colegiado de Curso.

CAPÍTULO IV

DO/A PROFESSOR/A ORIENTADOR/A

Art. 11. A orientação do TCC é de responsabilidade do/a professor/a orientador/a, indicado pelo/a acadêmico/a ao Coordenador/a de Pesquisa, escolhido dentre os/as professores/as do curso e homologado pelo mesmo Coordenador, devendo posteriormente ser comunicado ao colegiado.

§ 1º Pode o acadêmico contar com a colaboração de outro/a professor/a, preferencialmente do Curso de Serviço Social, que não o/a seu/sua orientador/a, atuando como co-orientador/a, desde que obtenha a aprovação do/a professor/a orientador/a, ouvido e comunicado o/a Coordenador/a de Pesquisa.

Art. 12. Cabe ao acadêmico/a escolher o/a professor/a orientador/a e/ou co-orientador/a, caso necessite.

§ 1º Ao assinar o projeto de trabalho, o/a professor/a está aceitando a orientação e/ou co-orientação.

§ 2º O nome do/a co-orientador/a também deve constar no TCC entregue pelo acadêmico, na forma de agradecimento e/ou logo após o nome do/a orientador/a.

Art. 13. A troca de orientador/a e/ou co-orientador/a só é permitida quando outro/a docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do/a professor/a substituído/a e notificação ao Professor/a Coordenador de Pesquisa.

Parágrafo único. É da competência do/a Coordenador/a de Pesquisa a solução de casos especiais, podendo encaminhá-los para análise do Colegiado de Curso.

Art. 14. Cabe ao professor/a orientador/a e co-orientador/a:

I – Participar das reuniões convocadas pelo Coordenador de Pesquisa;

II – Atender e orientar o/a acadêmico/a em todas as etapas do desenvolvimento do TCC, em horário previamente fixado;

III – Participar das bancas examinadoras dos trabalhos de conclusão;

IV – Avaliar a versão final do trabalho de conclusão, juntamente com os demais membros da banca;

V - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DO/A ACADÊMICO/A

Art. 15. Cabe ao acadêmico/a:

I – Escolher um/a professor/a orientador/a e, caso necessite, um/a co-orientador/a, e atuar em consonância com os mesmos;

II – Manter contatos semanais com o/a orientador/a ou co-orientador/a para discussão e aprimoramento de seu trabalho;

III – Cumprir o calendário estabelecido para entrega do Projeto de Pesquisa e da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como atender às normas do presente Regulamento;

IV – Entregar/Protocolar três exemplares impressos do TCC na coordenação do curso de

Serviço Social no prazo determinado, para serem encaminhados para o/a orientador/a e para os membros da banca avaliadora do trabalho;

V – Apresentar, de acordo com o calendário estabelecido pelo/a professor/a coordenador/a de pesquisa, o Trabalho de Conclusão perante a Banca Examinadora;

VI – Entregar dois exemplares impressos do TCC em sua versão final e duas em formato digital;

VIII – A entrega da versão final não poderá exceder o prazo de 15 dias após a data da defesa.

CAPÍTULO VI

DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16. A apresentação oral do Trabalho de Conclusão é realizada pelo/a acadêmico/a perante a Banca Examinadora, que pode argüir o/a aluno/a em aspectos referentes à sua produção.

§ 1º O tempo de apresentação oral do aluno será de 20 a 30 minutos.

§ 2º É recomendável que o tempo para a apresentação oral, argüição por parte da banca e a publicação da nota final não ultrapasse o limite de 1h30min.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 17. A Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão é constituída por três professores, preferencialmente assistentes sociais, indicados pelos alunos e orientadores ao Coordenador de Pesquisa, sendo que um necessariamente deve ser o Professor Orientador a quem cabe presidir a sessão de apresentação do TCC.

§ 1º Um dos componentes da banca indicados pode ter formação em outra área de conhecimento afim ao serviço social e não estar vinculado a UFT. Deve ser obrigatoriamente especialista

§ 2º Cabe ao Coordenador de Pesquisa e ao Professor Orientador a aprovação dos professores indicados para compor a banca e a indicação de substitutos, no caso de impedimento dos titulares.

Art. 18. A avaliação do Trabalho de Conclusão é determinada pela Banca Examinadora a partir da análise do Trabalho de Conclusão e de sua apresentação, conforme indicadores e critérios aprovados pelo Colegiado de Curso.

§ 1º O prazo para entrega do Trabalho de Conclusão é de duas semanas antes do início dos Exames Finais do semestre.

§ 2º Cada professor atribui uma nota de zero (0) a dez (10), sendo a nota final calculada pela média das notas e, para aprovação, a média final deve ser superior ou igual a sete (7) e, no caso de nota inferior a sete (7), o aluno será reprovado.

Art.19. A avaliação do conteúdo do TCC considera os seguintes aspectos:

I – Abrangência (local, regional ou nacional), atualização do tema e fontes usadas;

II – Desenvolvimento claro e coerente do tema;

III – Emprego de metodologia adequada e observação das normas técnicas;

IV – Aplicação e interpretação de conhecimentos adquiridos no curso e estágios.

CAPÍTULO VIII

DA DURAÇÃO E DA FREQUÊNCIA

Art. 20. A entrega do TCC é condição para a integralização do curso e, para atingir os objetivos propostos, é destinado um ano para a elaboração do projeto e a execução do mesmo.

Art. 21. A frequência mínima exigida para a aprovação na disciplina é controlada pela presença nas reuniões e nas atividades marcadas pelo professor orientador.

Parágrafo único. Como percentual de referência é utilizado o regimental, ou seja, 75% de presença das horas correspondentes a essas atividades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os casos omissos neste Regulamento são resolvidos pelo Coordenador de Pesquisa, conjuntamente com o Coordenador do Curso e Colegiado.

Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Colegiado de Curso de Serviço Social.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANEXO A
INDICAÇÃO DO PROFESSOR ORIENTADOR**

ALUNO: _____

ORIENTADOR: _____

TÍTULO PROVISÓRIO DO PROJETO: _____

ASSINATURA DO ALUNO

ACEITE DO PROFESSOR ORIENTADOR

COORDENADOR DE PESQUISA

Miracema do Tocantins, _____ de _____ de _____.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO B

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

ALUNO: _____

ORIENTADOR: _____

TÍTULO: _____

BANCA EXAMINADORA:

Nome: _____ Nota: _____

1º Avaliador _____

2º Avaliador _____

Orientador _____

PARECER DA BANCA EXAMINADORA:

Orientador

1º avaliador

2º avaliador

Coordenador de Pesquisa

MIRACEMA DO TOCANTINS, ____ de ____ de ____.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANEXO C
PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR**

ACADÊMICO: _____

ORIENTADOR: _____

TÍTULO: _____

Concordo com o encaminhamento para a Banca Examinadora:

Sim Não

OBSERVAÇÕES:

PROFESSOR ORIENTADOR

MIRACEMA DO TOCANTINS, _____ de _____ de _____.

Regimento do Curso de Serviço Social

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Serviço Social é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Coordenação de Estágio do Curso;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

a) Secretaria.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;

V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

- VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;
- X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocada, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões, terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente.

CAPÍTULO VI DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Sub-Coordenador para substituir o coordenador em suas ausências justificadas.

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme § 1º deste capítulo;

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Coordenador indicar o substituto.

Art. 9 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

- IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
- V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;
- VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
- VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

- I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III – instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;
- IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VI – secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII – manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X - auxiliar às atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado.
- XI – desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII - manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de Serviço Social reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 12 - O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação,

para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III Da Oferta de Disciplinas

Art. 16 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

Ata de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus.